

filantropia[®]

Responsabilidade Social & Terceiro Setor

Organizar eventos para captar recursos

Atividade é caminho sustentável para
ampliar a visibilidade das organizações



Diretor executivo do Instituto Ethos fala sobre os novos
rumos da responsabilidade social empresarial

Entrevista
Paulo Itacarambi

diálogo social

cursos e treinamentos

Terceiro Setor



Aspectos Legais sobre a inclusão dos Portadores de Necessidades Especiais nas Pessoas Jurídicas de Direito Público/Privado

com Talita Luci Mendes Falcão e Ricardo Curia Montemagni
São Paulo, 10 de Outubro



Leis Trabalhistas - Suas armadilhas e aplicação prática no dia-a-dia

com Dr. Rogério Martir
São Paulo, 14 de Outubro, 18 de Novembro e 9 de Dezembro



Geração de Renda e Sustentabilidade Institucional

com Danilo Brandani Tiisel e Michel Freller
São Paulo, 17 de Outubro



Reconhecimento de marca, comunicação e marketing no Terceiro Setor

com Marcio Zeppelini
São Paulo, 31 de Outubro



Estratégias em Voluntariado Empresarial

com Laurelena Palhano
São Paulo, 11 de Novembro



Gestão Contábil e Prestação de Contas para o Terceiro Setor

com Nilton Antonio Tiellet Borges
São Paulo, 12 a 14 de Novembro

Outros temas abordados

- ☒ Elaboração de projetos sociais
- ☒ Marketing para organizações sociais
- ☒ Certificado de Filantropia
- ☒ Incentivos Fiscais
- ☒ Geração de renda e sustentabilidade
- ☒ Vínculo Empregatício no Terceiro Setor
- ☒ Responsabilidade Socioambiental
- ☒ Gestão de Institutos e Fundações
- ☒ Controle e Fiscalização de ONGs
- ☒ Imunidade e Isenções no Terceiro Setor
- ☒ Tecnologia da Informação no 3º Setor
- ☒ Departamento de Captação de Recursos
- ☒ Recursos para Projetos Ambientais
- ☒ Gestão de Recursos Humanos

Inscrições e informações

✉ www.dialogosocial.com.br

☎ (11) 2281-9643

✉ dialogo@dialogosocial.com.br

Parceira oficial
Revista

filantropia
Responsabilidade Social & Terceiro Setor

Consulte-nos sobre
cursos *In Company*

De quem é a responsabilidade por educar a cidadania?

Na edição passada da **Revista Filantropia**, publicamos o resultado de uma enquete que fizemos em nosso site: “Você acredita que ensinar valores de ética e cidadania é um dever de quem?”. A opção ‘da escola e da família’ vitoriou com a maioria absoluta das respostas, seguidas de outras opções até chegar à quase lanterna ‘é um dever do estado’, com pouco mais de 2% das respostas.

Como diz sempre em suas aulas e palestras meu amigo Tomáz de Aquino Resende, procurador de justiça do Estado de Minas Gerais, “é preciso reavaliar o papel de cada setor”. Afinal, qual é o papel do governo, da iniciativa privada e das ONGs? O que compete à família, à sociedade e ao Estado?

Ética e cidadania devem, sim, ser iniciativas advindas de dentro de casa, ensinadas pelos pais, irmãos e demais familiares que convivem com uma criança desde que ela nasce. Mas não seria também ideal debater isso largamente na escola? Desde o pré-primário até a universidade os educadores devem ser mais que professores, tendo um papel de “criadores de cidadãos” prevendo, assim, ferramentas de desenvolvimento social humano no intuito de um futuro justo e igualmente saudável a todos.

No papel corporativo, com as recentes discussões acerca da responsabilidade socioambiental e do conceito de sustentabilidade, cabe aos empresários criar mecanismos de desenvolvimento econômico que transmitam aos seus colaboradores a necessidade quase vital de uma postura ética nas atividades profissionais. Além do “gosto gostoso” de dar e receber lições de cidadania por colegas de trabalho.

Então, aplicar conceitos morais em todos os aspectos, a despeito de qualquer ligação espiritual, é um dever de todos, em qualquer esfera e em qualquer setor da sociedade.

Como a **Revista Filantropia** é um incessante canal de informação para a profissionalização do Terceiro Setor, convido nossos leitores e colaboradores a iniciar um debate que traga exemplos práticos de propagação e multiplicação de cidadania e ética.

Envie seu “causo” para nossa redação e vamos juntos pensar a respeito. Quem sabe podemos até pensar em um grande fórum em que debatêssemos tecnologias sociais que ensinem tão importante matéria.

Um abraço fraternal.

Marcio Zeppelini

marcio@revistafilantropia.com.br

“Feliz aquele que transfere o que sabe e aprende o que ensina”

Cora Coralina,
poetisa brasileira

 Não basta fazer o bem, é preciso fazer bem feito.
Aprimore-se lendo a **Revista Filantropia.** 

**Zeppelin Editorial Ltda.**Rua Doutor César, 530, cj. 1.308, Santana
CEP 02013-002 – São Paulo/SP – Brasil
PABX (11) 2978-6686Editor-chefe
Marcio Zeppelini (MTB 43.722/SP)Jornalista responsável
Thaís Iannarelli (MTB 46.415/SP)Administração
Mauro Zeppelini
Stefany Herrán MartinsCoordenação de Arte
Adriano AguiñaCoordenação
Carolina Brascioli
Daniel Picado Alvares
Priscila Centin ThullerAssistente Editorial
Cristiane Gonçalves CabralComercial
Hilton Rocha da JustaDiagramação
Karine dos Santos Barbosa
Rafael Tadeu Sarto
Ruben Moreira da Silva
Vinicius Pinheiro MendesEventos
Rogério Ramos CostaCoordenação de Revisão
Viviane RodriguesAtendimento
Raquel Siqueira GomesRevisão
Angélica Beatriz Halcsik
Melina Marin de Castro
Paulo César Borgi FrancoFreelancers
Juliana de Souza
Luciano Guimarães
Paula Craveiro
Valeuska de Vassimon**Redação:** imprensa@revistafilantropia.com.br**Publicidade:** filantropia@revistafilantropia.com.br**Assinaturas:** assinaturas@revistafilantropia.com.br

Tel. (11) 2978-6686

Conselho editorial deliberativo

Marcelo Monello

Conselho editorial de pauta

Anísia Sukadolnik

Fernando Credidio

Marcio Zeppelini

Antonio Brito

Marcelo Estraviz

Marcos Biasoli

Custódio Pereira

Milú Villela

Mauro Zeppelini

Eduardo Sobo

Roberto Ravagnani

Ricardo Monello

Felipe Mello

Idealizadores

www.economica.com.br



www.sergiomonello.com.br



www.zeppelin.com.br

Organizações parceiras

www.captadores.org



www.aacovoluntaria.org.br



www.apaebrazil.org.br



www.advbfbm.org.br



www.cantocidadao.org.br



www.voluntariado.org.br



www.facaParte.org.br



www.gife.org.br



mcvolunt@terra.com.br



www.sp.senac.br

Os artigos assinados são de responsabilidade do autor, não caracterizando necessariamente a filosofia da revista. Direitos autorais reservados à Zeppelin Editorial Ltda. A publicação de parte ou íntegra de qualquer texto desta revista em outra mídia impressa, eletrônica ou qualquer outro meio só será permitida mediante autorização por escrito da editora.



www.revistafilantropia.com.br

**12 Entrevista**

Paulo Itacarambi

Diretor executivo do Instituto Ethos fala do apoio às empresas na área da Responsabilidade Social e sobre a evolução desse conceito no Terceiro Setor

32 Capa

Em prol da sustentabilidade

Planejar e realizar eventos ajuda a divulgar atividades realizadas em instituições sociais, tornando-se importante ferramenta de captação de recursos

**38 Reflexão**

Dirigir um país, brincadeira muito séria

Atuação política no país faz com que a felicidade coletiva seja um sonho distante

54 Inclusão

Sexualidade (i)limitada

Os portadores de necessidades especiais já sofrem preconceito no trabalho, na rua, na escola. Quando o assunto é sexo, o caso se complica ainda mais.



Gente que faz o bem	04	
	06	Acontece
Notícias do Planalto	10	
	16	Comunicação
Captação de recursos	18	
	20	Contabilidade
Voluntariado	40	
	44	Especial
Case empresarial	46	
	48	Gestão
Sustentabilidade	52	
	58	Data Filantropia
Mão Dupla	63	
	64	Vitrine Social



Para a Asplan o Terceiro Setor está sempre em primeiro lugar.

As soluções e a confiabilidade dos sistemas da Asplan são referência entre as principais organizações do terceiro setor, pois atende organizações de pequeno, médio e grande porte, com o completo gerenciamento de associados, total controle financeiro e todas as obrigações fiscais específicas.

A Asplan entende as suas necessidades e tem uma política diferenciada para um setor tão especial. Entre em contato conosco para obter mais detalhes sobre as nossas soluções.



Soluções Inteligentes na
Gestão de Informações

Asplan Softwares de Gestão • Rua Loefgreen, 1387 • Vila Mariana • São Paulo/SP • Brasil
Fone: +55 11 5081-9800 / FAX +55 11 5081-9804

Organizações que utilizam Asplan:
Instituto Ethos • Fundação Abrinq • Fundação Bial • instituto HP • Fundação Diaconia

www.asplan.com.br

comercial.sp@asplan.com.br

Responsabilidade de craque

Ex-jogador de grandes times nacionais e internacionais e da seleção brasileira é responsável por ações sociais que geram oportunidades para os que mais precisam

Por Paula Craveiro e Thaís Iannarelli

Leonardo Nascimento de Araújo, ex-jogador de futebol brasileiro, fez história no esporte e, desde 1998, escreve também sua história na realização de ações em prol da área social. A vida de jogador de futebol começou em 1987, no Flamengo. Três anos depois, foi para o São Paulo Futebol Clube, sob o comando de Telê Santana. Em 1991, conquistou o título de campeão brasileiro por este time, ao lado de Raí, Cafu e Müller. Após essa experiência, foi jogar em Valência, na Espanha, mas logo voltou ao time paulistano.

Participou também da Copa do Mundo de 1994, o ano do tetra, e, depois, foi atuar no Japão ao lado de seu amigo, Zico. Mais tarde, foi jogar na França e, por fim, no Milan, time italiano onde ficou pelas quatro temporadas seguintes, enquanto continuou jogando na seleção brasileira, inclusive na copa de 1998. A carreira de atleta foi encerrada em 2003, no próprio Milan, clube em que atua até hoje como consultor de mercado.

Em entrevista à **Revista Filantropia**, Leonardo conta sobre a Fundação Gol de Letra, que fundou ao lado do amigo Raí, em 1998. No Milan, trabalha também na Fondazione Milan, que patrocina projetos sociais pelo mundo.

Revista Filantropia: *Como foi o início do seu engajamento na área social?*

Leonardo: Acho que foi um percurso longo, e não só meu, mas de muitas pessoas. Quando a gente mora no Brasil, convive com situações muito particulares, porque mesmo que a economia seja grande, muitas vezes não consegue atingir todas as camadas. Não somos como a África

nem como a Europa e os Estados Unidos. Somos um país com grandes diferenças sociais, e temos que viver com isso.

Como muitos, tinha vontade de um dia fazer uma contribuição real ao que é social. Então, o futebol ofereceu essa oportunidade, para mim e para o Raí, de fazermos isso com a Fundação Gol de Letra. Disponibilizamos um pouco do que tínhamos facilidade, que fazia parte do nosso mundo, e acho que a fundação deu o resultado que esperávamos, vindo desse nosso sentimento de construir um instrumento de participação efetiva.

Filantropia: *Como é a atuação da Fundação Gol de Letra?*

Leonardo: Temos dois centros de atendimento. Um em São Paulo, na Vila Albertina, e outro no Rio de Janeiro, no Bairro do Caju. Desde o início, o objetivo era ter uma atuação complementar ao currículo de base. Então, trabalhamos as atividades extracurriculares, como arte, música, informática, fotografia, vídeo, esporte e outras ações que envolvem esse tipo de formação, que é a

formação da auto-estima, da personalidade, do autoconhecimento, do trabalho em grupo. Então, procuramos uma educação integral com todas essas atividades.

Filantropia: *Qual é sua atuação na entidade, agora que você mora na Itália?*

Leonardo: Temos duas unidades da Gol de Letra na Europa, sendo uma na França e uma na Itália. Claro que não são centros abertos a crianças, como no Brasil, mas funcionam para captação de recursos. Então, continuo trabalhando diretamente. Mas venho ao Brasil uma vez por mês, durante uma semana, e nesse tempo participo como presidente do Conselho Curador, das decisões e estratégias.

Filantropia: *Como a organização se mantém?*

Leonardo: É uma luta contínua, no bom sentido, para manter uma série de iniciativas. Contamos com grandes parcerias. Acho que essa é a grande base do financiamento da fundação: parcerias com empresas e pessoas que acreditam no trabalho, que dão essa sustentabilidade. As duas antenas na França e na Itália nos ajudam muito e somam



“Como muitos, tinha vontade de um dia fazer uma contribuição real ao que é social, e o futebol me deu essa oportunidade”

aproximadamente 40% da nossa receita. Lá, fazemos parcerias com empresas e até com o setor público, além de eventos. O Toquinho, por exemplo, fez um show para arrecadar fundos para a fundação na Itália e foi ótimo. O Raí também realiza um torneio de futebol de salão anual na França, com a participação de 20 empresas.

Filantropia: *Quais são as principais dificuldades encontradas na manutenção da fundação?*

Leonardo: A maior dificuldade é viver o pesadelo da continuação, quando você não consegue ter segurança. Por isso, todo ano começamos a correr atrás de recursos para uma situação que é contínua. Depois, é claro, há dificuldades práticas, como crianças com problemas de aprendizagem e, por este motivo, precisamos criar alternativas, contratar pessoas capacitadas. Acredito sinceramente que são muitas as dificuldades, mas existem muitas soluções para todas elas.

Talvez, uma dificuldade seja o fato de termos um peso social muito forte, muito a resolver neste universo infinito, mas acreditamos que, como dizia Madre Teresa de Calcutá, “cada gotinha é fundamental para o oceano existir”.

Filantropia: *Quais são as maiores conquistas do seu trabalho na área social?*

Leonardo: Acho que a Gol de Letra é uma conquista, claro, não tem como sair do pessoal porque envolve nossos sentimentos, e nasceu de uma grande amizade, minha e do Raí. Por meio disso, conseguimos motivação para acreditar no que estamos fazendo. É algo muito legal de vivenciar. Também é bom dividir os resultados com as crianças, dar oportunidade a elas, levando-as a se conhecer, saber quais são seus talentos. Muitas vezes, ela acaba direcionando sua vida baseada naquilo, e isso é uma satisfação para mim.



Leonardo e crianças da Fundação Gol de Letra

Filantropia: *Que benefícios o esporte pode trazer a uma criança?*

Leonardo: O esporte é a linguagem universal. Por meio dele conseguimos trabalhar tudo o que envolve a vida, não só em relação ao corpo, mas em relação à formação. Mesmo que a pessoa não saiba jogar, não estou falando de talento, mas do esporte praticado, vivido na escola como educação, dinâmica de grupo, saúde. Como diz Nelson Mandela, “o esporte pode mudar o mundo”. E realmente tem mudado.

Filantropia: *Além da Gol de Letra, há alguma outra ação social que você realiza?*

Leonardo: Sou diretor da Fondazione Milan, na Itália, do time de futebol em que trabalho. Posso chamá-la de filho também. A fundação tem participação em todas as atividades comerciais do clube e o principal objetivo é financiar projetos do mundo inteiro, como na Colômbia, Brasil, Congo, Índia, Calcutá, entre outros.

Filantropia: *Qual é a sua visão sobre o Terceiro Setor no Brasil? E na Europa?*

Leonardo: No Brasil, cresceu muito, mas falta sintonia com os outros setores. Existe um reconhecimento do quanto é importante atuar em situações que o governo não consegue, e muitas vezes o reconhecimento também do público consumidor, do Segundo Setor da sociedade. Mas acho que ainda não existe uma sintonia entre esses setores. O Estado não sabe como financiar, o Terceiro Setor não sabe como receber, a empresa não sabe como patrocinar; então temos que melhorar nesse ponto.

Na Europa não é muito diferente. A situação entre os setores também tem suas dificuldades, mas existe a base histórica. Os mecanismos são melhores, há mais facilidade de sobreviver como uma organização sem fins lucrativos na Europa. Outra base importante é a Igreja Católica, que foi quem estabeleceu esse mecanismo de ajuda e beneficência.

Filantropia: *Qual é a importância do engajamento social de atletas e artistas no trabalho social?*

Leonardo: Acho que são duas coisas. A pessoa famosa pode dar uma contribuição de comunicação, de chamar a atenção das pessoas. Acho que ajudar uma causa convém, mas ela precisa de base. Então, deve haver a união de duas coisas, uma é a base de organização, e a outra é você chamar a atenção para uma causa.

Filantropia: *Se você pudesse realizar um desejo para melhorar o mundo, qual seria?*

Leonardo: Não quero ser utópico demais, temos que saber da realidade, ir devagar. A frase que carrego dentro de mim e que gosto muito é de Jorge Amado, que diz: “A pobreza é a falta de oportunidade para o ser humano desenvolver o seu próprio talento”. Então, temos que tentar dar isso, oportunidades. Depois, é cada um fazer a sua história. ✎

Links

i www.fondazionemilan.org
www.goldeletra.org.br



Seminário de abertura do evento

DIVULGAÇÃO

Inovação para o Terceiro Setor: Sustentabilidade e Impacto Social

A II Conferência Internacional – Inovação para o Terceiro Setor: Sustentabilidade e Impacto Social aconteceu entre os dias 6 e 8 de agosto com o objetivo de divulgar trabalhos de líderes de empreendimento social da América Latina. O evento foi realizado pelo The William Davidson Institute (WDI), da Universidade de Michigan, em parceria com o Conversando com as Nações Unidas (CNU-Brasil), e contou com o patrocínio de empresas como Sabesp, Eletropaulo, Microsoft, C&A e Roche. Os temas discutidos giraram em torno de melhores práticas, conceitos e modelos inovadores relacionados à sustentabilidade no Terceiro Setor, todos norteados por três assuntos: estratégias de financiamento, recursos humanos e oportunidades econômicas e sociais. A conferência teve também palestras com especialistas sobre comunicação e marketing, desenvolvimento de plano de negócios, formação de alianças, gestão de recursos humanos, entre outros. Na ocasião, as próprias organizações sociais trocaram experiências e relataram casos de sucesso que já estão em prática, servindo de exemplo para outras iniciativas.

www.impactosocial.org.br



Organizações sociais expuseram seus produtos durante o evento

DIVULGAÇÃO

1º Congresso Nós Podemos Paraná

Com a meta de apresentar iniciativas realizadas no Paraná que contribuam para os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), aconteceu em Curitiba o 1º Congresso Nós Podemos Paraná. O tema do evento foi a educação para a sustentabilidade, e, por isso, foram discutidas também maneiras de trabalhar esses objetivos na educação. O congresso foi articulado pelo Sistema Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep) e aconteceu paralelamente à 7ª Mostra de Ação Voluntária – Cidadania e Responsabilidade Social. Um dos participantes foi o presidente-executivo do Movimento Todos Pela Educação, Mozart Neves Ramos, que participou da mesa-redonda "Parcerias para a Educação", defendendo que as parcerias são o único modo de atingir educação de qualidade no país.

www.mostradeacaovoluntaria.org.br/congresso



Estandes da Mostra de Ação Voluntária

DIVULGAÇÃO



Voluntários do Instituto Brasil Solidário e crianças das comunidades atendidas

DIVULGAÇÃO/ INSTITUTO BRASIL SOLIDÁRIO

Programa de Desenvolvimento Sustentável na Escola no Rally dos Sertões

Durante o Rally dos Sertões, voluntários do Programa de Desenvolvimento Sustentável da Escola (PSDE), coordenado pelo Instituto Brasil Solidário junto à Ação Social do rally, visitaram as cidades que fizeram parte do trajeto da corrida para acompanhar os resultados do projeto educacional e assistencial iniciado em abril. Naquela época, aconteceu a capacitação de professores e agentes locais de nove escolas do sertão brasileiro e, em junho, os voluntários voltaram e perceberam que as comunidades já têm condições de andar com os próprios pés. Apenas nessa segunda etapa, mais de 7 mil pessoas foram beneficiadas com atendimentos médicos e trabalhos como oficinas de arte, reciclagem, hortas comunitárias, entre outros.

www.brasilsolidario.org.br



ROBÉRIO THEODORO

Assinatura do protocolo de intenções da Rede Saberes

Global Forum América Latina

No último dia do Global Forum América Latina, a Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep), a Associação Paranaense do Ministério Público, o Sesi, a Universidade Corporativa da Indústria e outras entidades assinaram um protocolo de intenções para criar a Rede de Saberes: diálogos entre direitos humanos, desenvolvimento e educação. O objetivo é que essa rede seja um portal com conteúdo jurídico ligado à sustentabilidade, para que sejam apresentados desafios para o desenvolvimento e um plano de ações para os direitos humanos. A ideia da rede surgiu para homenagear o aniversário de 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

www.globalforum.com.br

Prêmio Liberdade, Igualdade e Fraternidade

No dia 11 de junho, a Câmara de Comércio França-Brasil premiou empresas e organizações que investem em projetos de responsabilidade social no Brasil. Juntos, todos os participantes, entre eles, empresas brasileiras e francesas, investiram mais de US\$ 90 milhões em ações sociais no Brasil. Os vencedores foram: Fundação CSN, na categoria cultura; Tim, na educação; Machadinho S.A., no prêmio de meio ambiente; Johnson & Johnson, na saúde; e Aldeia do Futuro, na categoria instituição de pequeno porte/ONG.

www.ccfb.com.br



VALÉRIA DARVALHO

Processo artesanal da borracha

V Encontro Nacional do Terceiro Setor de Minas Gerais

Realizado nos dias 23, 24 e 25 de junho em Belo Horizonte, o encontro foi idealizado pelo Centro Mineiro de Alianças Intersectoriais (Cemais) em parceria com a Associação Nacional de Procuradores e Promotores de Justiça e Fundações e Entidades de Interesse Social (Profis). Com a proposta de realizar um debate entre os três setores da sociedade, um dos temas em pauta foi a educação, seus rumos e estratégias. Além de assuntos sobre o ensino formal, foram discutidas também as possibilidades de aprendizagem na vida comunitária e como ela pode ser uma ferramenta para o desenvolvimento. O evento abordou também a intersectorialidade, a diversidade e a sustentabilidade e contou com presenças importantes, como o vice-governador de Minas Gerais, Antonio Augusto Anastásia, o procurador de justiça e coordenador do Centro de Apoio Operacional do Terceiro Setor (Caots), dr. Tomáz de Aquino Resende, a secretária de educação do Estado de Minas Gerais, dra. Vanessa Guimarães, entre outros. O encontro acontece anualmente, e as quatro edições anteriores reuniram mais de 2.500 participantes.

www.cemais.org.br



MARCUS PONTES/ UNIBH

Flávio Alcoforado, diretor executivo do Cemais, Antonio Augusto Anastásia, vice-governador de Minas Gerais, Jarbas Soares Junior, procurador geral de Justiça de Minas Gerais e dr. Tomáz de Aquino Resende, procurador de Justiça e coordenador do Caots

Método indígena de fabricação de borracha

O processamento artesanal da borracha, desenvolvido pelo Pólo de Proteção da Biodiversidade e Uso Sustentável dos Recursos Naturais (Poloprobio), foi o vencedor do Prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social 2007, na categoria Região Norte. A tecnologia é baseada na produção de um composto gerado pela utilização do látex e de fibras vegetais, como embaúba e algodoeiro, e o objetivo é gerar renda e qualidade de vida, além de conservar a biodiversidade. Com o material são produzidas mantas, jogos americanos, toalhas de mesa, embalagens, tapetes, camisetas e outros acessórios, que são colocados no mercado.

www.fbb.org.br

Contra o câncer de mama

Conscientizar a população e incentivar a realização do auto-exame foram os objetivos da Corrida e Caminhada Contra o Câncer de Mama, que aconteceu em São Paulo no dia 24 de agosto. O evento reuniu mais de 7 mil pessoas, entre elas, personalidades do mundo artístico que defendem a causa. O percurso da corrida teve 5,5 km, e a caminhada, 4 km. Toda a renda arrecadada foi revertida para o Instituto Brasileiro de Controle do Câncer (IBCC).

 www.ibcc.org.br



Corrida contra o câncer de mama



Piça de teatro apresentada aos gestores



Jovens brasileiros e ucranianos durante evento

Seleção de projetos da BrazilFoundation

No dia 15 de agosto, a BrazilFoundation realizou um evento no Hotel Mirador, em Copacabana, para apresentar os 22 projetos escolhidos em 2008 para receber o apoio da fundação. A abertura foi feita pela vice-presidente e diretora executiva da BrazilFoundation no Brasil, Susane Workman, seguida pela apresentação de Leona Forman, presidente da fundação, e Elatia Abate, diretora executiva da organização nos Estados Unidos. Os dois dias seguintes ao evento foram de oficinas de capacitação em gestão e comunicação, e contou também com uma peça teatral que abordou o desafio de se organizar para criar uma associação ou cooperativa. As oficinas de capacitação são parte fundamental do apoio dado pela BrazilFoundation às organizações.

 www.brazilfoundation.org

Fórum de Mobilização de Recursos

Resultado de uma parceria entre o Senac São Paulo e a Associação Brasileira de Captadores de Recursos (ABCR), aconteceu, no dia 5 de agosto, a primeira edição do Fórum de Mobilização de Recursos com o tema "Geração de renda como estratégia de captação". Marcio Zeppelini, editor-chefe da Revista Filantropia – apoiadora do evento –, mediu o debate entre os entrevistados Danilo Brandani Tiisel, advogado especializado em Legislação e Gestão do Terceiro Setor, e Ester Tarandach, mestra em Serviço Social que atua na área social há mais de 30 anos. O objetivo do fórum é trocar experiências e estender a discussão ao público.

 www.captadores.org
www.sp.senac.br

60º Congresso Internacional da Aiesec

Mais de 700 jovens de várias partes do mundo estiveram no Brasil entre os dias 21 e 30 de agosto para participar da comemoração dos 60 anos da Aiesec, instituição criada em 1948 para quebrar barreiras culturais e promover o desenvolvimento profissional. Em sua primeira vez na América Latina, o evento reuniu jovens estudantes de mais de cem países que participaram de plenárias, workshops e discussões sobre sustentabilidade. O objetivo é promover a troca de idéias e gerar discussões que tenham impacto positivo nas comunidades participantes.

 www.aiesec.org



Dorina Nowill durante comemoração do aniversário da fundação

Fundação Dorina Nowill faz 62 anos

Para comemorar os 62 anos de existência da Fundação Dorina Nowill para Cegos, aconteceu, no dia 19 de agosto, uma festa beneficente. Com o tema “Anos 50”, o evento reuniu parceiros e colaboradores da organização. O valor arrecadado com a venda dos convites foi direcionado à ampliação da fundação, que foi fundada pela professora Dorina em 1946 com o objetivo de promover a inclusão social de pessoas com deficiência visual por meio de serviços e produtos especializados.

www.fundacaodorina.org.br

Canto Cidadão treina voluntários

Em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo, a organização Canto Cidadão está desenvolvendo um projeto de treinamento de voluntários para atuar nas 78 brinquedotecas existentes em hospitais públicos e Unidades Básicas de Saúde. A idéia nasceu porque muitas brinquedotecas estavam inutilizadas por falta de pessoal que coordenasse e organizasse brincadeiras com as crianças, adolescentes e acompanhantes. Em outubro, começam novas turmas de treinamento. Para se inscrever, basta acessar o site do Canto Cidadão.

www.cantocidadao.org.br

Qualidade: responsabilidade social e o papel das empresas privadas

No encontro realizado pelo Projeto Brasil, liderado pelo jornalista Luis Nassif, profissionais do Terceiro Setor discutiram a mudança de visão das empresas sobre o conceito de responsabilidade social. Especialistas como Paulo Itacarambi, do Instituto Ethos, Jorge Cajazeira, líder do grupo de trabalho da ISO, Rosa Maria Fischer, da Fundação Orsa, Anna Peliano, do Ipea, e Maria Cecília Coutinho de Arruda, da FGV, discutiram temas voltados às melhorias nas práticas de gestão e na qualidade da atuação socialmente responsável. Na ocasião ainda foram apresentados cases de sucesso.

3º Simpósio Paranaense de Direito do Terceiro Setor

Com o tema “os 20 anos da Constituição Social”, o 3º Simpósio Paranaense de Direito do Terceiro Setor aconteceu em Curitiba entre os dias 20 e 22 de agosto. Realizado pela Universidade Positivo, com apoio da OAB Paraná, o evento contou com a presença de profissionais que apresentaram temas sobre administração no Terceiro Setor e, no encerramento, com um debate entre o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) e o senador Álvaro Dias (PSDB-PR) sobre a CPI e as ONGs.

www.oabpr.com.br
www.up.edu.br



Apresentação durante Caravana Siga Bem Caminhoneiro

Combate à exploração nas estradas

Na 4ª edição da Caravana Siga Bem Caminhoneiro, que começou em junho, foram implementadas ações de responsabilidade social pelas estradas brasileiras. Organizada pela Petrobras, Petrobras Distribuidora e Iveco Caminhões, a caravana atravessou 13 estados e percorreu mais de 25 mil quilômetros, levando ações culturais, como peças de teatro, shows e filmes nacionais. Outra ação foi a integração dos motoristas no combate à violência e ao abuso sexual de crianças e adolescentes nas estradas, trabalho que é uma das principais bandeiras em associações e sindicatos de caminhoneiros.

www.caravanasigabem.com.br

Medidor de desenvolvimento cultural

Um indicador para medir o desenvolvimento da cultura no país foi criado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Seu idealizador, o pesquisador Frederico Barbosa, participou de um painel sobre economia da cultura no 3º Fórum Nacional de Museus e apresentou o projeto. Com o nome provisório de Idecult, o índice pretende verificar quais são as áreas mais carentes de fomento cultural, resultando na criação de melhores políticas públicas para essas regiões. Os dados analisados serão, entre outros, o número de domicílios consumidores de cultura (quantas vezes a família foi ao cinema ou número de livros que comprou em um ano) e o gasto privado com a cultura.

www.ipeadata.gov.br



A vice-presidente do Conselho Nacional da Juventude, Magi Freitas, durante o lançamento do Pacto pela Juventude. Na mesa, José Eduardo de Andrade, Beto Cury e Danilo Moreira

Lançamento do Pacto pela Juventude

No dia 22 de julho, o Conselho Nacional da Juventude (Conjuve) se reuniu para anunciar o lançamento do Pacto pela Juventude, reafirmando o apoio dado às resoluções apresentadas na 1ª Conferência Nacional de Juventude, realizada em Brasília. O objetivo é envolver órgãos governamentais e da sociedade civil para discutir as políticas públicas ligadas aos jovens. Essas sugestões foram apontadas na conferência e mobilizaram mais de 400 mil pessoas em todo o país em torno do tema.

www.juventude.gov.br



Presidente do Ipea, Marcio Pochmann, divulga pesquisa "Pobreza e Riqueza no Brasil Metropolitano"

Centros de inclusão digital na zona rural

O Ministério de Ciência e Tecnologia vai lançar um edital para a implantação de 500 centros de inclusão digital na zona rural do Brasil. De acordo com Joe Valle, secretário de Inclusão Social, será feito um investimento de R\$ 25 milhões nesse projeto, para que se possa usufruir o benefício a partir de outubro. O secretário ainda disse que as regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste serão as primeiras a receber os centros, por serem as mais carentes.

www.mct.gov.br



Joe Valle, secretário de Inclusão Social

Pesquisa sobre o Bolsa Família

Segundo pesquisa do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), 87% dos beneficiários do Programa Bolsa Família gastam principalmente com alimentação, prioridade seguida por material escolar (45,6%) e vestuário (37,1%). A pesquisa, chamada "Repercussões do Programa Bolsa Família na Segurança Alimentar e Nutricional das Famílias Beneficiadas" analisou respostas de 5 mil titulares do cartão em 229 municípios, em setembro e outubro de 2007, e mostrou que, apesar do aumento de consumo de alimentos, 2,3 milhões de famílias ainda se encontram em situação de insegurança alimentar grave. Quase todos os entrevistados (99,5%) afirmaram que não deixaram de trabalhar por conta do programa e vêem o benefício como algo temporário. É possível fazer o download do estudo no site do Ibase.

www.ibase.br

Isenção de PIS e Cofins

Nova medida provisória (nº 438/08) reduz a zero as alíquotas de PIS/Pasep e Cofins sobre as doações em espécie recebidas por bancos federais destinadas a ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento e de promoção da conservação e do uso sustentável das florestas brasileiras. O objetivo é reduzir as emissões de gás carbônico na atmosfera decorrentes do desmatamento na Amazônia. A medida vai beneficiar o Fundo da Amazônia, gerido pelo BNDES. Espera-se que, no primeiro ano de vigência, o fundo receba US\$ 1,6 bilhão.

Redução da pobreza

Pesquisa realizada em seis regiões metropolitanas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) revelou que o crescimento econômico do país melhorou a renda das famílias. Isso implicou na queda do número de pobres e no aumento do número de ricos no Brasil. De acordo com o estudo, 3 milhões de pessoas deixaram a pobreza nos últimos seis anos nas regiões abordadas – em 2002, o número de pobres era de 14,3 milhões e, em 2008, chegou a 11,3 milhões. Os principais motivos apontados foram o crescimento da economia, os ganhos do salário-mínimo e as transferências do governo.

www.ipeadata.gov.br



Presidente Lula assina decreto que regulamenta a Lei de Crimes Ambientais

JOSÉ CRUZ/ABR

Regulamentação da Lei de Crimes Ambientais

Novo decreto assinado pelo presidente Lula regulamenta a Lei de Crimes Ambientais, com multas mais severas a quem infringi-la. O novo decreto propõe métodos para dar mais eficiência à aplicação das normas legais, e aconteceu devido à mudança estrutural do Ministério do Meio Ambiente, que culminou na criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Segundo o ministro do meio ambiente, Carlos Minc, a alteração reduz as possibilidades de recursos. Agora, a expectativa é que o prazo final para o pagamento da multa não passe de quatro meses, e a pena mais alta continua sendo para quem "causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana ou que provoquem a mortandade de animais ou destruição significativa da biodiversidade". A multa máxima para este crime é de R\$ 50 milhões, e a mínima passou de R\$ 1 mil para R\$ 5 mil.

www.icmbio.gov.br

Apoio aos Sistemas Estaduais de Segurança Alimentar e Nutricional

No fim de junho, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) propôs um edital de apoio à implantação dos Sistemas Estaduais de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan). A proposta aconteceu durante a 3ª Reunião dos presidentes dos Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional (Conseas) estaduais, e a meta é que se destinem R\$ 2,7 milhões para projetos em todo o Brasil. De acordo com o secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, Onaur Ruano, a intenção é liberar os recursos até o final do ano.

www.mds.gov.br



Presidente do Consea, Renato Maluf, participa da 3ª Reunião dos Conseas

ELZA FIUZA/ABR



Índios aprendem a extrair óleo da castanha de caju

DIVULGAÇÃO

Caixa Econômica Federal capacita índios

A Caixa Econômica Federal e o Instituto Mussambê capacitaram mais de mil índios Kayapó, no Pará, para a extração de óleo da castanha de caju. Em parceria com a Funai, a ação beneficiou moradores das aldeias Pukanu, Kubenkokre, Baú e Piraçu. A Caixa também capacitou as mulheres indígenas para a fabricação de artesanato com tinta e miçangas, com o objetivo de contribuir para a geração de renda sustentável dos grupos envolvidos.

www.caixa.gov.br

18 anos do ECA

No dia 13 de julho, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) completou 18 anos. A comemoração aconteceu no Salão Nobre da Câmara dos Deputados, quando foi apresentado o documento "Estatuto da Criança e do Adolescente: 18 anos, 18 compromissos – A criança e o adolescente no centro da gestão municipal". A proposta é que as organizações sociais apresentem este documento aos candidatos a prefeito e vereador nos municípios brasileiros. Assim, os que concordarem, assumem o compromisso de colocar em prática as sugestões. No mesmo dia, representantes do governo federal, ONGs, organismos internacionais, crianças e adolescentes participaram de uma sessão solene em homenagem ao estatuto.



O presidente da Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia, fala na solenidade de comemoração dos 18 anos do ECA

RODREWELT PINHEIRO/ABR

Paulo Augusto Itacarambi

Diretor executivo do Instituto Ethos fala do apoio às empresas na área da responsabilidade social, sobre a evolução desse conceito no Terceiro Setor e como os indicadores sociais podem ajudar a medir ações em prol do desenvolvimento social

Por Thaís Iannarelli

Com vasta experiência profissional, o atual diretor executivo do Instituto Ethos, Paulo Augusto Itacarambi, atuou em áreas da engenharia, da educação e da administração pública e privada até chegar ao Terceiro Setor.

Formado em engenharia civil pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo e mestre em administração pública pela Faculdade Getúlio Vargas, Itacarambi iniciou sua carreira na Companhia de Engenharia de Tráfego (CET) devido à vontade que sempre teve de trabalhar com um assunto que envolvesse toda a cidade. Porém, depois de concluir o mestrado, decidiu voltar-se à educação e começou a dar aulas de engenharia na Universidade Federal de São Carlos, cargo que ocupou durante três anos.

De volta a São Paulo, atuou na Fundação Prefeito Faria Lima, dando assessoria aos municípios no que dizia respeito às políticas públicas. Foi aí que ingressou na vida política, como assessor da então candidata à prefeitura de São Paulo, Luiza Erundina, e como coordenador de seu programa de governo durante seu mandato, de 1989 a 1992.

Antes de se envolver com área de responsabilidade social, Itacarambi foi também presidente do Anhembi Turismo e Eventos da Cidade de São Paulo e se dedicou ao mundo corporativo, fazendo consultoria para empresas na área de transporte público e se tornando um dos sócios de uma agência de turismo.

No Instituto Ethos, seu trabalho começou em 1999, depois que se especializou em planejamento estratégico e cultura organizacional. No início, assessorava a área de planejamento e coordenava a equipe. A partir de 2003, tornou-se diretor executivo do Instituto.

Em entrevista à **Revista Filantropia**, Itacarambi fala do Instituto Ethos, sobre as mudanças no cenário da Responsabilidade Social Empresarial no Brasil e os novos rumos do conceito.



Revista Filantropia: *Qual é o papel do Instituto Ethos e como ele atua?*

Paulo Itacarambi: O papel do Instituto é convencer as empresas da necessidade de mudar sua cultura de gestão e também mobilizá-las, ações que são benéficas para a própria empresa. Isso quer dizer poder olhar qual é o modo de contribuir com o desenvolvimento social fazendo seu negócio de maneira a ajudar realmente, e não transferindo custos para a sociedade. Também temos um trabalho de apoio, porque reunimos informações, conhecimento e ferramentas e colocamos o conjunto à disposição das empresas. Por fim, a terceira dimensão da nossa missão é conseguir que as corporações sejam parceiras do desenvolvimento sustentável da sociedade, ou seja, incentivar a participação em programas que contribuam com políticas públicas.

Filantropia: *Como as empresas podem contribuir para o desenvolvimento da sociedade?*

PI: Um dos caminhos é fazer um investimento social, processo que já passou por grande evolução, pois, atualmente, há meios de medi-lo. Isso significa que houve um progresso na maneira de mensurar e avaliar o quanto o investimento que a empresa faz na sociedade, por meio de projetos sociais, investimentos diretos e outros, contribui para o desenvolvimento. Outro modo de ajudar é complementando as políticas públicas.

Filantropia: *E o investimento social feito pelo direcionamento de uma porcentagem do faturamento da empresa?*

PI: No Brasil, a empresa que dedica uma parte de seu faturamento nesse tipo de investimento, e aquela que faz muito, investe 1%. Aquela que faz mais mundialmente de que tenho notícia é a Novartis, que direciona 2,3% de seu faturamento. Mas e os outros 99%? Como pode contribuir para o desenvolvimento da sociedade? Essa é uma discussão da responsabilidade social, ou seja, como o negócio da empresa pode promover essa mobilização.

Filantropia: *Tradicionalmente, no mundo empresarial, já havia essa preocupação com o desenvolvimento social?*

PI: Na visão antiga, a contribuição para o desenvolvimento poderia ser feita somente atendendo os interesses dos acionistas, produzindo um resultado financeiro que motivasse os investimentos nessa empresa e em diversas áreas da economia. Desse ponto de vista, a empresa

“O retorno deve vir para o processo produtivo inteiro, para cada cadeia de valor, para os fornecedores, para os funcionários, para o meio ambiente, chegando, assim, ao conjunto da sociedade”

já teria um impacto no desenvolvimento social, gerando empregos e resultados.

O certo é que, olhando a situação em que estamos, este caminho não beneficia a sociedade, porque a desigualdade cresce, assim como a concentração de recursos, ou seja, não é sustentável. Nesse processo está embutida uma apropriação privada dos benefícios gerados com essa produção, além de uma transferência de custos para a sociedade que não é visível. Isso significa que as externalidades das atividades empresariais são pagas pelo conjunto da sociedade, sejam elas de ordem ambiental, social ou econômica — e quanto maior é a habilidade de transferir essas externalidades, mais competitiva a empresa se torna, de modo a conseguir benefícios fiscais.

Filantropia: *E qual é o melhor caminho para se colocar em prática a Responsabilidade Social Empresarial de maneira justa?*

PI: Atualmente, a sociedade procura atribuir às empresas novas responsabilidades. Então, a pergunta é: qual é o retorno que a empresa deve trazer para os diversos *stakeholders*? Ou seja, não apenas para os acionistas. O retorno deve vir para o processo produtivo inteiro, para cada cadeia de valor, para os fornecedores, para os funcionários, para o meio ambiente, chegando, assim, ao conjunto da sociedade.



Paulo Itacarambi como palestrante em evento

Filantropia: *Há alguma pesquisa realizada pelo Instituto Ethos que mostre a necessidade desse novo cenário?*

PI: Fizemos uma parceria que deu muito certo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), a Faculdade Getúlio Vargas (FGV) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT), e realizamos uma pesquisa nas 500 maiores empresas do Brasil, porque são elas que traçam o modelo de mercado que as outras vão seguir, sobre diversidade e equidade nas empresas. Se uma das prioridades é produzir retorno para a sociedade, por meio dos funcionários, há uma coisa importantíssima, que é a história da desigualdade.

Então, partimos do princípio que a desigualdade que existe na sociedade está no mercado – conseqüentemente, dentro das empresas. Por isso, para mudar esse cenário, é preciso mudar a situação na própria empresa. Para analisar isso, começamos com perguntas simples: quem ocupa os cargos de chefia, supervisão, gerência e diretoria? São homens ou mulheres? Negros ou brancos? A pessoa tem algum tipo de deficiência ou não? Ao

traçar esse perfil, a desigualdade fica visível. Depois, a pergunta vai para o presidente ou principal diretor: qual é a sua visão sobre isso, e o que você pretende fazer para mudar? Esse estudo é um tipo de indicador.

Filantropia: *Que indicadores podem medir as ações sociais das empresas?*

PI: Há muitos indicadores utilizados para mensurar essas ações, mas posso citar cinco como exemplos. No momento do planejamento, recomenda-se o uso dos Indicadores Ethos, que têm uma finalidade educativa, de orientar como a empresa pode sair de seu modelo tradicional de gestão para atender o conjunto dos *stakeholders*. Então, são feitas perguntas como: o que a empresa está fazendo nas diversas relações com os *stakeholders*? O que procura medir? Qual é a qualidade desse relacionamento? Assim, a corporação vê em que momento ela está e para onde pode ir.

No momento do *check*, ou seja, do ponto de vista do consumidor, a melhor medida é a da Escala Akatu, que segue a mesma linha das perguntas do Ethos, porém, direcionadas ao consumidor. Ela serve de parâmetro para o consumidor que quer comprar produtos socialmente responsáveis, e faz pesquisas de consumo consciente.

Agora, para tornar públicos os resultados da responsabilidade social, há três indicadores recomendados: ISE, GRI e Ibase. O Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) foi criado pelo Bovespa e fornece informações de no máximo 40 empresas selecionadas das 150 que recebem um questionário de avaliação sobre gestão de risco e sustentabilidade. Esse índice é válido principalmente para quem pretende investir nessas empresas. Outra opção é o Global Reporting Initiative (GRI), que é um relatório de sustentabilidade em que a empresa

“A desigualdade que existe na sociedade está no mercado – conseqüentemente, dentro das empresas. Por isso, para mudar esse cenário, é preciso mudar a situação na própria empresa”

relata seus impactos ambientais, econômicos e sociais. O importante é que seu formato é internacional, facilitando a comparação entre as instituições de diferentes países. Por fim, o balanço social Ibase, que demonstra o direcionamento dos gastos das empresas.

Filantropia: *Com base nesses indicadores, como se pode definir o panorama da atuação empresarial na área social?*

PI: Hoje o cenário que temos mostra 38 empresas no ISE, 1.500 empresas no GRI (no mundo), sendo que destas, 70 são no Brasil, que já é o segundo país que participa com mais corporações. No Ibase, em 2005 havia 52 empresas, no Instituto Ethos, de acordo com o último relatório produzido, são 847 companhias, sendo que, dessas, 210 são pequenas empresas, e o Akatu tem 112 empresas que responderam a pesquisa.

Cada um dos indicadores citados tem um propósito diferente, e não é fácil chegar aos seus resultados. E mesmo assim ainda há uma pergunta difícil de responder: como a empresa contribui para o desenvolvimento sustentável? Como medir isso? Um exemplo são os 48 indicadores existentes para medir as metas do milênio, que ainda são considerados poucos porque deixam alguns itens de fora. Então, ainda faltam indicadores para responder essa pergunta sobre as empresas.

Filantropia: *Como as empresas podem se associar ao Ethos e quais são os requisitos necessários?*

PI: É simples, basta entrar no site e preencher o cadastro. Atualmente são mais de 1.300 empresas associadas, o que não significa que todas elas sejam socialmente responsáveis, mas que são corporações que querem passar por transformações e participar





“Houve um progresso na forma de mensurar e avaliar o quanto o investimento que a empresa faz na sociedade, por meio de projetos sociais, investimentos diretos e outros, contribui para o desenvolvimento”

desse movimento. Porém, para ter acesso às publicações do Ethos, não é necessário ser associado. O cadastro é simples, e só não aceitamos empresas que estejam na lista suja do trabalho escravo e aquelas que tenham produtos nocivos, como armas e fumo, porque o pressuposto é que haja objetivos de mudança, para mudarmos juntos.

Filantropia: O foco da atuação social das empresas tem mudado, atualmente, devido à crescente preocupação da sociedade em relação ao meio ambiente?

PI: A responsabilidade social inclui o ambiental, porque é a responsabilidade com a sociedade, e a sociedade se relaciona com o ambiente natural de uma maneira que pode ser boa ou ruim. Tudo o que diz respeito à sociedade faz parte da responsabilidade social, que inclui também o econômico. Por isso fala-se, hoje, em sustentabilidade, pois o termo engloba os três conceitos de gestão sustentável do negócio: meio ambiente, economia e a área social. Hoje as empresas têm uma tendência a valorizar mais a questão ambiental, porque elas percebem a oportunidade de criar produtos e serviços de menor impacto, que têm valor no mercado. Isso não é só uma questão de gestão de risco, mas também de oportunidade de ter esse tipo de reconhecimento. Mas a recomendação é que, sim, é preciso mudar os

produtos, seus processos produtivos, ter baixo impacto ambiental, mas também contribuir para o desenvolvimento social, ou seja, buscar a combinação das três coisas.

Filantropia: Qual é a perspectiva para o futuro da Responsabilidade Social Empresarial no Brasil?

PI: O assunto está na pauta das empresas, nas diversas áreas da sociedade, nas universidades, nos movimentos sindicais, na sociedade civil, nas organizações sociais, nas discussões governamentais, ou seja, é um tema presente. Agora, ele precisa ser aprofundado. As mudanças que estão acontecendo nas empresas ainda são muito pequenas, precisamos que as pessoas tenham uma visão de sustentabilidade, olhem o mundo de outra maneira. Acho que esse ritmo tende a crescer, porque uma vez que a produção de conhecimento se ampliou, as novas gerações estão exigindo outro comportamento. Ou seja, a sociedade começa a fazer uma pressão social e se canaliza para as políticas públicas e para os sistemas de mercado. A discussão que o Ethos faz hoje é: como criar mecanismos para o mercado socialmente responsável? Não basta uma empresa ser socialmente responsável, é necessário que o conjunto das relações comerciais também o seja. Essa é a pauta do momento. 

Dados

- Há 1.350 empresas associadas ao Instituto Ethos.
- O Instituto Ethos realiza anualmente a entrega do Prêmio Ethos-Valor, para estudantes universitários; o Prêmio Ethos de Jornalismo, para profissionais da área de comunicação; e o Prêmio Balanço Social, para empresas com práticas de responsabilidade social.
- No site, é possível acessar o UniEthos – Educação para a Responsabilidade Social e o Desenvolvimento Sustentável, que é uma instituição sem fins lucrativos voltada à pesquisa, produção de conhecimento, instrumentalização e capacitação para o meio empresarial e acadêmico nos temas Responsabilidade Social e Desenvolvimento Sustentável. Há também o InternEthos, que oferece às empresas soluções educacionais sobre esses temas vinculadas à gestão estratégica e operacional. Há também publicações para download, links e cursos.

Links

- www.ethos.org.br
- www.internethos.org.br
- www.uniethos.org.br



Palestras e oficinas Canto Cidadão

Bom humor e alegria como estratégias de desenvolvimento pessoal e profissional

Atuando junto a empresas, instituições de ensino, grupos abertos e órgãos sociais ou do governo, nossas palestras e oficinas tratam principalmente de temas como:

- a responsabilidade social e a motivação para o voluntariado nas empresas
- os direitos e deveres do cidadão
- a gestão de ONGs
- humanização hospitalar e qualidade de vida

E tudo sempre numa linguagem clara e muito divertida.

Mais informações: (11) 3259-8021 / (11) 3256-7296 ou www.cantocidadao.org.br



Newsletter:

Ferramenta essencial de comunicação no Terceiro Setor

Criado para difundir missão, valores e objetivos, boletim on-line é caminho seguro para aproximar entidades de seus *stakeholders*

Por Marcio Zeppelini
marcio@zeppelini.com.br



A tecnologia é mesmo uma escada que auxilia, quantitativa e qualitativamente, as ações das organizações do Terceiro Setor para a concretização de projetos dos mais variados. Como abordado no artigo anterior, sobre a importância da criação e manutenção de um site para as organizações sociais, continuaremos a discutir nesse espaço o uso de ferramentas de comunicação on-line.

Agora, o tema é *newsletter* – palavra que em português pode ser traduzida para boletim informativo. Usar essa ferramenta de comunicação com os *stakeholders* na difusão das notícias e objetivos da instituição de forma eficiente é o maior entrave para que ela flua dentro da administração e da comunicação. O modo como deve ser desenvolvida, gerenciada, produzida e enviada, é o que trataremos a seguir.

Quatro regras para profissionalizar

As quatro principais regras para obter sucesso na produção de um boletim on-line são: conceito e conteúdo; acessibilidade; envio; e pontualidade.

A primeira, e talvez a principal regra – conceito e conteúdo –, leva em consideração o como e o quê será comunicado. Ou seja, é necessário definir uma identidade visual que se alinhe às demais ferramentas da organização, como site e papelaria. Tudo deve estar de acordo: cabeçalho com logotipia, cores e tipografia. Em questão de conteúdo, definir quantidade e espécie de notícias, ordenando-as

por importância, sendo que a informação sobre a causa, ou seja, sobre os objetivos sociais da instituição, é a mais importante, deixando as notícias da própria organização como matérias secundárias. Isso porque é necessário que se crie uma necessidade e constância em sua leitura, trazendo o interesse do leitor pelo que será informado – com a atenção voltada para o informativo, dão-se os demais recados.

Se a instituição trata de portadores de Alzheimer, por exemplo, o assunto principal são temas relativos à área de estudo, ou seja, falar sobre a patologia em si, as causas, as formas de tratamento do paciente, as conquistas da ciência, enfim, deixando para abordar assuntos da organização como sendo a referência, quem atesta aquela informação.

A segunda regra – acessibilidade – precisa ser definida de acordo com o tamanho (peso) e formato do arquivo e o modo de ser enviado. Mesmo com a expansão da banda larga, ainda faz muita diferença anexar arquivos com mais de 100 kb, pois, lembre-se, muitos são enviados ao mesmo tempo. Basta multiplicar o número de endereços pelo peso do arquivo e se chegará ao volume de dados que sairá de sua caixa de e-mail.

No site da organização é interessante que haja um espaço que mostre a *newsletter*, dando a possibilidade de ler as anteriores e permitindo o cadastramento de nome e e-mail do internauta interessado, para o recebimento da mesma logo na primeira edição pós-cadastro.



No site da organização é interessante que haja um espaço que mostre a *newsletter*, dando a possibilidade de ler as anteriores e permitindo o cadastramento de nome e e-mail do internauta interessado

A terceira regra – envio – requer cuidado. Se seu *mailing* ultrapassa mil nomes, já é fundamental pensar em profissionalizar essa questão, utilizando algum sistema ou *software* de disparo de *newsletters*, que faz a transmissão de e-mail por um sistema diferente do *Outlook*, contemplando o envio de centenas e milhares ao mesmo tempo. Há empresas terceirizadas especializadas em gerenciamento de *mailing* que também oferecem esse serviço.

Um deles é o Notícia Digital, um sistema desenvolvido e comercializado por uma empresa parceira da *Revista Filantropia* que cria, gerencia e dispara boletins on-line para organizações com e sem fins lucrativos. “O diferencial do sistema é que, além de ele disparar mais de 10 mil e-mails por hora, possui um controle de *opt-ins* e *opt-outs*, prevalecendo a vontade de o leitor receber ou não seu informativo”, comenta Ricardo Oliveira, criador do Notícia Digital.

A quarta e última regra – pontualidade – é aquela que não pode jamais ser quebrada, pois é a partir dela que se desperta o interesse e a continuidade de recebimento por parte dos internautas. Antes de enviar a primeira edição é necessário avaliar qual a melhor periodicidade da *newsletter*.

Uma forma razoável de definir isso é medindo o volume de notícias geradas pela instituição ou dos assuntos de interesse dos *stakeholders*, mas advindas de outras fontes. E nunca atrasar o envio. É preferível inicialmente ter uma periodicidade pequena – mensal, por exemplo, do que sugerir uma *newsletter* semanal e não ter capacidade de gerar assunto para tanta oferta.

Notícias de sucesso

Uma das organizações que está obtendo resultados positivos com o uso de *newsletter* é o Centro de Ação

Voluntária de Curitiba (CAV), no Paraná. Desde 2004, a entidade envia semanalmente, às quintas-feiras, o Boletim Informativo VOLuntáriOs, que hoje chega a cerca de 5 mil pessoas.

“A ação se tornou tão profissional no CAV, que a ONG editou até um Manual de Redação próprio que orienta a produção do boletim e de outros materiais de comunicação”, explica Fernanda Rocha dos Santos, coordenadora do CAV de Curitiba.

Em Betim, Minas Gerais, outra organização que se aproveita bem da ferramenta desde 2004 é a Missão Ramacrisna, que a envia para um *mailing* ainda pequeno, de 710 pessoas, mas bastante dirigido. “Definimos também que trabalharíamos apenas duas notícias em cada boletim, com até 10 linhas cada, para que o nosso público possa saber das ações da Ramacrisna de forma rápida e direta. Além disso, a *news* passou a ser um instrumento de divulgação de nossos parceiros e apoiadores”, explica Solange Bottaro, responsável pelas ações de comunicação da organização.

Informação e captação de recursos

Além do rápido e eficiente canal de comunicação, a organização pode aproveitar para engatar uma forma de captar recursos para a instituição, garantindo um espaço aos doadores a fim de divulgar logotipos e *banners*.

Portanto, a *newsletter* é, reconhecidamente, uma excelente ferramenta para divulgar a missão e os valores da organização e deve ser cada vez mais aprimorada. Para quem já a possui, é imprescindível dar continuidade e melhorá-la sempre. Ao contrário, quem ainda não se comunica com seus *stakeholders* por meio de informativos on-line – mire-se nos exemplos citados nesta reportagem, e conscientize-se de sua importância.



Boletim informativo vOLuntáriOs, do CAV

Pequenas regras de etiqueta no mundo virtual

Evite que a instituição seja considerada “*spammer*”. É possível prevenir-se obedecendo algumas regras de boas práticas. São elas:

1. É recomendado sempre preencher o campo do assunto com uma descrição significativa do conteúdo do e-mail. Dessa forma, o destinatário terá a opção de não abri-lo, caso não seja de seu interesse.
2. Antes de enviar um e-mail, reflita se o conteúdo será útil ou de interesse do grupo para o qual pretende remetê-lo.
3. Respeite o propósito e o formato das listas de discussão e demais fóruns na rede.
4. Não use listas de divulgação de terceiros, nem as compre de fornecedores de mala-direta. O melhor é formar, com o tempo, sua própria lista de contatos.
5. Envie e-mails somente para os usuários que optaram pelo cadastro na lista de divulgação ou preencheram formulário disponível no site da instituição. É o que chamamos de *opt-in* (usuários que optaram por receber sua mensagem).
6. Respeite as solicitações de descadastramento de suas listas, ou seja, forme uma lista de *opt-out*. É importante que os nomes de quem não deseja receber não sejam simplesmente deletados, para que não sejam acidentalmente inseridos novamente no *mailing*.

Links

- 1 www.acaovoluntaria.org.br
- www.antispam.br
- www.ramacrisna.org.br

Marcio Zeppelini. Consultor em comunicação para o Terceiro Setor, editor da Revista Filantropia, produtor editorial pela Universidade Anhembi Morumbi e diretor executivo da Zeppelini Editorial & Comunicação.

Captação de recursos: uma atividade em que se cria e se copia

“O presente é tão grande, não nos afastemos muito, vamos de mãos dadas”

Carlos Drummond de Andrade

Renata Brunetti

renatabrunetti@atuacaosocial.com.br



A prática da captação de recursos envolve não apenas processos e técnicas, mas, principalmente, pessoas. O processo de captação é um ciclo que passa pela implantação de uma idéia, pela criação de uma cultura no interior da organização – frequentemente demandando a quebra de paradigmas e práticas consagradas internamente –, a consolidação de novas práticas internas e de relacionamento com parceiros, culminando no aprofundamento dessas práticas e relações e na abertura de novas possibilidades e oportunidades no domínio dessas redes.

Tecnicamente falando, cada uma dessas etapas tem sido descrita e praticada a partir de conceitos muito bem definidos no recente artigo de Rene Steuer, “O ciclo da captação não termina nunca...”, como: o caso; os objetivos; as metas de captação; as necessidades do mercado; os potenciais doadores; os meios e as fontes de captação; a solicitação e a renovação da doação, entre outros.

Todo esse arsenal conceitual pode ser exemplificado pela própria história da captação de recursos na Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV-EAESP). A captação na FGV-EAESP começou em 1991 com o então diretor Michael Paul Zeitlin que, logo que eleito, viajou aos Estados Unidos para estudar os modelos americanos de captação para universidades e adaptá-los à cultura brasileira. Com a captação

incorporada ao planejamento estratégico da instituição, Zeitlin iniciou o processo com empresas e ex-alunos de modo institucional, dando origem às famosas salas patrocinadas, laboratórios e auditórios personalizados.

O movimento iniciado por Zeitlin é referência até hoje entre as instituições de ensino superior e no Terceiro Setor em geral. Esse trabalho foi consolidado pela atuação internacionalmente reconhecida de Célia Cruz, que coordenou o departamento de desenvolvimento institucional da FGV-EAESP até 2000, passando a gestão para Zilla Bendit, que aprimorou e expandiu as técnicas utilizadas no patrocínio de espaços físicos, eventos culturais e acadêmicos, incorporando o marketing de relacionamento às ações de captação.

Entretanto, há mais a considerar com relação ao ciclo de captação do que o simples instrumental técnico. Esse ciclo, que não termina nunca, é um processo que passa por diferentes momentos e fases, que, por sua vez, têm diferentes exigências e características. Existem diversos meios de fazer captação: eventos especiais, mala direta, campanha anual, campanha de capital, captação on-line, telemarketing e projetos específicos, entre outros. Existem também diversas fontes de doação: pessoa física, empresas, fundações nacionais e internacionais, igrejas, convênios públicos, agências internacionais etc. E existem ainda diversas organizações da sociedade

civil, ligadas a diferentes áreas de atuação: à saúde, ao meio ambiente, ao ensino, à cultura e outras. Essas diferentes organizações direcionam suas ações para diferentes públicos-alvo: crianças, adolescentes, adultos, idosos, natureza, animais... qual é a melhor prática? Qual é a mais eficiente?

Além disso, sabemos que a prática da captação envolve pessoas. Como deveria, então, ser a pessoa do captador de recursos? Que habilidades deveria ter o melhor captador de recursos?

Para responder essas questões, a citação do professor em captação, Daniel Yoffe, é ideal: "Diga-me quais recursos deseja buscar que te direi o melhor tipo de pessoa para ajudá-lo".

É a melhor combinação de todos esses fatores que determinará o melhor resultado na captação de recursos. É muito importante esclarecer que os melhores resultados se alcançam ao longo do tempo. Nesse sentido, recomenda-se às organizações que pretendem criar uma área de captação de recursos que conheçam outras entidades já estruturadas e seus processos de desenvolvimento nessa área.

Ações como essas, alinhadas à cultura e valores das suas organizações, é que poderão garantir sua autonomia e sustentabilidade. O bom resultado decorre do amadurecimento do processo. Seguem alguns exemplos:

Programa de sócios-contribuintes

A equipe de captação de recursos dos Doutores da Alegria é uma boa referência. A qualidade do trabalho de captação dos Doutores é reconhecida por todos e é importante lembrar que isso é resultado de um esforço de muitos em um processo contínuo iniciado há muitos anos.

Em 1996, os Doutores da Alegria fecharam um grande patrocínio com a Itaú Seguros. Nessa época, Rodrigo Alvarez foi

chamado para iniciar o processo estruturando um programa que chamou informalmente de "um programa atencioso para qualquer doador". Desde o início, a maior preocupação foi acolher os doadores. Naquela época, Alvarez foi visitar as equipes da Fundação Abrinq e do Greenpeace, provavelmente com a mesma intenção que outras organizações hoje visitam a equipe dos Doutores. O passo seguinte desse processo foi o uso da Internet como ferramenta para captação de recursos.

Captação de recursos no Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

A AACD é uma referência importante, pois estruturou uma área especializada em viabilizar recursos para os projetos aprovados pelo Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (Fumcad), coordenada por Marta Delpoio. Em 2005, teve três projetos aprovados e, atualmente, já tem seis. Toda doação recebida de pessoas físicas e jurídicas até o último dia do ano-calendário pode ser deduzida do imposto de renda devido. O limite de doação para declaração do IR é de 6% (PF) e 1% (PJ).

Programa com ex-alunos

O trabalho da FGV-EAESP é muito bem desenvolvido. Como descreve Márcia Pastore, responsável pela captação com os ex-alunos da instituição no período de 1996 a 2000, alguns fatores são fundamentais para o sucesso dessa captação:

- Apoio irrestrito da diretoria;
- Planejamento a médio e longo prazo;
- Equipe bem-estruturada com profundo conhecimento da instituição e de seus ex-alunos, além das técnicas de captação;
- Tecnologia da informação – banco de dados estruturado e organizado;
- Comunicação pessoal para estreitar e fidelizar o relacionamento.

O programa ex-aluno doador da FGV-EAESP – Comunidade GV, começou com encontros entre as turmas dentro da própria instituição. Com o tempo, tornou-se um programa de relacionamento, oferecendo a seus ex-alunos doadores palestras com professores renomados, cafés da manhã, festas, seminários, entre outros.

Os ex-alunos, por sua vez, eram chamados a contribuir e participar desse movimento histórico na instituição investindo em bolsas para alunos que não podiam pagar a graduação, na atualização da biblioteca, ou mesmo deixando a critério da própria diretoria o que fazer com a doação, tamanha a credibilidade do trabalho. São exemplos assim que permitem que nesse espaço social, regido pela lógica da solidariedade, essas trocas de experiências sejam possíveis e, até mesmo, estimuladas. 🍷

Links

📍 www.aacd.org.br
www.doutoresdaalegria.org.br
www.eaesp.fgvsp.br

Renata Brunetti. Doutora e mestre em Psicologia Social pela PUC-SP, certificada em Fund Raising Management pela Fund Raising School, do Centro de Filantropia da Indiana University e mestre em Gestão em Empreendedorismo Social pela Universidade de São Paulo.



Grupo Arilton Portella

- ▶ Contabilidade entidades do 3º setor
- ▶ Assessoria no Setor de Recursos Humanos inclusive na elaboração de folhas de pagamentos
- ▶ Assessoria e Consultoria Jurídica para entidades do 3º Setor

Rua Izidoro Chanoski, 157 - Vista Alegre
Curitiba - Paraná - CEP 80820-580
Tel. (41) 3335-3437
Fax. (41) 3336-2814

www.ara-atualiza.com

Materialização contábil das ações filantrópicas, beneficentes e assistenciais

A importância das demonstrações contábeis para a credibilidade das instituições

Sergio Roberto Monello
atendimento@sergiomonello.com.br



Para garantir a transparência e manter a confiabilidade em uma organização, todas as ações assistenciais que se tipificam em gratuidades devem ser, obrigatoriamente, identificadas e registradas com precisão e clareza na contabilidade das entidades beneficentes de assistência social. Além disso, as gratuidades que não forem de assistência social devem ser contabilizadas e segregadas com clareza, pois, sejam elas decorrentes de assistência social ou filantropia, são constituídas por custos e despesas.

A materialização contábil das ações filantrópicas, beneficentes e assistenciais, representadas na contabilidade por “gratuidades”, deve ser feita em contas representativas dessas ações praticadas pela entidade beneficente. O plano de contas da organização deve ser preciso e objetivo, acompanhado das orientações de sua aplicação. O ideal é que se organize um “dicionário” desse plano, que oriente o contabilista – este deve se basear na Ciência Contábil e nas Normas Brasileiras de Contabilidade emanadas do Conselho Federal de Contabilidade. É importante que a entidade tenha organizado um manual de procedimentos pela área responsável pela gestão e controle da assistência social no que se refere à concessão das gratuidades.

A contabilidade deve atender às necessidades da gestão da instituição e dos órgãos públicos fiscalizadores, tais como: Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), Conselho Estadual de Assistência Social (Conseas), Ministério Público, Prefeitura Municipal, Ministério do Desenvolvimento

Social e de Combate à Fome, Ministério da Justiça, Ministério da Previdência Social, Ministério da Fazenda, Secretaria da Receita Federal do Brasil etc.

O profissional deve consignar na contabilidade todas as gratuidades, sejam elas aceitas ou não pelos órgãos governamentais, mas que, efetivamente, demonstrem todas as atividades desenvolvidas. A contabilidade não é feita somente para os órgãos governamentais, mas para a própria entidade, seus associados, seus usuários e à coletividade, a fim de que possam tomar conhecimento de todos os fatos decorrentes das ações beneficentes, assistenciais e filantrópicas que se concretizam em gratuidade.

No dia-a-dia das instituições são praticadas ações beneficentes, filantrópicas e de assistência social comprovadas por dispêndios financeiros. Essas gratuidades deverão ser consignadas em contas de resultado. Entretanto, a entidade pode praticar outras ações com essas características que não sejam decorrentes de dispêndios financeiros – são as chamadas “gratuidades econômicas”, que também devem ser reconhecidas e contabilizadas, tendo sempre suporte documental. Como exemplo de gratuidade econômica destacam-se os serviços gratuitos prestados por voluntários nas organizações em favor de seus assistidos.

A essência das ações de assistência social é o atendimento à pessoa que necessite das organizações sociais. A gratuidade da entidade beneficente, aquela efetivamente reconhecida como assistência social, ou seja, atendimento a pessoas carentes, deve ser comprovada perante o CNAS. Em outras palavras, é aquela ação prestada à pessoa que necessita dos serviços na

“O profissional deve consignar na contabilidade da entidade beneficente todas as gratuidades, sejam elas aceitas ou não pelos órgãos governamentais, mas que, efetivamente, demonstrem todas as atividades desenvolvidas”

forma dos preceitos constitucionais e da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS).

As ações beneficentes, filantrópicas e de assistência social devem ser materializadas através de nomenclatura contábil objetiva, clara e precisa, evidenciadas por meio dos fatos contábeis e administrativos ocorridos com a concessão de gratuidades.

Tanto as gratuidades financeiras quanto as econômicas devem, para atendimento às exigências do CNAS, transitar nas demonstrações contábeis em contas de resultado e podem, ainda, ser registradas em contas de compensação, conforme orientação constante dos pareceres técnicos do Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Vale ressaltar ainda que as gratuidades concedidas pela entidade beneficente devem ser destacadas nas notas explicativas que acompanham e fazem parte das demonstrações contábeis.

Portanto, a materialização das ações beneficentes, filantrópicas e de assistência social deve ser evidenciada na contabilidade através de contas que identifiquem essas ações, tais como: "assistência ao idoso", "assistência à criança", "assistência ao adolescente", "bolsas de estudo", "assistência médica", "assistência odontológica", "assistência oftalmológica",

"proteção à mulher", "proteção às crianças em situação de risco", "projeto de introdução ao mercado de trabalho", "projeto de inclusão social", "assistência jurídica beneficente", "bolsa-família", "programa de assistência ao planejamento familiar", "projeto saúde da mulher" e outros, observando que essas atividades estão incluídas em Programas de Proteção Básica e Especial, conforme Política Nacional de Assistência Social.

O Estatuto Social da organização, além de toda a documentação contábil, legal e fiscal, é o documento que institucionaliza, autoriza e fundamenta a materialização das ações beneficentes, filantrópicas e de assistência social, consoante às finalidades da instituição. É importante lembrar que o contabilista é o responsável técnico e profissional pelo registro de todos os fatos contábeis consignados nos livros da entidade, que demonstram as ações beneficentes, filantrópicas e de assistência social. É de se destacar ainda que a auditoria externa independente é um excelente e eficiente instrumento de certificação das demonstrações contábeis. 



Sergio Roberto Monello. Advogado, contabilista, professor, Salesiano cooperador, sócio da Advocacia Sergio Monello e do Escritório Contábil Dom Bosco.



Sergio Monello

Escritório Contábil Dom Bosco

- Especializado em contabilidade de entidades do 3º Setor
- Assessoria fiscal, previdenciária e trabalhista
- Assessoria na Obtenção e gerenciamento das Certificações
- Assessoria em departamento pessoal
- Assessoria na elaboração e gestão de programas, projetos e gratuidades assistenciais

40 anos
de exclusivo
compromisso
com as
entidades
do 3º setor

(11) 3872-1195

www.sergiomonello.com.br

São Paulo

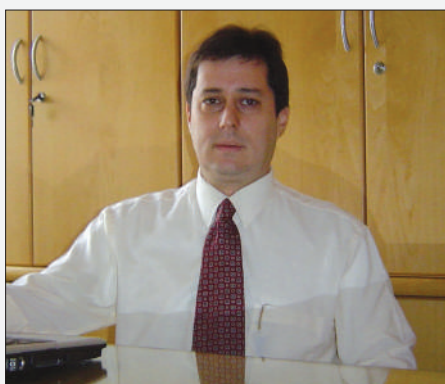
Av. Gal. Olímpio da Silveira, 655 1º e 2º andar Perdizes
São Paulo/SP - CEP 01150-001

Filial Brasília - Centro Multiempresarial
SRTVS, Quadra 701, Bloco O, sala 611
Brasília/DF - CEP 70340-000

A convergência das normas contábeis

Padronização das Normas Internacionais de Contabilidade traz mais transparência aos resultados apresentados

Alexandre Chiaratti
alexandre@auditus.com.br



Ivan Pinto
ivan@audisa.net



A contabilidade, assim como qualquer elemento da vida humana, está passando por grandes transformações neste início de século. A mais fundamental delas é a padronização das Normas Internacionais de Contabilidade (International Accounting Standard – IAS), atualmente conhecidas como normas do International Financial Reporting Standard (IFRS). Trata-se de um conjunto de pronunciamentos de contabilidade internacionais publicados e revisados pelo International Accounting Standards Board (IASB).

O objetivo dessa adequação, que chega aos poucos ao Brasil e a outros países – tendo começado pela União Européia em 31 de dezembro de 2005 –, é harmonizar as demonstrações financeiras consolidadas publicadas pelas empresas. Desse modo, ganha-se mais transparência nas informações sobre a posição financeira, os resultados e as mudanças na posição financeira de uma entidade, que são úteis a um grande número de usuários (investidores, empregados, fornecedores, clientes, instituições financeiras ou governamentais, agências de notação e público) em suas tomadas de decisão.

Os pressupostos básicos da contabilidade internacional são o regime de competência e a continuidade. Já as características qualitativas das demonstrações financeiras em IFRS são clareza, relevância, confiabilidade, comparabilidade e equilíbrio entre custo e benefício.

O Terceiro Setor também será inserido nesse processo, e seus profissionais (contadores

e administradores) devem se adequar às novas legislações. As demonstrações contábeis sofrerão alterações quanto a sua estrutura e nomenclaturas. Mas a grande pergunta para quem atua na gestão de organizações sociais é: será que a minha entidade está preparada para esta adequação contábil? O melhor a fazer é consultar o seu contador e tirar suas dúvidas a respeito desse tema.

Regulamentações

No Brasil, a Comissão de Valores Mobiliários, por meio da CVM nº 457, de 13 de julho de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 16 de julho do mesmo ano, dispôs sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras consolidadas. Com base no padrão contábil internacional esta instrução resolveu que:

Art. 1º - As companhias abertas deverão, a partir do exercício findo em 2010, apresentar as suas demonstrações financeiras consolidadas adotando o padrão contábil internacional, de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Sendo assim, o Brasil criou o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) através da resolução CFC 1.055/05, que está

Estrutura de balanço patrimonial prevista na NIC 1

ATIVO

ATIVOS CORRENTES

- Caixas e equivalentes
- Clientes e outras contas a receber

ATIVOS NÃO CORRENTES

- Títulos negociáveis a LP

ATIVOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

- Propriedades para investimento
- Imobilizado tangível
- Imobilizado intangível

PASSIVO

PASSIVOS CORRENTES

- Fornecedores e contas a pagar
- Passivos fiscais

- Provisões da folha

PASSIVOS NÃO CORRENTES

- Contas a pagar a LP

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- Patrimônio social
- Reservas
- Superávit ou déficit do exercício

elaborando a padronização com as Normas Internacionais da União Européia através de pronunciamentos técnicos.

Além disso, há a lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, antigo projeto de lei nº 3.741, de 2000, que introduz mudanças fundamentais na Lei das Sociedades por Ações. O principal objetivo é a convergência com as Normas Internacionais. A convergência vai abrir uma porta mais larga para facilitar o ingresso do Brasil no mercado global.

No mesmo caminho, a resolução nº 1.106/07 do Conselho Federal de Contabilidade determinou que as Normas Brasileiras editadas pelo CFC seguissem os padrões das Normas Internacionais a partir de 1º de no-

vembro de 2007. Já a resolução nº 1.121/08, do CFC, que aprova a NBC T 1 – Estrutura Conceitual para Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis –, veio para emitir procedimentos de contabilidade e divulgar informações desta natureza visando permitir a emissão de normas uniformes pelas entidades-membro do CPC, levando em consideração o processo de convergência

às Normas Internacionais. Cabe salientar que a NBC T 1 já existia, e foi reescrita para atender às Normas Internacionais.

Até o momento foram emitidas sete Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), incorporadas pelas IAS, e 41 Normas Internacionais de Contabilidade (IAS). Podemos citar, a título de exemplo, a “IAS ou NIC 1 – Apresentação das Demonstrações Contábeis”, que prevê as demonstrações obrigatórias que devem ser apresentadas anualmente e comparativamente ao exercício anterior: balanço patrimonial; demonstração do superávit ou déficit do exercício; demonstração das mutações do patrimônio social; demonstração do fluxo de caixa; e notas explicativas. Existem também as demonstrações opcionais: demonstração do valor adicionado (DVA) e informe sobre impacto ambiental. 

Alexandre Chiaratti. Contador, perito contábil e auditor com mais de dez anos de experiência em entidades do Terceiro Setor, filantrópicas ou não. Sócio da Audisa Auditores Associados, é especialista em Finanças (FGV-SP) e pós-graduado em Gestão de Organizações do Terceiro Setor pelo Mackenzie.

Ivan Pinto. Contador, perito contábil e auditor, com mais de 12 anos de experiência em entidades do Terceiro Setor, filantrópicas ou não. Sócio da Audisa Auditores Associados, é membro do colegiado de auditoria do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (Ibracon), do Instituto dos Auditores Internos do Brasil (Audibra) e do Institute of Internal Auditors (IIA).

Convênios Públicos: “Presente de grego”

Marcos Biasioli
marcos@mbiasioli.com.br



Nos idos de 1240 travou-se a Guerra de Tróia, conflito que aconteceu após o rapto de Helena, mulher de Menelau, rei de Esparta. Os gregos venceram com um truque que ficou famoso, pois fingiram estar fazendo preparativos para abandonar o sítio, quando, na verdade, uma parte dos navios ficou escondida atrás de uma ilha vizinha.

Os gregos construíram, então, um imenso cavalo de madeira, como se fosse um sacrifício oferecido a Minerva, mas que de fato estava cheio de homens armados. Os outros embarcaram como se estivessem partindo definitivamente. Os troianos chegaram à conclusão de que o inimigo havia abandonado o local, e as portas foram abertas para a população finalmente gozar a liberdade. O grande cavalo foi o principal objeto de curiosidade, todos queriam saber qual era a sua finalidade.

Finalmente, o cavalo foi levado para dentro da cidade “ao som de cantos e aclamações triunfais, e o dia terminou festivamente”. À noite, os homens armados que estavam dentro do cavalo abriram as portas da cidade aos seus amigos, que haviam voltado. “A cidade foi incendiada, e a população, entregue ao festim e ao sono, passada a fio de espada e Tróia completamente destruída.”

Eis, então, a origem da expressão “presente de grego”, que até hoje é empregada para demonstrar que nem sempre um presente representa algo positivo. Assim, é possível afirmar que o Convênio Público, considerado um presente para a sociedade civil organizada, muitas vezes é um lobo com pele de carneiro, visto que pode trazer mais malefícios que benefícios se a sociedade não souber identificar sua verdadeira função dentro do cenário social.

O desafio é descortinar tal nuance a fim de contribuir para que as entidades reconhecidas

pelo Estado como beneficentes não levem para casa um verdadeiro cavalo de Tróia.

Limitações econômicas do Estado

No artigo 169, a Constituição Federal prevê que a despesa com pessoal não pode exceder os limites estabelecidos em lei complementar, e por advento da Emenda Constitucional 19, a criação de cargos, empregos e funções, bem como a admissão ou contrato de pessoal, a qualquer título, somente podem ocorrer se houver dotação orçamentária e autorização específica na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Releva-se que, ainda que o Estado possua dotação orçamentária, via de regra não consegue com facilidade aprovar as alterações na Lei de Diretrizes Orçamentárias para empregar o recurso público. Em face da vedação prevista no artigo 167 da Constituição, da transferência voluntária de recursos pelos Governos Federal e Estaduais para pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, acaba engessando a máquina pública, ainda que para fins eleitorais.

Considerando que o Estado não pode parar e a ocasional necessidade de se contratar pessoal para atividades essenciais – tais como professores, enfermeiros, médicos e outras –, os executivos municipais, estaduais e federal, por autorização constitucional (vide artigo 241), se utilizam da contratação da mão-de-obra por meio da sociedade civilmente organizada, em especial as entidades beneficentes. Assim, firmam convênios que nada mais são do que um instrumento jurídico que regula a mútua colaboração e viabiliza a transferência de recursos públicos para fins de atender, em tese, aos anseios de interesse do povo.

As organizações que estão acostumadas a sobreviver com o eco do caixa vazio acabam



atraídas pela proposta de repasse do recurso público, geralmente ofertada pelas secretarias ligadas ao Poder Executivo, e o recebe como se a celebração do instrumento de convênio fosse a salvação da lavoura – muitas vezes com certa dosagem de miopia, ante os detalhes capciosos de sua redação, ou seja, soam as cornetas para receber o cavalo de Tróia.

Cautelas no uso do recurso público

É importante frisar que a instituição é uma pessoa jurídica de direito privado, que possui autonomia do Estado, podendo, desde que não infrinja a lei, exercer suas atividades sociais sem interferência do poder público.

Entretanto, a partir do momento em que se utilizam recursos públicos, de forma direta ou indireta, a organização passa a ser pessoa jurídica de direito privado com interesse público, e assim se subsume aos regramentos do Estado, quando o assunto é emprego de recurso do erário.

Assim, antes de fechar um convênio público, é importante tomar alguns cuidados:

- a) Verifique se o executivo não está lhe ofertando a transferência de uma folha de pagamento travestida de projeto social, em perfeita burla ao artigo 169 da CF/88, ou seja, se a intenção é o desenvolvimento humano ou a instauração de um cabide de emprego, ou até mesmo uma terceirização do serviço público;
- b) Não se tornar cúmplice do Estado, pois a contratação da mão-de-obra civil em detrimento do servidor público, por meio da sociedade civilmente organizada, realizada para fins de burlar a lei complementar nº 96 poderá caracterizar até mesmo improbidade administrativa, se houver favorecimento e desvio de finalidade, o que levará os administradores da entidade a responder civil e criminalmente pelo ato;

- c) Faça as contas antes e não deixe de levar em consideração o custo da mão-de-obra indispensável à consecução do projeto;
- d) O custo da mão-de-obra acima enaltecido não diz respeito apenas à remuneração, mas também aos encargos sociais, que na maioria das vezes estão incluídos no repasse e nas entrelinhas do convênio, os quais, por tal motivo, não poderão deixar de ser recolhidos aos cofres públicos, ainda que a instituição seja imune;
- e) Ainda, quanto à mão-de-obra, é necessário que se faça uma reserva de contingência trabalhista, ou seja, caso o convênio não seja renovado, o pessoal contratado para atender aos seus anseios serão os integrantes que sairão de dentro do cavalo de Tróia, pois exigirão todos os direitos trabalhistas cujo encargo ficará exclusivamente com a entidade;
- f) Em relação à contratação de serviços de terceiros ou aquisição de bens para atender o objetivo do convênio, recomenda -se que se faça por meio de convite ou até mesmo por tomada de preços, caso o valor seja expressivo, e que se acautele de guardar a sete chaves tais instrumentos, pois a qualquer momento poderá ser exigida a comprovação da melhor forma de emprego do recurso público;
- g) As contas da entidade que contrai convênio com os municípios, por exemplo, estão sujeitas ao exame do Tribunal de Contas, o que compele a instituição a recepcionar os recursos os registrando em sua contabilidade em um centro de custos específico, mediante movimentação bancária também específica, a qual não se contamina com o restante da movimentação.

É salutar lembrar que as entidades beneficiadas que possuem o encargo de demonstrar a aplicação de recursos privados em ações sociais

“As organizações que estão acostumadas a sobreviver com o eco do caixa vazio acabam atraídas pela proposta de repasse do recurso público, geralmente ofertada pelas secretarias ligadas ao Poder Executivo”

gratuitas, cujo montante não pode ser inferior a 20% da receita auferida, para fins de lograr o direito ao não recolhimento das contribuições sociais, também estão obrigadas por lei a comprovar que o valor das gratuidades não pode ser inferior ao que deixou de recolher aos cofres da Previdência Social.

Por isso, caso não recolha os tributos derivados da mão-de-obra do convênio, que ora estabelece tal obrigação no instrumento, acabará por se beneficiar com a isenção usufruída, e dentro da aritmética acima, terá que empregar em ações sociais gratuitas não só 20% das receitas, mas sim volume proporcional ao que deixou de recolher aos cofres públicos, sem falar no ônus de responder pelo descumprimento do acordo de cooperação celebrado.

Assim, de forma derradeira, que seja bem-vindo o recurso público, desde que venha corroborar com o desenvolvimento social, e que some aos esforços da entidade beneficente em amplo espírito de cooperação. Porém, se assim não for, agradeça o presente, pois ele será de grego. ☺

Modelo de emprego das ações sociais

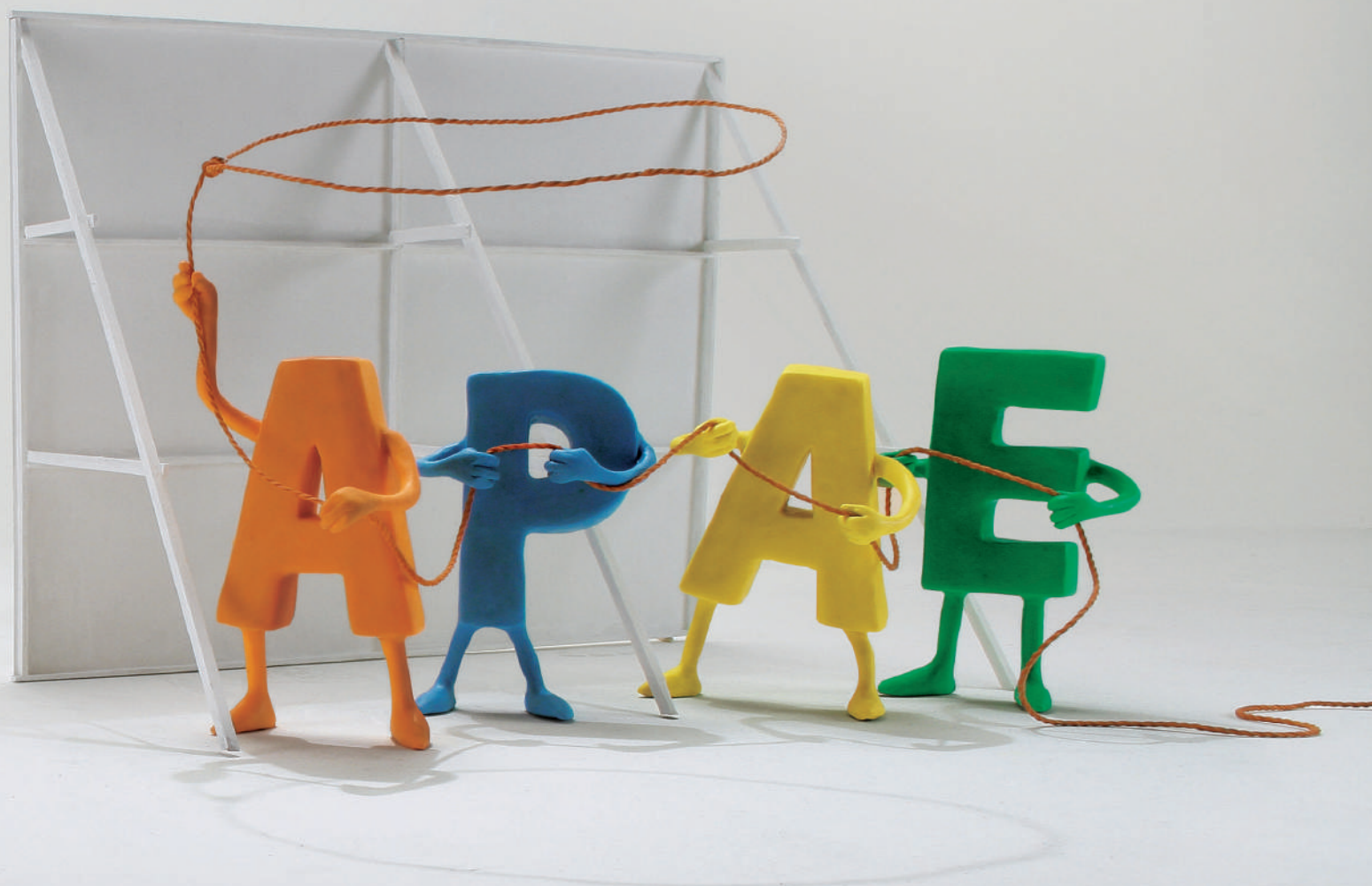
Receita Privada	R\$100.000
Gratuidade 20%	R\$ 20.000
Mão de Obra do Convênio	R\$ 100.000
Encargos Sociais do Convênio	R\$ 35.000
Valor da gratuidade a ser praticada	R\$ 35.000

Marcos Biasioli. Advogado em São Paulo, pós-graduado em Direito Empresarial pela The European University, mestre em Direito pela PUC/ SP, administrador de empresas pelo Mackenzie/ SP, consultor jurídico de entidades do Terceiro Setor e idealizador e membro do Conselho Editorial da Revista Filantropia.

HIPOTIREOIDISMO

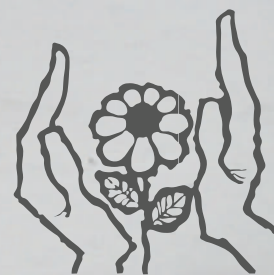


Mais de 1,2 milhão
de atendimentos na área
de saúde em 2007.



Este é o trabalho da APAE de São Paulo: evitar que a deficiência intelectual faça parte da vida de milhares de crianças.

Há mais de 45 anos, a APAE de São Paulo realiza um trabalho pioneiro na prevenção da deficiência intelectual. Posicionado entre os mais importantes do mundo, o Laboratório APAE de São Paulo implementou o Teste do Pezinho no Brasil. Apenas algumas gotinhas de sangue são suficientes para diagnosticar diversas doenças no recém-nascido. A partir do diagnóstico confirmado, as equipes especializadas do Ambulatório e da Cozinha Especial da APAE de São Paulo viabilizam o tratamento e a alimentação especial que impedem que milhares de crianças desenvolvam a deficiência intelectual. Acesse www.apaesp.org.br e conheça esses programas de prevenção e outros trabalhos de inclusão das pessoas com deficiência intelectual.



APAE
DE SÃO PAULO
www.apaesp.org.br

Banco de dados para adoção

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) lançou em abril um cadastro para unificar os dados sobre crianças que esperam por adoção em todo o Brasil. O banco de dados terá informações sobre crianças que vivem em abrigos e pais que querem adotar. Tudo será cruzado, inclusive a oferta e demanda de diferentes Estados. Não existe cálculo do número de crianças aguardando a adoção no Brasil, mas a Associação de Magistrados Brasileiros estima que pelo menos 80 mil vivem em abrigos à espera de serem adotadas. Com o cadastro, será possível avaliar o tamanho do problema e criar políticas públicas específicas para evitar que essas crianças vivam sem família. O prazo dado pelo CNJ para que os juízes enviem os dados de suas cidades é de seis meses.

i www.conjur.com.br

Convênios

O decreto nº 6.428/2008 alterou os artigos 1º, 3º, 10, 13, 18 e 19 do decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007. O texto trata de convênios, contratos de repasse e termos de cooperação celebrados pelos órgãos e entidades da administração pública federal com órgãos ou entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos, para a execução de programas, projetos e atividades de interesse recíproco, com a respectiva transferência do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União. Assim, as instituições privadas sem fins lucrativos que pretendam celebrar convênio ou contrato de repasse com órgãos e entidades da administração pública federal deverão realizar cadastro prévio no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (Siconv), conforme normas do órgão central do sistema.

i www.mbiasioli.com.br

Ensino médio

Por intermédio do projeto de lei 04/2008, aprovado no dia 8 de maio, determinou-se a inclusão das disciplinas Filosofia e Sociologia como obrigatórias na grade curricular do ensino médio. Excluídas do currículo em época de regime militar, elas voltarão aos bancos escolares após 11 anos de tramitação de Projeto no Congresso Nacional.

i www.camara.gov.br

Células-tronco

Debates éticos e religiosos à parte, o Supremo Tribunal Federal resolveu, no dia 29 de maio, que as pesquisas com células-tronco embrionárias não violam o direito à vida, tampouco a dignidade da pessoa humana. Esses argumentos foram utilizados pelo ex-procurador-geral da República, Claudio Fonteles, em Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 3510) ajuizada com o propósito de impedir essa linha de estudo científico. Para seis ministros, portanto a maioria da Corte, o artigo 5º da Lei de Biossegurança não merece reparo.

i www.stf.gov.br

Súmula vinculante

Os ministros do Supremo Tribunal Federal aprovaram o texto de uma nova súmula vinculante, a quarta editada e que se refere à decisão sobre indexação de vantagens ao salário-mínimo. O texto sugerido pelo vice-presidente do STF, ministro Cezar Peluso, foi aprovado pelos demais ministros e teve parecer favorável do procurador-geral da República, Antonio Fernando Souza, sendo sua versão final: salvo os casos previstos na Constituição Federal, o salário-mínimo não pode ser usado como indexador de base de cálculo de vantagem de servidor público ou de empregado, nem ser substituído por decisão judicial.

i www.stf.gov.br

Cemitérios X IPTU

O Supremo Tribunal Federal decidiu que os cemitérios que funcionam como extensões de entidades religiosas, que não tenham fins lucrativos e se dediquem exclusivamente a serviços religiosos e funerários, são imunes à cobrança de IPTU. O relator do julgamento fundamentou seu voto com base na tese da imunidade tributária do cemitério nos artigos 5º, inciso VI, e 19, inciso I, da Constituição Federal. Os dispositivos asseguram a liberdade de crença e de culto e garantem a proteção aos locais de culto e suas liturgias.

i www.stf.gov.br



Portadores de necessidades especiais

O decreto nº 49.512, publicado em 21 de maio, que regulamenta o Programa de Cadastro de Profissionais Portadores de Necessidade Especial, foi instituído na cidade de São Paulo pela lei nº 14.672, de 14 de janeiro de 2008. O Programa tem por objetivo facilitar a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. A Secretaria Municipal do Trabalho e a Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida realizarão a gestão do Programa, colocando à disposição, entre outros serviços, o cadastramento por meio eletrônico ou telefônico.

i www.mbiasioli.com.br

Cotas para paraplégicos

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou, no dia 20 de maio, o projeto de lei 2.077/96, que obriga a empresa com 50 ou mais empregados a contratar, no mínimo, 10% de paraplégicos. O PL corrige problemas de técnica legislativa, adaptando o texto aos preceitos da lei complementar 95/98, que regula a elaboração das leis. Como o projeto havia sido anteriormente rejeitado pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, seguirá agora para votação em plenário.

i www.camara.gov.br



Dedução de imposto

A Comissão de Educação e Cultura aprovou, no dia 28 de maio, o projeto de lei 1.816/07, que amplia de 4 para 6% a margem de dedução do imposto sobre o lucro real devido pelas empresas que participam do financiamento de projetos culturais. A proposta altera a lei nº 9.532/97, que trata da legislação tributária federal. Essa norma faz referência à Lei Rouanet (8.313/91) e à Lei do Audiovisual (8.685/93). O objetivo é aumentar a captação de recursos para o patrocínio privado de produções artísticas e culturais. O PL tramita em caráter conclusivo e ainda será analisado pelas comissões de Finanças e Tributação, de Constituição e Justiça e de Cidadania.

i www.camara.gov.br

Imposto de Renda

Incide Imposto de Renda sobre o pagamento de indenização de horas extras trabalhadas. O entendimento foi tomado, por unanimidade, após intenso debate pela 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça. Desse modo, está unificada a jurisprudência da 1ª e da 2ª Turma, que tinham decisões conflitantes sobre a questão. Assim, é legal a incidência do IR sobre a verba decorrente de horas extraordinárias, inclusive quando resultante de acordo coletivo, possui caráter remuneratório e configura acréscimo patrimonial.

i www.conjur.com.br

Salário-família

O direito à cota de salário-família é definido em razão da remuneração que seria devida ao empregado no mês, independentemente do número de dias efetivamente trabalhados. Todas as importâncias que integram o salário-de-contribuição devem ser consideradas como parte integrante da remuneração do mês, exceto o 13º salário e o adicional de férias (terço constitucional). Portanto, devem ser considerados os adicionais salariais, tais como: horas extras, noturno, insalubridade, periculosidade etc.

i www.iob.com.br

Arquivamento de documentos

A Comissão de Finanças e Tributação aprovou o projeto de lei complementar 23/2007 (a proposta altera o Código Tributário Nacional), que torna obrigatória a conservação de documentos nos arquivos dos órgãos da Fazenda Pública por dez anos. Atualmente, eles ficam disponíveis por cinco anos, prazo em que prescrevem os créditos tributários, mas os deputados da comissão entenderam que investigações criminais requerem arquivos mais antigos. A proposta foi aprovada na forma de substitutivo, permitindo que as declarações fiscais dos contribuintes sejam digitalizadas ou microfilmadas, para facilitar o arquivamento. A relatoria do PL acatou o pedido para que os demais documentos fiscais possam ser arquivados eletronicamente. É o caso de livros de escrituração comercial e fiscal e comprovantes de lançamentos. O PL passará pela CCJ e irá a Plenário.

i www.camara.gov.br

Parcelamento de Débitos

O Governo de São Paulo publicou norma (lei 13.014, de 19 de maio de 2008) que institui o Programa de Parcelamento de Débitos (PPD) para a liquidação dos débitos estabelecidos na lei, constituídos ou não, inscritos ou não na dívida ativa, mesmo que ajuizados, desde que o valor do débito, atualizado nos termos da legislação vigente, seja recolhido em moeda corrente.

i www.mbiasioli.com.br

Instituições e comodato de imóveis

As organizações do Terceiro Setor que têm sede em imóveis cedidos em comodato devem prestar atenção à legislação sobre o tema. Comodato é o empréstimo para uso temporário, a título gratuito, de bem que deverá ser devolvido após o uso ou dentro de prazo pré-determinado, mediante contrato. Os bens objetos de contrato pertencem ao Ativo Imobilizado da empresa comodante, os quais, por ocasião da sua aquisição, devem ser registrados em uma conta própria intitulada: "Bens Reservados para Comodato". Por ocasião da entrega do bem à comodatária (no caso, a organização), a comodante transfere o bem para conta própria do imobilizado em operação, que pode intitular-se: "Bens Cedidos em Comodato". No retorno do bem à comodante, este será novamente registrado na conta: "Bens Destinados a Comodato" (pelo valor do custo do bem), transferindo-se, também, o valor correspondente registrado na conta "Depreciação Acumulada de Bens Cedidos em Comodato" para a conta "Depreciação Acumulada de Bens Destinados a Comodato".

Registro contábil do bem

O bem recebido em comodato não deve alterar a situação patrimonial da comodatária, por tratar-se de bem de terceiros, que não integra o seu patrimônio. Todavia, é recomendável que esse bem seja registrado em contas de compensação, reconhecendo-se a posse e a obrigação de devolvê-lo. Quanto ao registro da devolução do bem na comodatária, este será por meio da reversão dos lançamentos feitos nas contas de compensação. Baixa-se a obrigação, contra o direito de uso registrado por ocasião do recebimento do bem.

i www.iob.com.br

IR e obras de arte

O projeto de lei 2.764/08 permite ao contribuinte deduzir do Imposto de Renda devido o valor das obras de arte e dos bens de valor histórico e cultural que forem doados a museus públicos federais. De acordo com a proposta, esse valor não poderá ultrapassar 6% do imposto devido (somando-se também as doações feitas aos fundos da criança e do adolescente, a projetos culturais e ao incentivo a atividades audiovisuais). O PL será analisado por várias comissões antes de seguir ao Plenário.

i www.camara.gov.br



Setembro

Dia	Obrigação	Fato gerador
5	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged)	Enviar ao Ministério do Trabalho a relação de admissões e desligamentos ocorridos em agosto/08
	FGTS	Depósitos relativos à remuneração de agosto/08
	Dacon	Prazo de entrega da declaração pela internet, sem multa referente aos fatos geradores ocorridos em julho/08, para pessoa jurídica obrigada à entrega da DCTF Mensal
	DCTF Mensal	Prazo de entrega da declaração pela internet, sem multa referente aos fatos geradores ocorridos em julho/08
10	GPS	Envio da cópia da Guia da Previdência Social (GPS), relativa à competência agosto/08, ao sindicato representativo da categoria profissional mais numerosa entre os empregados
	IRRF	Pagamento do Imposto de Renda Retido na Fonte correspondente aos fatos geradores ocorridos no mês de agosto, incidente sobre rendimentos sujeitos às apuração mensal do imposto.
	Previdência Social (INSS)	Recolhimento das contribuições previdenciárias relativas à competência agosto/08 devidas pelas empresas, inclusive a retida sobre cessão de mão-de-obra ou empreitada e a descontada do contribuinte individual que tenha prestado serviço à empresa
15	CSLL, Cofins e PIS/Pasep	Pagamento dos valores retidos da CSLL, da Cofins e da contribuição para o PIS/Pasep sobre os pagamentos a pessoas jurídicas ocorridos no período de 1º a 31/8/08
	Previdência Social	Recolhimento em GPS, da competência agosto/08, das contribuições devidas pelos contribuintes individuais, pelos facultativos e pelo especial, que tenham optado pelo recolhimento na condição de contribuinte individual, bem como o empregador doméstico (contribuição do empregado e do empregador)
19	Cofins	Pagamento da contribuição cujos fatos geradores ocorreram em agosto/08
	PIS/Pasep	Pagamento da contribuição cujos fatos geradores ocorreram em agosto/08
30	CSLL, Cofins e PIS/Pasep	Pagamento dos valores retidos da CSLL, da Cofins e da contribuição para o PIS/Pasep sobre os pagamentos a pessoas jurídicas ocorridos no período de 1º a 15/9/08
	DES	Entrega da Declaração Eletrônica de Serviços (município de São Paulo) correspondente aos fatos geradores ocorridos em julho/08
	Contribuição Sindical	Recolhimento das contribuições descontadas dos empregados em agosto/08. Consultar a respectiva entidade sindical, que pode fixar prazo diverso
	ITR	Entrega da Declaração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (DITR) – exercício 2008
	IRPF – Quota	Pagamento da quota única ou da 1ª quota do ITR código 1070
		Pagamento da 6ª quota do imposto apurado pelas pessoas físicas na Declaração de Ajuste relativa ao ano-calendário de 2007, acrescido de juro de 1%

Outubro

Dia	Obrigação	Fato gerador
7	DCTF Mensal	Prazo de entrega da declaração pela internet, sem multa referente aos fatos geradores ocorridos em agosto/08
	Dacon	Prazo de entrega da declaração pela internet, sem multa referente aos fatos geradores ocorridos em agosto/08, para pessoa jurídica obrigada a entrega da DCTF Mensal
	Dacon	Prazo de entrega da declaração pela internet para pessoa jurídica obrigada à entrega da DCTF Semestral
	FGTS	Depósitos relativos à remuneração de setembro/08
	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged)	Enviar ao Ministério do Trabalho a relação de admissões e desligamentos ocorridos em setembro/08
	DCTF Semestral	Prazo de entrega da declaração pela internet, sem multa referente ao 1º semestre de 2008
	IRRF	Pagamento do Imposto de Renda Retido na Fonte correspondente aos fatos geradores ocorridos no mês de setembro, incidente sobre rendimentos sujeitos à apuração mensal do imposto
10	GPS	Envio da cópia da Guia da Previdência Social (GPS) relativa à competência setembro/08, ao sindicato representativo da categoria profissional mais numerosa entre os empregados
	Previdência Social (INSS)	Recolhimento das contribuições previdenciárias relativas à competência setembro/08 devidas pelas empresas, inclusive a retida sobre cessão de mão-de-obra ou empreitada e a descontada do contribuinte individual que tenha prestado serviço à empresa
15	CSLL, Cofins e PIS/Pasep	Pagamento dos valores retidos da CSLL, da Cofins e da contribuição para o PIS/Pasep sobre os pagamentos a pessoas jurídicas ocorridos no período de 1º a 30/9/08
	Previdência Social	Recolhimento em GPS, da competência setembro/08, das contribuições devidas pelos contribuintes individuais, pelos facultativos e pelo especial, que tenham optado pelo recolhimento na condição de contribuinte individual, bem como o empregador doméstico (contribuição do empregado e do empregador)
20	Cofins	Pagamento da contribuição cujos fatos geradores ocorreram no mês de setembro/08
	PIS/Pasep	Pagamento da contribuição cujos fatos geradores ocorreram no mês de setembro/08
31	CSLL, Cofins e PIS/Pasep	Pagamento dos valores retidos da CSLL, da Cofins e da contribuição para o PIS/Pasep sobre os pagamentos a pessoas jurídicas ocorridos no período de 1º a 15/10/08
	DES	Entrega da Declaração Eletrônica de Serviços (município de São Paulo) correspondente aos fatos geradores ocorridos em agosto/08
	Contribuição Sindical	Recolhimento das contribuições descontadas dos empregados em setembro/08. Consultar a respectiva entidade sindical, que pode fixar prazo diverso.

Tabelas práticas				
Contribuições previdenciárias (INSS)				
1 – Segurado: empregado, empregado doméstico e trabalhador avulso				
Salário de contribuição		Alíquota para fins de recolhimento ao INSS	Alíquota para determinação da base de cálculo do IRRF	
de	até	-	-	
-	R\$ 868,29	8%	8%	
R\$ 868,30	R\$ 1.447,14	9%	9%	
R\$ 1.447,15	R\$ 2.894,28	11%	11%	
2 – Segurado: empregado doméstico (tabela para orientação do empregador doméstico)				
Salário de contribuição		Alíquota para fins de recolhimento ao INSS		
de	até	empregado	empregador	total
-	R\$ 911,70	8%	12%	20%
R\$ 911,71	R\$ 1.519,50	9%	12%	21%
R\$ 1.519,51	R\$ 3.038,99	11%	12%	23%
3 – Segurado: contribuinte individual e facultativo				
A partir da competência abril/03, para os segurados contribuinte (individual e facultativo) o valor da contribuição deverá ser de 20% do salário-base, caso não preste serviço a empresa(s), que poderá variar do limite mínimo ao limite máximo do salário de contribuição				
4 – Salário-mínimo				
Período		Valor		
maio/04 a abril/05		R\$ 260		
maio/05 a março/06		R\$ 300		
a partir de abril/06		R\$ 350		
a partir de março/08		R\$ 415		
5 – Salário-família				
Remuneração		Valor		
Até R\$ 472,43		R\$ 24,23		
De R\$ 472,44 até R\$ 710,08		R\$ 17,07		
IR – Fonte e Carnê Leão (2008)				
Base de cálculo mensal		Alíquota	Parcela a deduzir	
até R\$ 1.372,81		-	isento	
de R\$ 1.372,82 até R\$ 2.743,25		15%	R\$ 205,92	
acima de R\$ 2.743,25		27,50%	R\$ 548,82	

*Tabelas sujeitas a alterações.

Deduções admitidas:

- Por dependente, o valor de R\$ 137,99 por mês.
- Parcela isenta de rendimentos provenientes de aposentadoria e pensão, até o valor de R\$ 1.372,81 por mês, a partir do mês que o contribuinte completou 65 anos de idade.
- As importâncias pagas em dinheiro a título de alimentos ou pensões, em cumprimento do acordo ou decisão judicial, inclusive a prestação de alimentos provisionais.
- As contribuições para a Previdência Social da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.
- As contribuições às entidades de previdência privada domiciliadas no país, cujo ônus tenha sido do contribuinte, destinadas a custear benefícios complementares assemelhados aos da Previdência Social, no caso de trabalhador com vínculo empregatício, de administradores, aposentados e pensionistas.

Cálculo do imposto:

- Base de cálculo: rendimento bruto diminuído das deduções admitidas.
- Valor do imposto: na base de cálculo, aplica-se alíquota correspondente e do resultado subtrai-se a parcela a deduzir.

Uma organização está segura de demandas trabalhistas se fizer contratações sob a forma de terceirização?

O artigo 3º, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), considera empregada toda pessoa física que prestar serviços de natureza não-eventual ao empregador, sob a dependência deste e mediante salário. Assim, haverá a caracterização do vínculo empregatício quando estiverem presentes quatro requisitos: pessoalidade, habitualidade, onerosidade e subordinação. Entende-se que, independentemente da terceirização ocorrer na forma de atividade meio ou fim, se os requisitos da relação de trabalho forem comprovados, será considerado empregado, razão pela qual será reconhecida a fraude na terceirização da atividade. As atividades são aquelas não-essenciais à empresa, que têm a finalidade de dar suporte às atividades principais. Já as atividades fim são as descritas no contrato social.

É possível patentear um produto elaborado por uma organização social?

Não há qualquer impedimento para que entidades do Terceiro Setor patenteiem seus produtos, desde que atendam aos requisitos da legislação em vigor. Patente é o reconhecimento público concedido pelo Estado ao titular de um determinado invento, impedindo que terceiros se utilizem dele sem autorização. Após determinado tempo, esses inventos caem em domínio público (20 anos, em caso de privilégio de invenção, e 15 anos, no caso de modelo de utilidade). Algumas inovações, contudo, não são patenteáveis, seja por não contemplarem os requisitos da patenteabilidade ou por imposição legal.

Uma organização sem fins lucrativos precisa de licença da Cetesb para exercer suas atividades?

A preocupação com o meio ambiente se intensifica a cada momento e, na medida em que pesquisas e estudos são divulgados, verifica-se a solidificação de políticas que pautam seus objetivos no desenvolvimento sustentável. Desse modo, estão expressas na legislação medidas que salvagam o meio ambiente; dentre elas, aquelas que avaliam o impacto ambiental da atividade desempenhada, para fins de autorização de funcionamento, conforme se verifica na resolução nº 237/97 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama). O anexo 1 dessa resolução define quais são as atividades sujeitas às licenças ambientais, portanto, é possível identificar a necessidade ou não da solicitação de referida licença junto à Cetesb.

O que é um Conselho Curador?

Toda fundação deve possuir um Conselho Curador, também conhecido como Conselho Superior. Trata-se do órgão que expressa a vontade dos instituidores, que zela pelas finalidades sociais da instituição, de modo que as mesmas sejam cumpridas. Necessariamente precisa se materializar na forma de colegiado, por três ou mais membros, representantes de órgãos públicos ou privados, cabendo ao estatuto definir exatamente suas atribuições, que geralmente são de ordem fiscalizatória e deliberativa.

É legítimo instituir banco de horas em uma associação ou fundação?

Em princípio, é necessário esclarecer que esse assunto pode apresentar algumas variações, de acordo com a convenção coletiva de cada categoria e localidade. Entretanto, é possível traçar alguns parâmetros, dentre os quais a organização, em conjunto com seus funcionários, poderá avaliar as melhores medidas. O banco de horas deve ser benéfico aos trabalhadores e de maneira alguma poderá servir de instrumento para burlar a legislação laboral, disfarçando possíveis horas extras. A jurisprudência tem se manifestado no sentido de que a compensação de horas somente é válida com o atendimento das exigências legais (CLT e Convenção Coletiva), sendo que, se não houver documento hábil que comprove o acordo, qualquer tipo de compensação não terá validade e as horas serão devidas como extras.

O que fazer se o estatuto de uma fundação não for aprovado pelo Ministério Público?

São duas as ocasiões em que o poder judiciário é chamado a se manifestar: quando o Ministério Público não aprova o estatuto e quando o Ministério Público sugere alterações e o instituidor não concorda. Em ambos os casos, busca-se o suprimento por meio da ordem judicial, que poderá concordar ou discordar da não-aprovação.

Planejar e realizar eventos ajuda a divulgar atividades realizadas em instituições sociais, tornando-se importante ferramenta de captação de recursos

Em prol da sustentabilidade



bilidadade



Por Thaís Iannarelli

No âmbito do Terceiro Setor, muito se fala sobre captação de recursos e sua importância para o desenvolvimento das instituições. Também é conhecida a necessidade do planejamento estratégico e da comunicação das organizações para o mesmo fim: captar recursos em longo prazo para ter condições de crescer ordenadamente. Porém, uma importante ferramenta de captação que, muitas vezes, é deixada de lado, ou considerada como uma mera atividade “extra” para a instituição, são os eventos. Quem nunca participou ou, pelo menos, foi convidado para festas juninas, bingos, jantares e leilões em prol de alguma instituição beneficente?

Isso sem falar nos congressos, palestras e cursos, que acontecem com mais frequência no país, devido à crescente necessidade de profissionalização do Terceiro Setor. De acordo com a pesquisa “As Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos no Brasil” (Fasfil), as organizações sociais empregavam, em 2002, cerca de 1,5 milhão de pessoas, e a média de remuneração desses trabalhadores era de 4,5 salários – média ligeiramente superior à dos assalariados das empresas em geral, que era de 4,3 salários.

Promover eventos, ao contrário do que se pode imaginar, é uma estratégia que requer muito esforço e dedicação da instituição. Além de direcionar investimentos, é necessário também mobilizar pessoas, cuidar da divulgação, da organização e dos resultados. Porém, o trabalho vale a pena: a instituição torna-se o centro das atenções e tem a oportunidade de expor suas atividades e objetivos.

Particularidades

Organizar eventos pode não ser tarefa fácil, mas a visibilidade e os benefícios trazidos por eles são inúmeros. É preciso ter em mente que, ao realizar algo voltado ao público, seja ele interno ou externo, toda a atenção estará voltada para a organização. Assim, além de ser uma ótima oportunidade de mostrar os pontos fortes e atrair recursos, é também preciso ter cuidado com os pontos fracos, que, conseqüentemente, ficarão à mostra.

Por isso, a realização de um evento pode ser aproveitada como um momento para organizar também outras características, como a missão e a visão da entidade, por exemplo. A divulgação, peça-chave dessa ferramenta, pode ser auxiliada pelos membros da própria instituição, que ajudam a aumentar a rede de contatos e de convidados.

Outro ponto importante a ser lembrado é que, nesse processo, a captação de recursos acontece em duas partes – a primeira, em curto prazo, é quando, no caso de uma festa ou jantar, se vendem os convites; no caso de um curso ou congresso, é o momento do pagamento das inscrições. A segunda parte, em longo prazo, é a captação de colaboradores e doadores que participaram e conheceram a entidade. “É um momento para poder falar diretamente com o público-alvo, para buscar recursos e para promover um conceito, uma cultura. É por isso que nos dedicamos tanto a essa forma de comunicação”, explica Mara Siauly, presidente da Laramara, organização que visa à inclusão da pessoa com deficiência visual.

Tipos de eventos

Antes de decidir fazer um evento, é importante saber quais são os tipos que podem ajudar sua organização:

Para público externo

Esses tipos de atividade têm como metas a captação de recursos e a divulgação da entidade. A captação é feita tanto financeiramente, no ato da venda de convites ou inscrição de cursos, como no contato com os participantes, que podem se tornar voluntários, colaboradores ou doadores, se tiverem interesse. A divulgação também faz parte desse tipo de evento, já que pessoas de fora vêm para conhecer os trabalhos realizados. As áreas institucional, de marketing e de assessoria de imprensa também podem realizar a divulgação junto à mídia, aumentando a visibilidade do evento. Um caso muito conhecido é o do Instituto Ronald McDonald, que existe desde 1999 e atua pela luta contra o câncer infantio-juvenil. O famoso McDia Feliz, realizado no último sábado de agosto, é uma ação externa realizada pelo Instituto, e o dinheiro arrecadado com as vendas de sanduíches *Big Mac* (exceto impostos) e de produtos institucionais, como camisetas, bonés e chaveiros, é revertido para instituições de apoio ao combate ao câncer.

Para público interno

Muitas vezes, os bons resultados e projetos novos da organização não são divulgados para todos os funcionários, voluntários e colaboradores, que participaram para esse saldo positivo acontecer. É importante que todos saibam os dados da instituição. Então, eventos para “prestar contas” a quem se dedica ao trabalho são essenciais para motivar mais a equipe. Premiar e reconhecer funcionários e voluntários também são iniciativas que impulsionam os colaboradores.



Congresso Internacional realizado pela Abrale

Participação em eventos

A instituição especializada em algum assunto pode participar de palestras e exposições, entre outros. Por exemplo, se a organização tratar de crianças que vivam com o vírus HIV, seus representantes podem realizar palestras sobre inclusão, igualdade e até sobre o tratamento clínico da doença em eventos realizados por outras instituições ou empresas.

Congressos, seminários e encontros de Terceiro Setor

Algumas organizações podem se unir para realizar congressos sobre um mesmo tema, realizando parcerias. Eles podem ter como foco a capacitação para trabalhadores de organizações, palestras de especialistas e diplomas de participação. Podem ter um ou mais dias de duração.

Temáticos

Palestras ou discussões sobre um tema específico podem ser realizadas em prol de uma instituição, além de servir como divulgação e ser de interesse público. A Associação Brasileira de Linfoma e Leucemia (Abrale), por exemplo, realiza diversas oficinas e rodas de conversa sobre o assunto com o qual trabalha. Em junho, realizou a 1ª Conferência Pan-Americana de Talassemia, no Rio de Janeiro.

Alguns casos de sucesso

Instituto Avon

Algumas instituições aproveitam e aprendem a utilizar a ferramenta “eventos” tão bem que acabam se tornando exemplos para as outras. O Instituto Avon é uma delas. Criado em 2003 pela empresa de cosméticos de mesmo nome, seu objetivo é direcionar recursos para as causas ligadas à mulher. Assim, 1,2 milhão de revendedoras autônomas que prestam serviços para a empresa são as responsáveis por disseminar informações importantes sobre as causas que o instituto defende, que são: prevenção do câncer de mama; o Programa Saúde Integral da Mulher, que trabalha o conceito de saúde como um todo; e a causa da violência doméstica.

Desde 1992, no âmbito global, a empresa realiza o *Avon Breast Cancer Crusade*, que, no Brasil, recebeu o nome “Um Beijo pela Vida”, coordenada pelo Instituto. A campanha dá suporte financeiro a projetos que disseminam informações sobre o câncer de mama, sua prevenção e tratamento. “Até agora, a campanha já apoiou 66 projetos, aplicou aproximadamente R\$ 14,1 milhões e beneficiou cerca de 1 milhão

de mulheres”, conta Lírio Cipriani, diretor-executivo do Instituto Avon. A campanha é realizada durante o ano todo, quando funcionários, revendedoras e parceiros promovem ações de grande proporção ligadas à causa.

Laramara

A instituição foi fundada em 1991 com o objetivo de apoiar as pessoas com deficiência visual. Até 2007, recebeu 8 mil famílias e atendeu 700 crianças e jovens integrados em seus programas. Atualmente, é referência no trabalho em parceria com a família, escola e comunidade para promover o desenvolvimento, aprendizagem e inclusão dos deficientes visuais.

Na entidade, a área de comunicação é responsável pela organização e produção dos eventos. “Realizamos feiras, jantares, congressos, apresentações e outras formas de atividade. Por termos um bom relacionamento com muitos apoiadores e outras entidades, o leque de possibilidades é bem grande”, conta Mara Siaulys. Segundo ela, os eventos acontecem desde a fundação da organização. “Essa é uma das melhores formas de sensibilizar a sociedade a respeito da inclusão”.

Sobre sua estruturação e organização, depende do tamanho e da demanda que a ação apresenta. “Há casos em que entramos somente com a coordenação, pois o apoiador traz sua equipe para nos ajudar. Mas também há momentos em que usamos o trabalho de voluntários da Laramara. Como a gama de acontecimentos é muito grande, não há um padrão único para a produção”.

Associação Brasileira de Linfoma e Leucemia (Abrale)

A associação, fundada em 2002, trabalha para disponibilizar o melhor tratamento de linfoma e leucemia no Brasil, tendo como bases a informação, a educação e a política. A sede fica em São Paulo, mas há núcleos em Campinas, Curitiba, Fortaleza, Goiânia, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e Salvador. “Realizamos festas sociais como chá da tarde, bingo, almoços e jantares dançantes, mas também fazemos congressos nacionais e internacionais, encontros para pacientes, concursos de fotos, concursos de jornalismo, dia do médico, bazares, corridas, caminhadas etc.”, conta Diólia de Carvalho, da área de comunicação e marketing da entidade.

Só em junho de 2008, aconteceram quatro ocasiões importantes na associação: a 1ª Conferência Pan-Americana de Talassemia; o Ciclo Abrale de Atualização Profissional – Módulo



“O evento significa um momento para poder falar diretamente com o público-alvo, para buscar recursos e para promover um conceito, uma cultura”

Mara Siaulys,
presidente da Laramara



Luciano Szafir na comemoração dos 15 anos da Laramara



Serviço Social; o Encontro AbraLe – Mesa Redonda: o que a equipe multiprofissional pode fazer pelo paciente; e o Chá da Tarde Beneficente, realizado no Casa Cor, em São Paulo.

Instituto Ronald Mc Donald

O Instituto luta contra o câncer infantil e atua na captação de recursos a serem destinados a instituições cadastradas – atualmente, há 90 instituições cadastradas e 80 projetos apoiados. Os esforços estão direcionados a quatro áreas:

- Ações de voluntariado nas instituições cadastradas;
- Apoio à melhoria da infra-estrutura hospitalar;
- Promoção e divulgação de conhecimentos relativos à doença;
- Incentivo à pesquisa.

O McDia Feliz acontece atualmente em 14 países (Argentina, Austrália, Áustria, Brasil, Canadá, Estados Unidos, Finlândia, França, Inglaterra, Irlanda, Nova Zelândia, Noruega, Suécia e Suíça). No Brasil, desde 1988, o programa já doou mais de R\$ 80 milhões a instituições sociais. Em 2007, por exemplo, arrecadou R\$ 10.179.768,70,

segundo a assessoria de imprensa do Instituto, e beneficiou 62 instituições. Essa é a ação mais conhecida da organização, que ainda realiza outras iniciativas.

O Invitational Golf Cup que, este ano, aconteceu no dia 14 de maio, é um outro exemplo. A ocasião, organizada pela empresa Martin-Brower em prol do Instituto Ronald McDonald, teve patrocínio de diversas outras empresas, como McDonald's, McCain, Scania e TIM, além do apoio da Aon, Braslo, Cargill, Coca-Cola, Gestech Consultoria Empresarial, Ferreira Rodrigues Sociedade de Advogados e Sadia. No dia, cerca de 300 convidados e jogadores de golfe profissionais se divertiram e arrecadaram recursos para a construção da Unidade de Internação Onco-Hematológica Pediátrica do Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais.

Por onde começar?

O problema da maior parte das organizações sociais é o planejamento prévio. Muitas vezes, não há tempo ou *know-how* suficientes para preparar e organizar tudo com antecedência. No caso dos eventos, especificamente, há outro obstáculo: os principais parceiros e colaboradores



Ronald Mc Donald no McDia Feliz

direcionam suas doações a atividades-fim, e não a atividades administrativas. Então, o primeiro passo é conseguir mobilizar este processo – arrecadar fundos para a infra-estrutura. O dinheiro recebido na compra dos convites de uma festa, por exemplo, captado em curto prazo, pode ser usado nas despesas administrativas.

A administradora de empresas e professora de marketing da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM), Andrea Goldschmidt, listou alguns itens essenciais para o sucesso do seu evento:

- Primeiro, pense na capacidade da organização. Começar com eventos pequenos é melhor, para que se adquira experiência para que os próximos sejam maiores e mais bem-sucedidos. Se o número de funcionários e voluntários for grande, vale pensar numa maior complexidade operacional;
- Planeje. Faça um cronograma de ações com as informações referentes ao acontecimento, as atividades necessárias, quem são os responsáveis por elas, em que ordem devem ocorrer, prazos etc.;
- Elabore um plano e fique atento aos detalhes. Tente pensar nas dificuldades que podem aparecer e, se ocorrerem, como podem ser contornadas;
- É importante desenvolver um plano de comunicação, já que um dos resultados mais importantes do evento é a publicidade. Ela é uma ferramenta muito útil na divulgação das atividades realizadas pela instituição, podendo trazer novos parceiros e fidelizar mais doadores e voluntários;
- Selecione pessoas e determine o que cada uma vai ter como atividade principal. Escolha aquelas com capacidade e disponibilidade para assumir cada uma das tarefas designadas;
- Realize reuniões periódicas para o acompanhamento do cronograma, antes do evento, e mantenha todos os participantes bem informados sobre o andamento das atividades. Certifique-se de que todos os envolvidos estão comprometidos com a ação, pois, se uma pessoa não cumprir suas tarefas no prazo, pode prejudicar tudo o que foi organizado, ou dificultar o trabalho de outros. A ação em equipe é fundamental para o sucesso da ação;
- Elabore um orçamento, porque é essencial saber quais são os custos usados na elaboração de um evento, e qual o retorno esperado dele. Provavelmente será necessário fazer um investimento

para realizar uma festa. Em um almoço, por exemplo, será necessário comprar alimentos, alugar instalações, serviço de bufê, e, depois, o dinheiro será reposto com a venda dos convites. É importante que este gasto anterior esteja previsto no fluxo de caixa da organização;

- Controle o que for arrecadado em uma planilha de gastos e receitas. Conforme o tipo de evento organizado, pode haver várias fontes de entrada de recursos, como a venda de convites, de alimentos e bebidas, patrocínios etc. Com esse controle, não só se evitam desvios, como também fica mais fácil analisar, no futuro, quais são as fontes de recursos mais eficientes para os próximos eventos.
- Após a realização do evento, agradeça todos os voluntários e funcionários envolvidos. Isso pode ser feito com uma carta, por exemplo, que vai gerar sentimentos de valorização e motivação. Esse ato, além de atencioso, aumenta as chances de ter essas pessoas trabalhando sempre em prol da instituição.

Organizar eventos dá trabalho, mas também é recompensador. Depois de certa prática, é interessante montar um cronograma anual com as ações a serem realizadas. E, claro, não esquecendo das fases da comunicação e divulgação, que são essenciais para o sucesso. “Fazemos a divulgação dos eventos utilizando *mailings* e assessoria de imprensa, que têm um peso muito forte em nosso trabalho. É por isso que nos dedicamos tanto a essa forma de comunicação, porque é a nossa oportunidade de compartilhar idéias sobre a inclusão e tudo o que se relaciona a ela”, diz Mara Siaulys, sobre a Laramara.

Quando a instituição se familiarizar com essas ações, os gestores podem se dedicar mais ao planejamento estratégico, à captação de recursos e à busca de parcerias, importantes para a realização de eventos. Algumas dificuldades aparecem, mas servem para fortalecer e incentivar o crescimento. “Para nós, o maior obstáculo é não conseguir fazer tantos seminários quanto gostaríamos, já que sentimos que temos capacidade para realizar mais pelos pacientes”, conta Diólia, da Abrale. “Porém, pontos positivos trazidos nos eventos, como arrecadação e interação com o público, agregam ao rol de investidores e apoiadores”, conclui. 

Redes de conhecimento e contatos

Algumas associações e instituições do Terceiro Setor já são conhecidas por promoverem a integração e troca de informações entre organizações sociais e empresas. São ótimas fontes para pesquisa e, inclusive, para divulgação e conhecimento de eventos.

A Rede de Informações para o Terceiro Setor (Rits), foi fundada em 1997 e funciona como uma rede virtual de informações. Sua ferramenta principal é a internet, usada como forma de promover a troca de conhecimentos no setor social. No site, há uma seção destinada especialmente aos eventos, que serve de “vitrine” às organizações. É possível enviar notícias gratuitamente para serem publicadas.

O Instituto Ethos, outra organização que trata mais diretamente da responsabilidade social, foi criada para ajudar as empresas a gerir seus negócios com um cunho social. Possui 1.344 associados e também atua como local de troca de informações e experiências. Além disso, já é referência internacional no ramo. Os eventos também estão presentes em sua programação, e é possível se cadastrar no site para receber as novidades, na seção “Participe”.

O Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (Gife), que reúne instituições de origem privada que praticam investimento social em projetos sociais, culturais e ambientais, também contribui com o desenvolvimento de projetos por meio de informações e, principalmente, com capacitações, oficinas, cursos e palestras de especialistas brasileiros e estrangeiros. Assim, sua função é propor um espaço para troca de experiências e para realização de parcerias entre os setores social e privado. Além de organizar cursos próprios, o site também tem um espaço para divulgação de outros eventos, na seção “Agenda”.

Por fim, a **Revista Filantropia** também possui um espaço aberto de divulgação na seção “Agenda”. As organizações podem cadastrar seus eventos gratuitamente no site da publicação, que divulga outros acontecimentos do Terceiro Setor.

Links

 www.abrale.org.br
www.ethos.org.br
www.gife.org.br
www.institutoavon.org.br
www.instituto-ronald.org.br
www.laramara.org.br
www.revistafilantropia.com.br
www.rits.org.br

Dirigir um país, brincadeira muito séria

Atuação política no país faz com que
a felicidade coletiva seja um sonho distante

Felipe Mello
felipe@cantocidadao.org.br



O Brasil é um paraíso para quem escreve sobre ele. Especialmente no que diz respeito a aspectos relacionados às questões público-estatais. A não-utilização do conceito de política na última frase – como, por exemplo, questões políticas – é intencional, porque já passou da hora de parar de classificar como política o que os funcionários estatais (dos três poderes: executivo, legislativo e judiciário), em sua grande maioria, fazem diuturnamente.

Aristóteles (384 a.C. – 322 a.C.) foi um importante pensador grego, aluno de Platão e professor de Alexandre, o Grande. Para ele, a política é a ciência mais suprema, à qual as outras ciências estão subordinadas e da qual todas as demais se servem em uma cidade (em grego, *pólis* significa “cidade”). A tarefa da política é investigar qual a melhor forma de governo e instituições capazes de garantir a felicidade coletiva.

Uma análise bem simplória – e bastante desgastada pela repetição – aponta para uma realidade nacional em que a nota média do ensino público (especialmente no ensino fundamental) fica abaixo de cinco. Reprovação em massa. Nosso número anual de homicídios deixa o Iraque com vergonha de fazer uma guerra tão gentil. Os aparelhos de saúde pública são ótimos motivos para

cada um de nós sonhar com um plano de saúde privado, por pior que ele seja. Está claro porque é uma ofensa conceitual chamar funcionários estatais de “políticos”, ou seja: aqueles que investigam e trabalham pela felicidade coletiva?

O que fazer? Enfileirar-se em frente ao consulado estadunidense e embarcar rumo ao templo do *fast food*? Talvez. Outra opção é espernear por uma possível dupla cidadania européia e quem sabe morar na Espanha, França ou Portugal. Há outras opções, certamente.

Toda a questão tem a ver com a doação de sangue. É isso mesmo. Os bancos de sangue amanhecem regularmente com déficit no volume de sangue para atender às suas demandas. Isso porque menos de 2% da população brasileira doa sangue. Você leu corretamente: 2%. Se esse número dobrasse, a mendicância sanguínea estancaria, pois seriam atendidas as necessidades regulares desse tipo de procedimento médico-hospitalar. Alguém aí nunca ouviu falar da importância da doação de sangue? Existe campanha mais veiculada que essa? Nem as Casas Bahia conseguem tanta exposição na mídia – ao longo da história – quanto a singela doação de sangue. Quer doar quanto?

Ainda não ficou clara a relação entre país sem política, e, portanto, sem “felicidade coletiva”, e a doação de sangue? Trata-se de comprometimento com a causa. O brasileiro ainda não se deu conta de que, sem a sua participação, falaremos das mazelas tupiniquins pelos próximos 300 anos, com avanço paquidérmico rumo à justiça social.

A solução não é a doação de todo o sangue que o ser humano leva consigo (normalmente 10% do peso total da pessoa), mas sim, a doação pequena e regular ao exercício da cidadania, com boas escolhas eleitorais, fiscalização do investimento público, sugestão de melhorias e comportamento individual coerente com o bem-estar coletivo. Sem isso, pode tirar o equino da precipitação pluviométrica, porque vai continuar faltando sangue para turbinar este país. Afinal, não há lugar no mundo com tantos vampiros e sanguessugas quanto por aqui. Pelo menos não com cargos tão importantes, tamanho poder de decisão e que custem tão caro (afinal, o parlamentar brasileiro custa dez vezes mais que o espanhol, por exemplo).

Sobriedade para dirigir melhor

Exemplo de miopia executiva e embriaguez política (que dificulta ainda mais a

felicidade coletiva proposta por Aristóteles) é a opção por cortar recursos da área de investimentos do orçamento da União e ampliar o valor destinado ao Bolsa Família. Retira-se dinheiro público de programas ligados à melhoria da educação, saúde, saneamento básico e segurança, e destina-se mais dinheiro para uma legião de famílias vitimizadas pelo vampirismo tupiniquim. Esse tipo de decisão pode até colocar alguns curativos na batida de trem, mas deixa clara a preferência por remediar a consequência (muito mais visibilidade eleitoral) a mergulhar eticamente nas causas da injustiça social (com ações que geram menos visibilidade eleitoral em curto prazo).

Em tempos de “lei seca”, ou seja, proibição absoluta do consumo de álcool associado à direção, vale refletir sobre esse “porre” que parece acometer funcionários estatais populistas e cheios de palavras nas bocas. País que pensa pequeno e só distribui peixe vê passar gerações de pessoas que cambaleiam de ressaca pela vida.

Se existe uma pena rigorosa para quem dirige automóveis embriagado (legislação bastante pertinente, por sinal, que na primeira semana diminuiu em 27% os acidentados de trânsito no Hospital das Clínicas, em São Paulo), é mais do que justo que exista uma

pena rigorosa para quem faz o mesmo com os recursos públicos municipais, estaduais e federais. Como existe muito fisiologismo entre os funcionários estatais brasileiros, ou seja, um protege o outro, cada um dos cidadãos que têm o poder de voto – nesse país democrático no conceito – deve castigar seu representante durante o mandato e, especialmente, na época da eleição (que, a propósito, está chegando; você se lembra em quem votou há quatro anos?). Para castigar é preciso saber o crime, como na obra de Dostoiévski. E para saber o crime é preciso acompanhar de perto. Ou seja, voltamos à questão da doação de sangue. 🍷

Link

www.prosangue.sp.gov.br

Felipe Mello. Radialista, palestrante e diretor da ONG Canto Cidadão, fundada para produzir e democratizar informações sobre cidadania e direitos humanos.

A logomarca faz a diferença

Símbolo representa a idoneidade de um programa e agrega novos valores compartilhados pelos funcionários

Uma cena se repete em várias empresas que realizam programas de incentivo ao voluntariado: a utilização, para o voluntariado entre funcionários, da logomarca da empresa ou do braço social da mesma. Com o passar do tempo, constata-se alguns problemas, e uma logomarca específica para o programa de voluntariado empresarial é criada. Esse processo, além de não ser saudável para o programa, também é um fator complicador para o entendimento dos funcionários e engajamento às iniciativas sociais.

Inicialmente, a utilização de uma mesma logomarca da empresa no programa de incentivo ao voluntariado dos funcionários pode trazer um entendimento errado da proposta de trabalho. Uma vez que os objetivos e formas de atuação são diferentes, é preciso saber distingui-los, promovendo uma identificação projetiva.

Utilizando a logomarca da empresa, o funcionário inicialmente associa aquela imagem à companhia, o que pode provocar no colaborador o mesmo tipo de relação que mantém com seu trabalho – nem sempre

saudável –, que pode dar a entender que a pessoa está sendo “voluntária da empresa”. Além disso, pode estender o entendimento das relações de trabalho, como hierarquia e subordinação, às relações de voluntariado, e isso não é uma postura positiva para um programa que busca engajar e promover iniciativas cidadãs entre colaboradores.

Por exemplo, um dos comportamentos esperados de determinada empresa para com seus colaboradores é que eles tenham posturas competitivas. No ambiente de negócios, isso é saudável e esperado. Porém, no ambiente voluntário, a postura deve ser colaborativa, e não competitiva. A utilização da mesma logotipia pode promover a identificação de maneira errônea e equivocada, forçando que sejam feitas atividades para esclarecimentos, que nem sempre são eficazes.

Utilizar a logomarca do braço social da empresa não é recomendável, porque muito embora esse setor promova efetivamente as ações de relacionamento com a comunidade, não significa que o programa empresarial de voluntariado compartilhe dos mesmos valores. Por exemplo, o braço social de uma determinada empresa trabalha com investimento social privado e tem suas orientações estratégicas, seus valores e conceitos orientados para a atuação com educação. A utilização da mesma logotipia desse braço social no programa de incentivo ao voluntariado promove a identificação com aqueles valores e área de atuação, que nem sempre correspondem aos ideais de atuação voluntária dos colaboradores. Como trabalhar com desejos e buscas tão diversas?

Equívocos dessa natureza, que confundem a atuação dos voluntários e que não permitem que sejam “donos” das ações realizadas, independentes e compartilhando valores entre eles, pode ser um grave erro na continuidade das ações. Isso porque, uma vez afastados das iniciativas de incentivo ao voluntariado por um entendimento errado dos valores e ações, apenas com um trabalho extenuante de

sensibilização e esclarecimento será possível promover novamente o engajamento voluntário dos colaboradores.

A solução que não gera problemas de entendimento logo no início do programa de voluntariado na empresa é buscar uma logotipia nova, que seja de “posse” dos colaboradores, com a qual eles se identifiquem, compartilhem valores e tenham a clareza de que fazem parte daquela iniciativa. Daquela e tão somente daquela, porque, dessa maneira, interagem e contribuem efetivamente para o crescimento daquele programa ou projeto, independentemente da sua relação com a empresa ou com o braço social da mesma.

As marcas tornaram-se a garantia e indicadores de qualidade, valor, credibilidade e origem. São comunicadores silenciosos por meio dos quais os consumidores identificam produtos, serviços e organizações. Identificam visualmente e fazem a interface com os valores histórico-pessoais, que podem ser compartilhados com outras pessoas. O valor das marcas não está na quantificação do que foi gasto com sua confecção, mas sim, é percebido pela relação que o público mantém com a mesma. Quanto mais positiva e cheia de significados for, mais contribui para que tenha valor agregado. Por isso, é importante que os colaboradores entendam e compartilhem os princípios daquela proposta, representada visualmente pela logomarca do projeto ou programa. 

As marcas e logotipos são mais do que palavras e imagens. Tem funções de vital importância como:

- Identificar um produto, serviço ou organização
- Reforçar o nome do projeto junto ao público
- Diferenciar um produto, serviço ou organização da concorrência
- Dar informações sobre origem, valor e qualidade
- Agregar valor aos produtos
- Fidelizar o público
- Conquistar novas adesões à proposta
- Criar vínculos emocionais novos



Centro de Ação Voluntária de Curitiba (CAV)

 www.acaovoluntaria.org.br
empresarial@acaovoluntaria.org.br
(41) 3322-8076

A importância do coordenador de voluntários

A organização do trabalho voluntário traz melhores resultados para a instituição

Por Anísia Villas Boas Sukadolnik

Uma das principais marcas do Terceiro Setor são as pessoas que nele atuam: motivadas, cheias de garra, com muitas idéias para mudar a realidade. Tomados pelo entusiasmo e ansiedade, muitos grupos logo colocam as ações em prática, mas, depois de algum tempo, perdem a força, como uma bateria que se descarrega. Mas qual é a fórmula para alcançar os resultados desejados?

A prática tem mostrado que o planejamento criterioso somado à organização, boa vontade, persistência e colaboração de todos ajudam a atingir os objetivos com mais eficácia. Essas características levam ao trabalho voluntário organizado, diferente de ações isoladas que começam e nem sempre terminam. E manter o comprometimento e o entusiasmo dos envolvidos nas atividades depende de um coordenador de voluntários, igualmente comprometido.

Essa pessoa pode ser um integrante da organização social ou alguém de fora, voluntário ou contratado. O importante é que tenha o perfil adequado para a função. Deve ter capacidade de liderança, boa comunicação, saber ouvir, ter habilidade para solucionar conflitos, capacidade de coordenação e conhecimento dos projetos realizados pela organização.

Sua principal missão é envolver e sensibilizar as pessoas dispostas a doar seu tempo, trabalho e talento para criar um ambiente receptivo para a implementação de um programa de voluntariado.

Ao iniciar o trabalho, o coordenador será responsável por diagnosticar necessidades dentro da organização, traçar o perfil do voluntário de acordo com cada função e selecioná-lo.

Durante o processo de admissão, o coordenador deve treinar o novo grupo e fazer sua integração com a equipe de colaboradores e voluntários antigos. Deve criar formas de valorização e reconhecimento, o que contribui bastante para a motivação das pessoas.

Visando à manutenção do programa, faz-se necessário monitorar e avaliar, mas sem gerar um ambiente de controle e de vigilância. A intenção é criar meios de obter informações para dar retorno dos resultados das atividades desenvolvidas, evidenciando, assim, a importância do papel do voluntário na organização.

Um programa de voluntariado organizado tem mais chances de ter sucesso e de levar à satisfação do voluntário e da organização social, trazendo ganhos para todos.

10 dicas para organizar um programa de voluntariado empresarial

- Conhecer a empresa e sua cultura interna e definir os objetivos do programa de voluntariado;
- Recrutar o primeiro comitê de trabalho, composto por funcionários. Facilite os encontros deste grupo e trabalhe para a criação de um plano de ação;
- Desenvolver conceitos e estratégias de apoio ao programa. Lembre-se que o envolvimento da direção da empresa é importante;
- Diagnosticar as experiências e potencialidades dos funcionários;
- Identificar as necessidades da comunidade, pesquisando suas reais demandas;
- Estruturar o programa de voluntariado, traçando metas: como transformar suas idéias em um projeto? Defina objetivos, estratégias, recursos humanos, materiais, cronograma de implantação e sistema de avaliação;
- Implantar e gerenciar o programa. É importante haver um coordenador com visão profissional do programa, e um comitê que represente diferentes áreas da empresa;
- Divulgar o programa, interna e externamente;
- Valorizar e reconhecer as ações voluntárias com cartas de agradecimento e divulgação dos casos exemplares;
- Trabalhar em rede com outros programas e associações de empresários.

Fonte: Manual – Como as empresas podem implementar programas de voluntariado.

Da altura dos nossos ideais

Adolfo, uma pequena cidade a 494 km de São Paulo, com apenas 4 mil habitantes, pode se orgulhar de um grande feito: lá, alunos da escola Professora Ruth dos Reis conseguiram plantar, em apenas três anos, mais de uma árvore por habitante. Entre 2001 e 2004, foram 4 mil mudas de árvores nativas plantadas em solo que eles próprios prepararam.

Esse resultado foi apenas o primeiro do projeto “Plantando uma Boa Idéia”, motivado pela constatação de que a cidade mantinha apenas pouco mais de 3% da cobertura original de mata atlântica – a cidade, em outras épocas, teve mais de 21 mil hectares de vegetação nativa, contra apenas 700 hectares no início do projeto.

Tudo começou quando, em 2000, a proprietária de uma fazenda procurou a prefeitura da cidade para manifestar sua indignação diante da devastação de suas terras por moradores da região. O prefeito foi à

escola e, da parceria entre a fazenda, a escola e a prefeitura, nasceu o projeto.

Para coordenar as tarefas, foram convidados inicialmente os alunos identificados como líderes que exerciam, na maioria das vezes, influência negativa. “Fizemos isso para que eles percebessem a importância do projeto. E deu certo. Eles são os que mais ajudam”, conta o vice-diretor da escola, Edenilson Antônio Malavasi. A escola também conseguiu envolver professores, pais, outras escolas, profissionais da agronomia e instituições como a Polícia Ambiental, a Polícia Militar, a Sabesp e a Casa da Agricultura.

São 773 alunos envolvidos, da 1ª série do ensino fundamental ao 3º ano do ensino médio, e os professores aproveitam o projeto no processo de ensino-aprendizagem. Em geografia, eles aprendem topografia e tipos de solo; em história, conhecem a cultura local; em ciências e biologia,

aprendem sobre ecossistemas, aves migratórias, nome de árvores e espécies nativas.

O próximo passo é ampliar os projetos na área de cidadania, buscando conscientizar a população da cidade, trabalhar contra o desperdício, aumentar a área reflorestada e identificar com etiquetas cada uma das espécies. Ao mesmo tempo, a escola pretende continuar conjugando a ação voluntária com a aprendizagem efetiva – uma vez que as ações possibilitam diversos projetos interdisciplinares.

As ações não têm fim. As primeiras mudas plantadas já têm mais de seis metros e não chegam nem aos pés dos sonhos da escola... 

Escola Municipal Professora Ruth dos Reis
 (17) 3814-1203

Fundação Fé e Alegria proporciona educação com conscientização

A Fundação Fé e Alegria foi criada há 50 anos na Venezuela pelo padre jesuíta José Maria Vélaz e está presente em 17 países da América Latina. Ela atua nas áreas de educação formal e não-formal e abre espaços para outras ações de promoção humana, tais como: criação de emissoras de rádio de conteúdo educativo, desenvolvimento de programas de educação de adultos, capacitação para o trabalho e reinserção escolar, capacitação de educadores, fomento de cooperativas e micro-empresas, projetos de desenvolvimento comunitário, de saúde, de cultura indígena, e edição de materiais educativos. Em 2006, a fundação atendeu mais de um milhão de pessoas na América Latina e, em 2007, foram atendidas cerca de 100 mil pessoas em 14 estados brasileiros.

No Brasil desde 1981, a fundação é uma organização social coordenada por jesuítas e coordena o Movimento de Educação Popular Integral e Promoção Social. Por considerar Paulo Freire um dos pensadores mais importantes

da pedagogia latino-americana, a organização assumiu sua proposta de educação popular.

Sempre presente nas atividades da Fé e Alegria, o trabalho voluntário é utilizado no apoio administrativo, na captação de produtos e parceiros, nas palestras para a Escola da Família e a Estação Cultural, programas desenvolvidos pela entidade, na promoção de bazares, em aulas de espanhol para funcionários e comunidade e nos contatos com escolas. “O trabalho voluntário para a Fé e Alegria é a combinação de amor, talento e tempo que deu certo, pois descobrimos no compromisso e seriedade dessa equipe uma satisfação em ver a continuidade dos projetos e a qualidade do nosso atendimento. Hoje, o voluntariado é um braço fundamental: é bastante atuante e participa da nossa missão, que é estar nos extremos das cidades, atendendo a quem realmente precisa, com qualidade e respeito”, revela o padre Carlos Fritzen, diretor presidente da Fundação Fé e Alegria do Brasil.

A Fundação vê a educação como um meio de capacitação humana e política que permite aos beneficiários a participação real na sociedade para poder, dessa forma, transformá-la e exercer a sua cidadania. Sua ação é impulsionada pela fé cristã e se dirige de forma co-participativa aos setores empobrecidos, principalmente crianças e jovens, privilegiando os grupos discriminados por razões étnicas, culturais, de gênero ou por necessidades especiais. Em perfeita harmonia com o que disse o seu fundador, padre José Maria Vélaz: Fé e Alegria começa onde termina o asfalto... 

Fundação Fé e Alegria
 (11) 3865-9761

PUBLIQUE SEU BALANÇO SOCIAL

com quem entende de

TERCEIRO SETOR E RESPONSABILIDADE SOCIAL



- ◆ Redação e análise de dados
- ◆ Modelo Ibase e Ethos
- ◆ Criação e diagramação
- ◆ Impressão e distribuição

SOLICITE UM ORÇAMENTO:

(11) 2978-6686

zeppelini@zeppelini.com.br

 **ZEPPELINI**
editorial

editora responsável pela

Revista
filantropia

www.zeppelini.com.br

Aprendizagem + empr

Organizações promovem a capacitação e a inserção

Por Valeuska de Vassimon

Muitas vezes, o primeiro emprego no Brasil é um sonho distante para jovens de baixa renda e escolaridade. No entanto, entidades sem fins lucrativos, em parceria com o governo, empresas ou institutos privados, tratam de transformar esse sonho em realidade. Com o intuito de promover o aprendizado e a inserção de jovens carentes no mercado de trabalho, as organizações que lidam com educação profissional têm tido bons resultados.

É o caso do Instituto Profissionalizante Paulista (IPP), fundado em 2004 por iniciativa do Rotary Club São Paulo, em parceria com o Citi. Com quase 1.400 alunos formados e 280 inseridos no mercado de trabalho, a ONG oferece cursos profissionalizantes com duração de 760 horas e, por meio das empresas parceiras, realiza a busca por vagas para os aprendizes. “Negociamos com as empresas, analisamos os benefícios, contatamos os pais dos jovens. Durante todo o tempo, eles têm nossa tutela e são avaliados por uma assistente social”, conta Kátia Drügge, superintendente do instituto. “Embora as micro e pequenas empresas não sejam obrigadas a seguir a Lei do Aprendiz, muitas nos procuram com o objetivo de colocar em prática sua responsabilidade social. Isso é muito importante, porque muitas vezes o primeiro emprego dá um sentido de vida ao jovem”, afirma.

Também seguindo as disposições da lei federal, o projeto Patrulheiro Mirim, em Monte Alto, no interior de São Paulo, já capacitou 580 adolescentes, dos quais 315 foram inseridos no mercado de trabalho. Em parceria com o Senac de Jaboatão – cidade a 16 km do

município – e a prefeitura de Monte Alto, os alunos têm uma carga de 15 horas semanais, com aulas que abordam temas como saúde e qualidade de vida, marketing pessoal, atitude empreendedora e informática, entre outros.

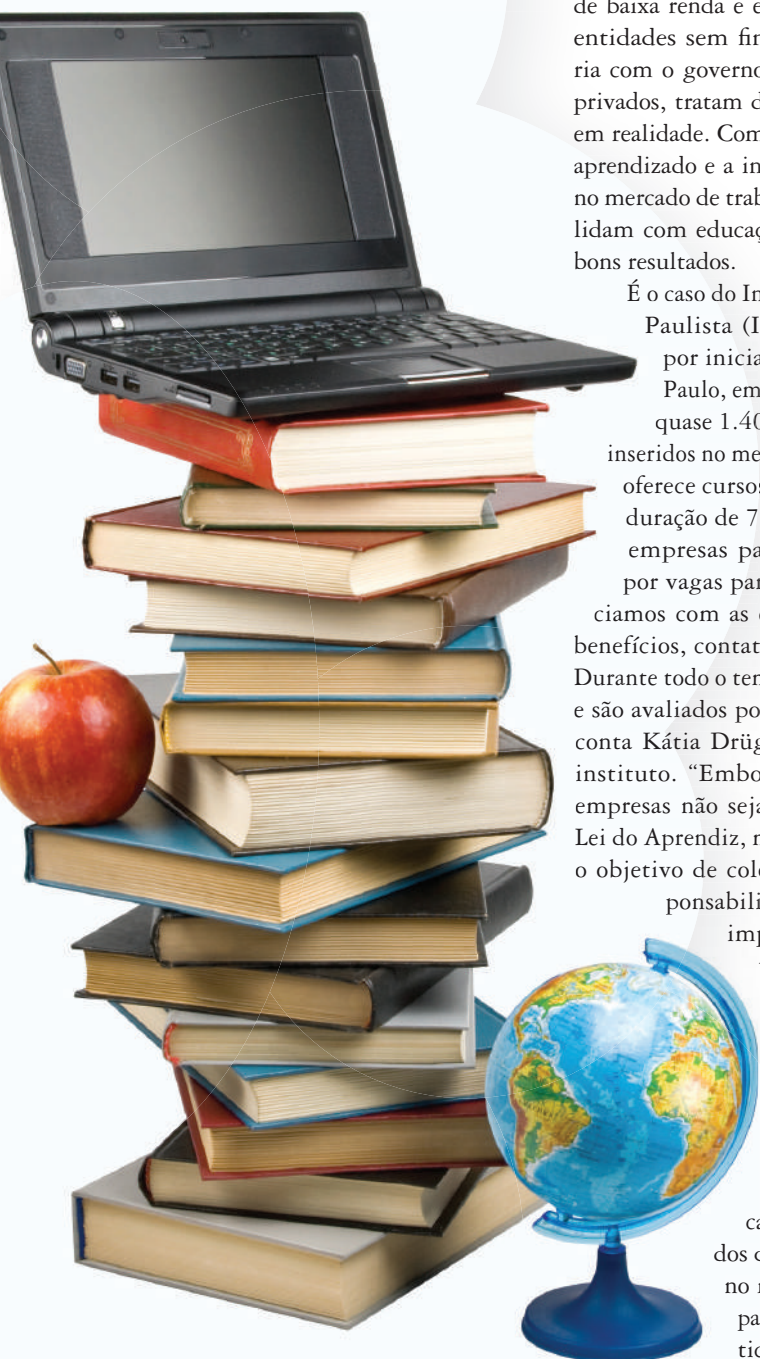
“Após a contratação das empresas e a evolução profissional de nossos alunos, constatamos 75% de sucesso, e observamos uma transformação da expectativa de futuro por parte dos menores aprendizes”, afirma Julio César Caetano, coordenador administrativo da Associação de Amparo e Profissionalização do Adolescente e Defesa do Meio Ambiente (Aprodema).

A maior dificuldade, no entanto, é em relação à captação de recursos na iniciativa privada para a capacitação e formação do menor aprendiz. “Apesar de nossas mobilizações, infelizmente não obtivemos êxito nesta esfera. Atualmente as estruturas organizacional e pedagógica são subsidiadas pela prefeitura”, conta Caetano, ressaltando que a sociedade do município contribui com a contratação dos jovens.

O programa ProJovem, lançado no ano passado pelo governo federal (que unificou as ações do Consórcio Social da Juventude e Juventude Cidadã) também promove o emprego de jovens carentes entre 18 e 29 anos. Só em Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, foram oferecidas 10 mil vagas na construção civil no começo de 2008, em parceria com a prefeitura da cidade.

Cumprindo outra lei federal (lei nº 8.213/91), e com o intuito de aumentar as chances de inserção de pessoas com deficiência nas grandes empresas está o Instituto de Pesquisas Eldorado, em Campinas, no interior de São Paulo. A capacitação dos jovens é realizada pelo projeto Oficina do Futuro, que ministra, além dos aspectos técnicos, módulos de cidadania, preparação para o trabalho e etiqueta corporativa.

“Estamos aguardando patrocínio de empresas para dar início a novas turmas, mas já foi possível notar os resultados positivos



ego: fórmula perfeita

de jovens carentes no mercado de trabalho

Lei do Aprendiz

Conforme determinação da CLT, todos os estabelecimentos são obrigados a cumprir a cota de aprendizagem, variando entre 5 e 15%, com exceção das micro e pequenas empresas, além das entidades sem fins lucrativos que trabalhem com educação profissional.

Já a Lei do Aprendiz (lei nº 10.097/2000, lei nº 11.180/2005 e o decreto nº 5.598/2005) visa regular a contratação de aprendizes entre 14 e 24 anos, por meio de um contrato de trabalho especial em que o empregador garanta o aprendizado através de aulas teóricas e práticas, bem como o emprego do aprendiz, visando sua formação profissional.

O contrato gera vínculo empregatício e tem um prazo máximo de dois anos. Para sua validade, é necessário o registro em carteira e a inscrição do jovem aprendiz no programa de aprendizagem – realizado por entidades do Sistema S (Senai, Senac, Senar, Senat e Sescop) – ou escolas técnicas e ONGs registradas no CMDCA.

O aprendiz tem direito ao salário-mínimo-hora e sua jornada não pode exceder seis horas diárias, ou oito horas, caso tenha concluído o ensino fundamental e as horas de aprendizagem teórica estiverem incluídas.

do projeto-piloto”, conta Wagner Faneco, assessor da Oficina do Futuro. Ele ressalta que, dos 19 alunos com deficiência física ou auditiva que concluíram os cursos de montagem eletrônica e tecnologia da informação, três já foram contratados e o restante está participando de processos seletivos.

Já a Fundação Idepac, em parceria com a empresa Contmatic Phoenix, empregou cerca de 6 mil jovens carentes desde 2005, sendo que 620 aprendizes conseguiram inserção no mercado de trabalho. “Começamos com um curso de 500 horas e aumentamos para mil horas/aula. Hoje temos mais de 14 mil empresários de micro e pequenas empresas que buscam nossa mão-de-obra

qualificada”, afirma Sérgio Contente, presidente da fundação.

Só no primeiro trimestre de 2008, pelo menos 59 alunos garantiram seu primeiro emprego nas áreas de informática e administração. “O empresário nos telefona e escolhe se ele mesmo irá selecionar o aprendiz ou se podemos fazer isso por ele”, conta. Sérgio lembra que a única dificuldade encontrada até hoje pela fundação é o fato de alguns escritórios exigirem que o aprendiz resida próximo ao local de trabalho. “O escritório nunca está na periferia. Sem querer, é um erro que o empresário comete e que acaba excluindo o menor”, explica o presidente.

Como atuar na área

Apenas as organizações registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) podem ministrar cursos de aprendizagem e educação profissional. Em relação aos aprendizes entre 18 e 24 anos e pessoas com deficiência, não há nenhuma regulamentação específica. “Os programas de aprendizagem devem ser aprovados pelo CMDCA onde a entidade é registrada, e a fiscalização é feita pelos agentes do Ministério do Trabalho e Conselhos Tutelares”, afirma o advogado Otavio Marques da Costa.

Embora não existam incentivos fiscais específicos para projetos vinculados à Lei do Aprendiz, na prática, todos os programas governamentais são realizados em parceria com as ONGs, segundo a advogada Adriana Carvalho. “A entidade deve entrar em contato com o poder público por meio das secretarias responsáveis pelos programas para saber as condições e inscrições necessárias às parcerias.”

Links

 www.eldorado.org.br
www.idepac.org.br
www.ipp.org.br
www.projovem.org.br

Sistema de Captação de Fundos e Gerenciamento de Recursos

SISCAF-GR é um sistema atual, moderno, customizável e bastante abrangente, que permite efetuar acompanhamento e controle gerencial total. Emite boletos, controla sua carteira de cobrança e suas receitas e despesas.

Solicite-nos maiores informações também sobre o PROJETO APRENDIZES

Consultoria e Sistemas Ltda

Av. Angélica, 546 sala 2 | (11) 3661.3034 | 3822.2432 | 9933.9416 | www.checkupinfo.com.br | checkupinfo@checkupinfo.com.br

CHECKUP
informática

Produzindo sementes de desenvolvimento

Empresa investe anualmente cerca de R\$ 4 milhões em projetos de educação, cultura, saúde e meio ambiente

Por Marcio Zeppelini e Paula Craveiro

Fundada nos Estados Unidos há mais de um século, a Monsanto é uma das maiores empresas do mundo no desenvolvimento de produtos voltados ao setor agrícola, com três áreas de atuação: sementes, biotecnologia e herbicidas. No Brasil, ela atua desde 1959 e emprega cerca de 1.800 funcionários.

Contando com aproximadamente 17 mil colaboradores em 47 países, há alguns anos a empresa e sua fundação – Fundação Monsanto – também vêm investindo grandes somas na área socioambiental. “A responsabilidade socioambiental da Monsanto está na opção pelas tecnologias limpas, nas práticas de produção de nossas unidades, na educação de nossos funcionários, no relacionamento com fornecedores e clientes, e no apoio a programas que gerem benefícios à comunidade e ao meio ambiente”, explica Christiane Cralcev Bracco, coordenadora de Comunicação e Responsabilidade Social da empresa. “A sustentabilidade também é um fator importante. Ela é compreendida no gerenciamento de riscos que assegura a saúde e protege a integridade de seus funcionários, empresas vizinhas, parceiros e comunidade”.

Com o enraizamento da cultura de responsabilidade social, várias ações têm sido realizadas nas diversas regiões do Brasil onde a Monsanto possui unidades, dentro do conceito de empresa cidadã.

Projetos socioambientais

“O bem-estar das comunidades vizinhas às suas unidades é uma das maiores preocupações da Monsanto”, ressalta a coordenadora. Não é à toa que nos últimos seis anos a empresa investiu o total de R\$ 4,1 milhões em projetos sociais nas áreas de educação, saúde e meio ambiente. Em 2006, a fundação destinou mais de R\$ 600 mil para projetos sociais no Brasil.

Na Bahia, cidadania, democratização do conhecimento e reforço na auto-estima são alguns dos ingredientes que fazem parte da receita de sucesso dos programas sociais da Monsanto Nordeste. Alguns dos principais objetivos das atividades desenvolvidas desde 2001 foram: aumentar a integração com as comunidades de Camaçari e Dias D’Ávila, visando a melhoria da qualidade de vida e do bem-estar da população, baseando-se em quatro tópicos fundamentais: educação, saúde, segurança e meio ambiente. Anualmente, são beneficiados mais de 20 mil alunos da rede pública de ensino e suas famílias.

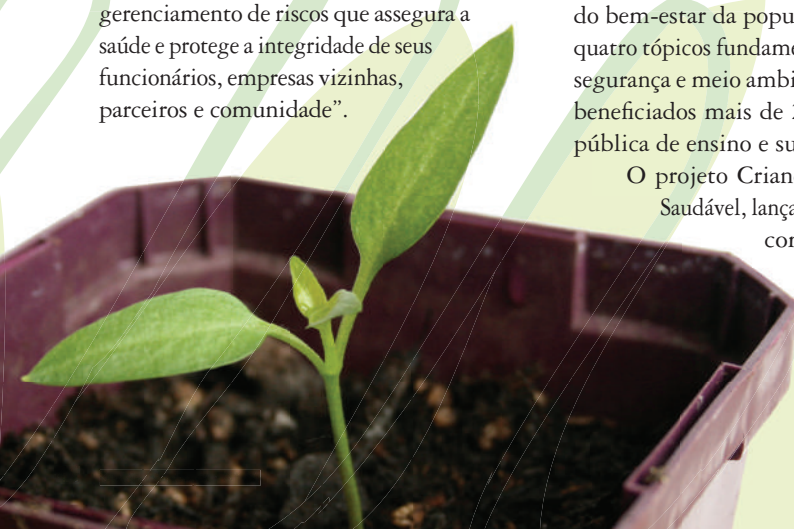
O projeto Crianças Saudáveis, Futuro Saudável, lançado em 2000 em parceria com o Inmed, atenderá até 2010 cerca de 20 mil crianças de 43 escolas da região por ano. “O objetivo é prevenir e reduzir,

com o apoio da comunidade, as doenças que atrasam o desenvolvimento das crianças, em especial as causadas por parasitas intestinais e a anemia”, conta Christiane.

Entre os projetos atualmente apoiados pela empresa e por sua fundação, destacam-se alguns:

- **Revitalização das Nascentes:** plantio e manutenção de árvores nativas próximas às nascentes do Vale do Paraíba (SP), preservando a biodiversidade local;
- **Projeto de Monitoramento da Onça-Pintada:** monitoramento da população de onças-pintadas em diversos biomas, como o Cerrado e o Pantanal, de modo a preservá-la e diagnosticar desequilíbrios ambientais;
- **Cidade dos Meninos:** o abrigo, sediado em Campinas (SP), fundado em 1956 e administrado pela Associação Esperança Sem Limites desde 1991, tem o objetivo de resgatar e cuidar de crianças e adolescentes que vivem em situação de risco, seja por negligência familiar, abandono ou violência, oferecendo-lhes a oportunidade de conquistar um futuro digno e produtivo. Hoje, a entidade abriga em suas casas-lares cerca de 200 meninos e meninas, com idades entre 8 e 18 anos, que foram encaminhados pela Vara da Infância ou pelo Conselho Tutelar.

Além do ensino acadêmico, moradia, alimentação e cuidados médicos e odontológicos, a Cidade dos Meninos oferece a seus alunos nove cursos profissionalizantes e encaminhamento ao mercado de trabalho. A entidade também tem o Projeto Trampolim,



“A sustentabilidade é um fator importante. Ela é compreendida no gerenciamento de riscos que assegura a saúde e protege a integridade de seus funcionários, empresas vizinhas, parceiros e comunidade”

Christiane Cralcev Bracco

que oferece, em parceria com empresas da região, capacitação técnica para mais de cem jovens carentes da comunidade.

Desde 1991, mais de 1.500 jovens passaram pelos programas oferecidos pelo abrigo. Dos jovens que terminaram o programa, 95% mantêm contato regular com a entidade e 90% estão empregados;

- **Centro Familiar Ação Moradia – Uberlândia (MG):** capacitação e orientação à comunidade carente, em cursos profissionalizantes, e confecção de tijolos ecológicos para construção de casas populares;
- **CineMonsanto:** cinema itinerante para as comunidades carentes de diversos Estados brasileiros, levando cultura para 52 cidades de nove Estados e visto por mais de 90 mil pessoas desde 2005;
- **Pequenos Cantores da Monsanto:** trata-se de um projeto de arte musical da Monsanto, que objetiva beneficiar crianças selecionadas na comunidade local, desenvolvendo seu senso artístico e sua criatividade. Para obter uma preparação bem-sucedida do grupo, a empresa conta com o apoio de uma equipe formada por um maestro, um assistente e um preparador vocal, que comparecem aos ensaios realizados todos os sábados. Para permanecer no coral, as crianças devem freqüentar a escola regularmente e ter um bom desempenho escolar.

Desde sua estréia, em 2001, o coral vem transformando a vida de seus integrantes. Os 50 meninos e meninas que atualmente participam do programa, com total infraestrutura para praticar e se apresentar, desenvolvem habilidades musicais, estudam compositores consagrados e aprendem canções em latim, francês e inglês, e acabam se interessando pela música erudita. “Quero ser uma cantora lírica”, diz, sorridente,

Karen, de 14 anos. Já Daniel, 13, sonha alto: “Serei maestro!”.

Outra mudança positiva é o despertar do comprometimento com o bem-estar da sociedade: por iniciativa dos próprios integrantes, e com o apoio da Monsanto, foi criado o Coral Solidário, uma série de concertos itinerantes que leva anualmente música e alegria para mais de 10 mil pessoas em hospitais, asilos, creches e escolas;

- **Crianças Saudáveis, Futuro Saudável:** um dos maiores investimentos da Fundação Monsanto no Brasil está neste projeto, que contribui com a redução das doenças que atrasam o desenvolvimento das crianças, em especial as causadas por parasitas intestinais e a anemia e que conta com o apoio da comunidade e funcionários.

Envolvimento interno

Mas o crédito sobre as boas ações não fica restrita apenas à Monsanto e sua fundação. “Sem a participação ativa de nosso corpo de colaboradores, muita coisa não teria saído do papel”, ressalta Christiane.

Motivados pelos programas sociais da empresa, funcionários criaram o grupo de voluntariado Força Solidária, que tem como objetivo complementar a atuação da Monsanto por meio da criação de campanhas de doação e promoção de ações socioeducativas na região circunvizinha à empresa. “O principal objetivo da Monsanto com essas ações é fomentar o desenvolvimento auto-sustentável da comunidade local”, conclui a coordenadora de Responsabilidade Social.

Links

• www.cidadedosmeninos-sp.org.br
• www.monsanto.com.br



Horta no projeto Cidade dos Meninos, em Campinas



Marcio Zeppelini, editor-chefe da Revista Filantropia, visita projeto social da Monsanto em Camaçari



Christiane Bracco, coordenadora de Comunicação e Responsabilidade Social da Monsanto, Clóvis Selegatto, diretor executivo da Cidade dos Meninos, e adolescentes da instituição

O avanço da tecnologia no Terceiro Setor

Organizações investem em processos tecnológicos para otimizar o atendimento aos seus públicos-alvo, economizando tempo, dinheiro e recursos físicos

Por Luciano Guimarães

O uso inteligente de diversas tecnologias – novas ou não – está se disseminando entre as entidades do Terceiro Setor. Empregadas de variadas maneiras, estão presentes em áreas distintas, como a contábil e a de recursos humanos, sendo aplicadas no desenvolvimento de projetos internos e externos. No fundo, todas essas novidades estreitam as relações com os *stakeholders*.

Trata-se de um movimento tão fundamental e sem precedentes quanto o ocorrido com a aprovação da lei nº 9.790/99, que estabeleceu uma nova disciplina jurídica às entidades sem fins lucrativos. Mas isso é somente a ponta do *iceberg*. O Terceiro Setor no Brasil ainda está dando os primeiros passos na utilização de tecnologias mais avançadas, boa parte criada para gerir as atividades de seus colaboradores e das pessoas atendidas.

Dois aspectos estão sendo fundamentais para o incremento tecnológico nos processos realizados pelas organizações sociais. O primeiro, e mais importante, é a competência dos gestores na hora de formar um time de colaboradores preparados profissionalmente, motivados e criativos. Eles são a mola propulsora na formação, implantação e implementação de novas idéias.

O segundo é o rápido desenvolvimento da internet e das telecomunicações fixas e móveis, considerado capital para o barateamento de equipamentos de informática, de mensalidades de provedores e aumento da velocidade de acesso. Desse modo, entidades sem muitos recursos financeiros puderam se informatizar, mostrando-se ao mundo, com sites cada vez mais bem feitos e interativos. Hoje, o mundo virtual é um grande aliado para a obtenção de recursos por meio de doações e de prestação de contas à sociedade.

As entidades estão aproveitando a internet de banda larga como via expressa para econo-

mizar. A *web* trouxe economia e praticidade, com o surgimento dos programas de mensagens instantâneas escritas e, recentemente, com o uso de *softwares* gratuitos que possibilitam conversas telefônicas pela rede, aliadas a uma *webcam*. Essas chamadas podem ser gratuitas ou realizadas a preços baixíssimos em comparação às despesas com a telefonia normal.

Apesar desse avanço, o especialista em tecnologia de processamento de dados e análise de sistemas, Antonio Carlos Santana, argumenta que as instituições ainda não adotam de maneira mais eficiente a tecnologia como ferramenta de apoio. “O uso está limitado a algumas planilhas, editores de texto e e-mails. Isso não quer dizer que não seja um grande desejo delas. Falta conhecimento sobre o assunto.”

Segundo ele, que é proprietário da Info-SW, empresa especializada em infraestrutura de Tecnologia da Informação (TI), as entidades estão bastante focadas em seu papel social, sendo que apenas os recursos básicos de tecnologia, como computadores e e-mails, são utilizados com mais frequência. “A profissionalização no uso de tecnologia deve ser feita com a ajuda de um especialista em Tecnologia da Informação, que orientará os usuários sobre todos os aspectos necessários para uma boa navegabilidade e acesso ao site, além de atuar na proteção da rede interna, na manutenção dos sistemas, desenvolvimento de cópias de segurança etc.”, ressalta.

Santana afirma que a principal necessidade das entidades é relativa à gestão financeira. Ele defende a implantação de um sistema de gestão financeiro-empresarial conhecido como *Enterprise Resource Planning* (ERP), que permite controlar receitas e despesas, gerando históricos e provisionamentos, o que dá aos

FÁBIO CORRÊA



Crianças do Projeto Acelera Brasil, do IAS

Informatização interligará 337 pólos do Projeto Guri

O Projeto Guri, organização que promove a inclusão sociocultural de crianças e adolescentes por meio da música, lançou recentemente um programa de aprimoramento de seus serviços, que será implantado durante todo este ano.

Trata-se da informatização dos mais de 337 pólos abertos à comunidade e do incentivo de uma formação complementar à sala de aula por meio da criação de acervos infanto-juvenis de literatura e música, para ser utilizado por alunos e familiares. A entidade atende cerca de 50 mil pessoas em todo o Estado de São Paulo.

“A informatização dos pólos servirá como ferramenta para incrementar a gestão do projeto em diversos aspectos: administrativo, educacional e social. Será um facilitador para traçarmos melhor o perfil do público que atendemos e para avaliar a eficiência de nosso desempenho nestas três áreas”, explica Alessandra Costa, diretora executiva do Projeto Guri.

De acordo com a gestora, o projeto dos acervos faz parte de um programa mais amplo de atividades com foco na formação complementar, que tem por objetivo se expandir para fora das salas de aula, permitindo aos alunos e seus familiares acesso a outros meios de expressão cultural.



Alessandra Costa, diretora executiva do Projeto Guri

gestores uma visão mais global da “saúde” administrativa. Custa, em média, R\$ 5 mil, mas há sistemas com preços mais baixos.

Integração de programas

A tecnologia traz boas respostas às entidades que implantam projetos educacionais interna ou externamente – principalmente se forem de grande monta, pois necessitam de um gerenciamento eficiente e pormenorizado, a fim de evitar perda de tempo e recursos financeiros.

É o caso do Instituto Ayrton Senna (IAS), que atende crianças e jovens em todo o Brasil em vários programas. O IAS desenvolveu o Sistema Ayrton Senna de Informações (Siasi), cuja função é coletar e colocar à disposição dados de natureza quantitativa e qualitativa de cada um dos indicadores dos programas da área de educação formal do instituto. “Com base no número de ausências de alunos, rapidamente são realizadas ações para reverter esse quadro, evitando o abandono escolar. Acompanhamos, por exemplo, quantos livros cada aluno leu, a discrepância entre os alunos que escrevem e lêem, a comparação de escolas, o acompanhamento das visitas dos supervisores e a participação dos professores nas reuniões de planejamento de

aulas”, afirma Margareth Goldemberg, diretora executiva do IAS.

Em 2007, o sistema comportou informações relativas a 964.774 alunos, distribuídos em 41.350 turmas em mais de 3 mil escolas. O IAS também está investindo em outros projetos tecnológicos, que serão implantados ainda este ano, com a intenção de tornar o atendimento mais eficaz.

Departamento de TI

O Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis no Estado de São Paulo (Sescon-SP) foi mais longe e criou o seu próprio departamento de Tecnologia da Informação, formado por dez profissionais e dividido em duas áreas: suporte/servidores e desenvolvimento.

A área de suporte/servidores atende o cliente interno do sindicato (sede e regionais), por meio de sistema disponível na internet, o qual realiza abertura e acompanhamento das solicitações e gerencia a infra-estrutura de servidores, promovendo manutenções periódicas e zelando pela segurança das informações.

Já a área de desenvolvimento assumiu o desafio de integrar todos os departamentos da entidade em um único sistema, que centraliza todas as informações e processamento em uma

única plataforma, além de criar e gerir o novo Portal Sescon-SP e seus sites satélites (Sescon Solidário, Conviver, Portal do Empresário e Revista Eletrônica).

O arquivamento de informações é outra parte fundamental para a utilização da tecnologia pelo Sescon-SP. “Contamos com uma eficiente rotina de *backup* em fita LTO – a evolução da antiga fita DAT –, que tem mais capacidade de armazenamento”, afirma o presidente do sindicato, José Maria Chapina Alcazar.

Sem volta

Seja grande, média ou pequena, as entidades brasileiras estão caminhando – cada qual à sua maneira, possibilidade e objetivo – para a implementação de processos tecnológicos. É um caminho sem volta, pois abre às organizações ótimas oportunidades de crescimento e de melhorias nas atividades com todos os seus *stakeholders*.

Links

www.ias.org.br
www.infosw.com.br
www.projetoguri.org.br
www.sescon.org.br



**Assessoria
Empresarial e Contábil**

Rua do Ouvidor, 130 – sala 614 - Centro
Rio de Janeiro – RJ – Cep 20040-030
Tel.: (21) 2210-0859 Fax: (21) 2508-6649

SUA CONTABILIDADE DO TERCEIRO SETOR NO RIO DE JANEIRO

Serviços Contábeis Especializados no 3º Setor

- Assessoria de Recursos Humanos do terceiro Setor e Voluntários
- Qualificação do Terceiro Setor: OSCIP, U.P. e outros;
- Assessoria, planejamento e prestação de contas de projetos para Financiadores
- Controle automático e renovação de Certidões Negativas



Informações pela Web com total segurança

www.r2assessoria.com.br



Modelo de governança corporativa

A empresa Philips foi eleita uma das empresas mais éticas do mundo pelo Ethisphere Institute, entidade norte-americana que faz pesquisas e divulga práticas de governança corporativa. Os requisitos para entrar na lista envolvem cumprir as obrigações legais, ter idéias inovadoras para aumentar o bem-estar das pessoas e trabalhar na redução das emissões de carbono. A lista é conhecida mundialmente como World's Most Ethical Companies Ranking™ e, atualmente, 93 empresas fazem parte dela.

i ethisphere.com/wme2008
www.philips.com.br



Biodigester da Sadia

Sadia é incluída em relatório da ONU

Graças ao Programa de Suinocultura Sustentável, a Sadia foi listada como uma das 50 empresas do mundo incluídas no relatório "Criando Valores para Todos: Estratégias de Negócios com os Pobres", criado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud). O objetivo é mostrar idéias do setor privado que sejam destinadas a reduzir a pobreza. A Sadia possui biodigestores instalados em 1.104 propriedades de suinocultores parceiros, e sua meta é envolver os 3,5 mil produtores integrados na redução das emissões de gases do efeito estufa e na comercialização de créditos de carbono. Além do meio ambiente, a ação proporciona a diversificação de renda dos produtores de pequeno porte.

i www.sadia.com.br



Ricardo Knoepfelmacher, presidente da Brasil Telecom, e Viviane Senna

Parceria entre Brasil Telecom e Instituto Ayrton Senna

Após eleger 2008 como o Ano da Educação, a Brasil Telecom assinou uma parceria com o Instituto Ayrton Senna. O objetivo é apoiar projetos educacionais que vão beneficiar aproximadamente 1,5 milhão de crianças e jovens atendidos no instituto anualmente. O apoio da empresa acontecerá por meio de ações de inclusão digital e social, com foco na educação de qualidade. Além desta iniciativa, a Brasil Telecom já instalou, até o final do primeiro semestre, 50 oficinas digitais em escolas públicas do ensino fundamental em nove estados do DF.

i www.brasilelcom.com.br
senna.globo.com/institutoayrtonsenna

Grupo Gafor contra a exploração infantil

Para apoiar a luta contra a exploração de crianças e adolescentes nas rodovias, o Grupo Gafor, que atua no mercado de transporte de cargas por todo o país, aderiu ao programa Na Mão Certa, iniciativa do Instituto WCF-Brasil contra o problema. De acordo com uma pesquisa da Polícia Rodoviária Federal, as estradas brasileiras são apontadas como local de maior incidência do crime. O Grupo Gafor aderiu ao pacto empresarial de apoio ao programa, que prevê o aperfeiçoamento do monitoramento, o conhecimento do perfil dessas crianças e jovens e, além disso, a identificação de experiências bem-sucedidas que possam ser replicadas pelo Brasil.

i www.gafor.com.br
www.wcf.org.br

Oi Futuro investe em projetos

O Instituto de responsabilidade social da Oi, empresa de telefonia móvel, vai investir R\$ 1,6 milhão em 12 iniciativas de apoio ao desenvolvimento social de diferentes estados do Brasil em 2008. Esses projetos serão contemplados pelo Programa Novos Brasis, que apóia ações inovadoras de transformação social por meio da tecnologia da informação e da comunicação em comunidades de baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

i www.oifuturo.org.br



Parceria do Novos Brasis com o Instituto Hartmann Regueira, que tem como meta ampliar o projeto Alô Cidadão. Na ação, são enviadas mensagens de voz para deficientes visuais com oportunidades de emprego e opções gratuitas de lazer.



DIVULGAÇÃO

Volkswagen apóia atuação social na comunidade

A Fundação Volkswagen realizou o concurso "Volkswagen na Comunidade", que apóia projetos de organizações com a participação de voluntários colaboradores da empresa. Assim, todo funcionário ou terceiro engajado em alguma ação social das comunidades inscreveu um projeto para ser avaliado por um comitê de empregados. Serão premiados dois projetos de São Bernardo do Campo e um de cada uma das outras unidades: Taubaté, São Carlos e Jabaquara, em São Paulo; São José dos Pinhais, no Paraná; e Resende, no Rio de Janeiro. Os vencedores receberão R\$ 30 mil em recursos e um curso de gestão de projetos sociais.

i www.vw.com.br/fundacaovw



DIVULGAÇÃO

Atividades da Expedição Vaga Lume

Instituto Votorantim apóia 3º Encontro de Mediadores de Leitura

O Programa de Democratização Cultural Votorantim, que visa incentivar o acesso da população à cultura, apoiou o 3º Encontro de Mediadores de Leitura, organizado pela Associação Vaga Lume. O encontro começou em Atibaia e acabou em São Paulo, em parceria com o Sesc/SP, e contou com cerca de 130 participantes, entre técnicos de secretarias de educação, professores e lideranças comunitárias. O objetivo foi debater a educação e a leitura, além de fortalecer o trabalho da Expedição Vaga Lume, patrocinado pelo Instituto Votorantim, que implementa bibliotecas em cidades da Amazônia Legal.

i www.expedicaovagalume.org.br
www.institutovotorantim.org.br

Banco Nossa Caixa leva 11 paraatletas a Pequim

Onze atletas paraolímpicos patrocinados pelo Banco Nossa Caixa foram escolhidos para representar o Brasil na Paraolimpíada de Pequim. O banco apóia as federações paulistas de remo, tênis de mesa, judô e as equipes de vôlei sentado, Nossa Caixa Cruz de Malta, e de basquete em cadeira de rodas, Associação para Educação, Esporte, Cultura e Profissionalização da Divisão de Reabilitação do Hospital das Clínicas (AEDREHC).

i www.nossacaixa.com.br



DIVULGAÇÃO

Seleção de basquete em cadeira de rodas

Banco Real incentiva práticas ecológicas

Para reforçar as ações de sustentabilidade do Projeto Escola Brasil (PEB), iniciativa do voluntariado corporativo do Banco Real, teve início o Programa Escola Ecoeficiente, que beneficiará aproximadamente 40 mil alunos. A meta é promover uma mudança de comportamento em relação à preservação do meio ambiente. Assim, as 165 escolas parceiras do PEB desenvolverão atividades ligadas à coleta seletiva, uso consciente da água e da energia e redução das emissões de gases que causam o efeito estufa. Haverá, ainda, uma avaliação feita pelo Time de Ecoeficiência do banco, que cederá um selo comprovando a adesão das práticas na instituição de ensino.

i www.bancoreal.com.br
www.projetoescolabrasil.org.br

Instituto Votorantim e Petrobras criam Museu do Pantanal

Com a forte premissa de democratizar a cultura nas diversas regiões onde atua, o Instituto Votorantim, em parceria com a Petrobras e a Fundação Barbosa Rodrigues, inaugurou em agosto o Museu de História do Pantanal, em Corumbá/MS. O intuito do projeto é não só manter viva a cultura e história do povo pantaneiro, mas também levar a toda a população da região programas de educação ambiental, pesquisa e cultura do Pantanal Matogrossense. "Não ficaremos entre quatro paredes. O museu não ficará só aqui. Ele será um organismo itinerante que levará cultura a todos os cantos de nosso estado", espera Marcia Barros Rodrigues, presidente da Fundação Barbosa Rodrigues. O projeto restaurou um edifício de 1874 às margens do Rio Paraguay e custou cerca de R\$ 5 milhões aos patrocinadores. "Através da cultura, pode-se mudar toda a trajetória de uma cidade e seus habitantes" afirma Marcia.

i www.muhsan.org.br



MARCIO ZEPPELINI

Tecnologia e arte resgatam a cultura do Pantanal

Mercado de carbono: negócio rentável e eficiente

Comercializar créditos de carbono ajuda a diminuir a emissão de gases do efeito estufa

Fernando Credidio
fernando.credidio@futurosustentavel.org.br



A principal causa das mudanças climáticas pelas quais o planeta tem passado é o aumento da concentração de gases que provocam o efeito estufa, capaz de aprisionar o calor na atmosfera. Dentre eles estão o dióxido de carbono (CO_2), formado a partir da associação entre o carbono – um dos principais constituintes da vida e um dos dez elementos químicos mais abundantes do universo, presente em todas as substâncias orgânicas – e o oxigênio. Sem o dióxido de carbono e outros gases de efeito estufa, a Terra seria um planeta congelado.

Contudo, o uso excessivo de combustíveis fósseis e a queima da vegetação, entre outras atividades humanas, têm liberado tanto CO_2 no ar que, atualmente, a concentração de dióxido de carbono cresceu 30% se comparada há 150 anos. A grande liberação desse e de outros gases de efeito estufa na atmosfera está elevando a temperatura da Terra, provocando o aquecimento global.

No Brasil, o volume de carbono emitido por indústrias, veículos, usinas de eletricidade e outros cinco setores cresceu mais depressa que a economia entre 1994 e 2005. Enquanto o PIB subiu 2,6% ao ano, em média, o lançamento de gases que favorecem o efeito estufa variou 3,4%, ou seja, o país está poluindo mais do que gerando riquezas. Os dados, de estudo encomendado pelo governo federal à entidade “Economia & Energia”, vão basear o inventário nacional de emissões. Com 91 milhões de toneladas lançadas à atmosfera em 2005, o Brasil ultrapassou tudo o que Áustria e Holanda, somadas, produziram. A entrada de termelétricas a gás e a carvão foi a maior responsável individual pelo resultado. O estudo exclui as emissões oriundas do desmatamento.

Para mitigar o problema, há dez anos foi firmado o Protocolo de Kyoto, um tratado internacional para a redução da emissão dos gases que provocam o efeito estufa e, em consequência, o aquecimento global. Por esse documento, os países foram divididos em dois grupos: aqueles que precisam reduzir suas emissões de poluentes e os que não estão obrigados a fazer reduções. Assim, foi proposto um calendário de obrigações para os países mais poluentes, que têm de reduzir a emissão em pelo menos 5,2% em relação aos níveis de 1990, no período entre 2008 e 2012, com o objetivo de diminuir a temperatura global.

Ainda pelo Protocolo de Kyoto, os países signatários devem cooperar para reformar os setores de energia e transportes; promover o uso de fontes energéticas renováveis; eliminar mecanismos financeiros e de mercado inapropriados; limitar as emissões de metano no gerenciamento de resíduos e dos sistemas energéticos, além de proteger florestas e outros sumidouros de carbono.

Como funciona o mercado de carbono

A neutralização de carbono se faz a partir de parâmetros simples, em que se quantificam as emissões de um evento, de uma determinada organização, ou mesmo a partir de um inventário de emissões de carbono. A partir daí, a empresa compensa essas emissões por meio de um programa ou projeto de neutralização, a exemplo de plantio de árvores, da implantação de formas de energias alternativas etc.

Já o mercado de carbono surgiu a partir das novas regras que estabeleceram metas para os países desenvolvidos, com o objetivo de diminuir as emissões totais do planeta. Assim, foram criadas condições para que em-



presas com dificuldades para atingir o padrão exigido possam comprar esse serviço de outras que conseguiram ir além do esperado. Dessa maneira, na tentativa de atenuar o problema ou lucrar com ele, dependendo da leitura que se faça, passou-se a comercializar créditos ou permissões que limitam a emissão de gases de efeito estufa.

Por meio do Protocolo de Kyoto criou-se o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), pelo qual uma empresa de um país industrializado que não tenha conseguido cumprir suas metas de redução de emissões de gases de carbono possa financiar um projeto que reduza emissões em outro país, fora da área industrializada, descontando essa redução das suas emissões. Nesse aspecto, existem empresas financiando créditos de carbono derivados de aterros sanitários, outras transformando eucalipto em carvão vegetal e substituindo o carvão mineral, que é muito poluente em indústrias siderúrgicas, e assim por diante. Desse modo, empresas que precisam aumentar suas emissões adquirem créditos daquelas que poluem menos. Grosso modo, paga-se para poluir. Portanto, países que têm os recursos naturais preservados são, hoje, sinônimo de dinheiro, e podem investir em projetos de sustentabilidade social e ambiental.

Funciona da seguinte forma: a empresa “A” produz uma tonelada de dióxido de carbono no seu processo de fabricação de cimento, por exemplo, tendo que reduzir em 5% esse total. Mas, para atingir essa meta, ainda faltam 2%. O que ela faz, então? Vai buscar essa diferença no mercado. E é lá que ela encontra a empresa “B”, que montou um parque eólico, que gera energia limpa utilizando a força do vento. A empresa “B” transforma esse serviço em crédito de carbono, calculando o total de gases de efeito estufa que deixaram de ser produzidos, graças à geração de energia limpa. Por fim, ambas fecham o negócio. A empresa “A” compra essa parte em toneladas não emitidas pela empresa “B” e pode, dessa forma, abater sua dívida ambiental. Já a empresa “B” recebe recursos para novos investimentos.

É uma forma de compensação. Assim, as metas podem ser cumpridas e o resultado final – a redução das emissões totais de gases estufa –, atingido. Por essa razão, o crédito de carbono é a nova mercadoria do século 21, uma moeda cada vez mais importante da economia. Países como o Brasil e empresas que não têm metas podem participar desse mercado com projetos que inovem, reduzindo as emissões de gases de efeito estufa.

Entretanto, essa redução precisa ser validada por uma empresa certificadora e registrada na Organização das Nações Unidas (ONU). O primeiro a obter esse carimbo foi um projeto brasileiro – o Novagerar, na Baixada Fluminense, que substituiu um lixão a céu aberto por um aterro sanitário. Todo o lixo que chega dos caminhões permanece agora confinado e, como um sanduíche, fica protegido por mantas especiais.

Por sua vez, o seqüestro de carbono consiste em capturar o carbono na sua própria origem. Por exemplo, uma empresa que produza energia e que tenha um alto nível de emissão de poluentes seqüestra o carbono no nascedouro, impedindo sua liberação para a atmosfera. Por meio de grandes tubulações, o material é levado para antigos campos de petróleo já esgotados ou para o fundo do mar, evitando-se, assim, que o material vá para a atmosfera.

Implantação conjunta do Protocolo de Kyoto

Trata-se de um mecanismo firmado entre países industrializados. Se um país conseguir reduzir as emissões de gases poluentes além da sua meta, esse percentual a mais poderá ser vendido para outro país industrializado, pelo preço que foi estabelecido entre eles.

Visões distintas

No caso dos créditos de carbono, existem dois pontos de vista. O primeiro condena essa prática, alegando que as empresas, em vez de reduzirem suas emissões, optam por investir em projetos em outros países, mantendo – ou até aumentando – suas emissões. Por sua vez, a segunda vertente defende o procedimento, uma vez que os projetos financiados reduzem a emissão de poluentes, o que é benéfico para a questão das mudanças climáticas.

Em relação ao seqüestro de carbono, o Painel do Clima realizou uma avaliação preliminar divulgando que, tecnicamente, a prática é possível. Mas existem algumas perguntas a serem respondidas pelos especialistas: se, em termos geológicos, a injeção desse carbono sob a terra não irá provocar outros efeitos, como desmoronamentos, fazendo com que o carbono escape para a atmosfera. Além disso, o que pode acontecer com os recursos hídricos subterrâneos? E ainda, quais reflexos serão provocados na biodiversidade marinha? Como se vê, são questões polêmicas, mas que estão formando um mercado importante e cada vez mais lucrativo.

“Na tentativa de atenuar o problema ou lucrar com ele, dependendo da leitura que se faça, passou-se a comercializar créditos ou permissões de carbono, que limitam a emissão de gases de efeito estufa”



Fernando Credidio. Pós-graduado em Comunicação Social, com ênfase em Marketing e Propaganda, professor, palestrante, ensaísta e consultor em comunicação organizacional para o Terceiro Setor e Sustentabilidade/ Responsabilidade Social Empresarial.

Sexualidade (i)limitada

Os portadores de necessidades especiais já sofrem preconceito no trabalho, na rua, na escola.
Quando o assunto é sexo, o caso se complica ainda mais.

Por Juliana de Souza

No imaginário das pessoas, a cama de um portador de necessidades especiais é sempre um lugar de repouso, leito de tratamentos, de uma alma que precisa enfrentar seus males. Para muitos, a questão da sexualidade de deficientes físicos e mentais ainda é um verdadeiro tabu. Para outros, ela é simplesmente inexistente.

A boa notícia é que, atualmente, já se fala sobre sexualidade de uma forma mais natural. Há programas nas TVs e nas escolas que tratam o assunto de maneira séria e tentam ensinar aos jovens os prazeres e perigos do sexo. Porém, quando se trata de sexo entre pessoas portadoras de deficiência (PPDs), a história se complica. Poucos se arriscam.

De acordo com a psicóloga Ana Soares, uma das maiores barreiras para a discussão da sexualidade de pessoas com necessidades

especiais se deve à escassez de relatos de experiências sobre o assunto, o que, “somado ao estigma existente, colabora para uma perspectiva de que o deficiente não tenha direito a exercer sua sexualidade”.

Eles não são assexuados

Ainda que a sociedade atual não faça como em Esparta, cidade da guerra – onde os bebês com qualquer tipo de deficiência eram sacrificados porque supostamente não estariam preparados para a vida nem para a luta –, persistem formas sutis de isolamento. “A sexualidade do deficiente ainda não é plenamente aceita na sociedade”, diz Lília Moreira, geneticista e pesquisadora da Universidade Federal da Bahia (UFBA), em entrevista ao jornal Correio da Bahia. Ela explica que é mais comum que os deficientes namorem com pessoas também portadoras de necessidades específicas que conheceram

em escolas especiais ou em associações comunitárias que frequentam.

O psicólogo e autor do livro “A revolução sexual sobre rodas”, Fabiano Puhmann, que é casado e paraplégico, assegura serem frequentes os comentários preconceituosos sobre o relacionamento de um PPD com uma pessoa sem deficiência. “Uma cliente minha, deficiente desde pequena, estava grávida. Ao pegar um táxi, o motorista perguntou quem foi que lhe tinha feito aquilo. Como se ela tivesse sido violentada e não escolhido o momento para ter um filho, ou como se a mulher com deficiência não tivesse sexualidade e não fosse fértil”, conta.

De acordo com dados do Censo 2000, no Brasil, 14,5% da população são pessoas portadoras de necessidades especiais. Aproximadamente 24,6 milhões de pessoas apresentam algum tipo de incapacidade ou deficiência. São pessoas com ao menos alguma dificuldade de enxergar, ouvir, locomover-se ou alguma deficiência física ou mental.

Estipulada pelo IBGE, a pesquisa abrangeu desde tetraplegias até mesmo a amputação do dedo polegar. O critério mostra como é difícil definir, precisamente, o que é deficiência. Pelo decreto nº 3.298/99, que regulamenta a lei nº 7.853/99 e dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, “deficiência é toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano”. Mas o que é ser normal?

Curvas Perigosas

Esta foi a chamada de capa da Trip número 82, que levou a psicóloga, publicitária e vereadora por São Paulo, Mara Gabrielli, 40 anos e tetraplégica, para as páginas sensuais da revista. Gabrielli foi a primeira brasileira com tetraplegia a posar nua para um veículo, quebrou barreiras e se tornou símbolo. Mara teve dano na quarta e quinta vértebras e lesão medular por consequência de um acidente de carro em 1994. Sua relação com o corpo mudou depois do desastre, naturalmente. Teve que dar mais atenção à alimentação, parou de fumar e começou com uma rotina de exercícios específicos. Com a falta de mobilidade, aprendeu a seduzir com os olhos, não tem vergonha de falar sobre sexo e de ensinar o parceiro a lhe dar prazer.



Psicóloga, publicitária e vereadora Mara Gabrielli na capa da edição 82 da Revista Trip



“É pura ignorância e individualismo, além de ser mais cômodo do que entender e respeitar que as pessoas, embora diferentes em seu estado físico, são muito semelhantes nos instintos e emoções”.

Kênia Hubner

A professora paulistana Marcela Vaz desmentiu todos os preconceitos. Casada há 15 anos, trabalha como atendente de cobrança, dá aulas particulares e cuida de dois filhos, nascidos após um acidente que a deixou paraplégica.

O publicitário Hélio Pottes e a enfermeira Kênia Hubner são felizes há 16 anos. Do casamento de dois portadores de nanismo acondroplásico (quando os indivíduos têm o tronco e a cabeça de tamanho normal e os membros muito curtos), nasceu Maria Rita. Para Kênia, a sociedade considera o deficiente assexuado. “É pura ignorância e individualismo, além de ser mais cômodo do que entender e respeitar que as pessoas, embora diferentes em seu estado físico, são muito semelhantes nos instintos e emoções”, conclui. 



Retomando a sexualidade

O livro “A revolução sexual sobre rodas” (128 págs, R\$ 18), de Fabiano Puhlmann, promete jogar luz em um assunto pouco comentado: a vida sexual das pessoas portadoras de deficiências. Permeado pela máxima de que só a vontade do próprio deficiente pode trazê-lo de volta ao convívio social e, portanto, a uma vida sexual normal, o autor enfoca o desconhecido universo da sexualidade e os problemas que a deficiência pode trazer. Apresenta proposta de mudanças e convida o leitor a aprender a viver com autonomia. Puhlmann mixa elementos da psicologia às realidades funcionais para construir um novo universo e lembra que a tetraplegia ou paraplegia são dificuldades que devem ser enfrentadas da mesma forma como o ser humano faz com tantas outras.



**MARKET
ANALYSIS**

**EMPRESA DE PESQUISA DE MERCADO ESPECIALIZADA
EM ESTUDOS DE INTELIGÊNCIA EM SUSTENTABILIDADE:**

- Monitore os impactos dos programas em investimento social;
- Entenda as expectativas dos consumidores, stakeholders e públicos de interesse;
- Identifique os indicadores chave de reputação.

**Monitor de Reputação
Empresarial**

**Responsabilidade Social
Corporativa**

**Media
Reputation**

SponsorTracker

Barômetro Ambiental

Líder Barômetro

**CONHEÇA
NOSSOS PRODUTOS**

www.marketanalysis.com.br
info@marketanalysis.com.br
 tel: 48 3234 5853



Aula de informática do ADD Training

DIVULGAÇÃO

ADD Training

A Associação Desportiva para Deficientes (ADD) está com inscrições abertas para o segundo semestre de 2008 em cursos de capacitação profissional nas áreas de informática e telemarketing, além de inclusão digital. Os cursos são gratuitos e estão estruturados em módulos, com aulas teóricas, práticas, dinâmicas de grupo, vivências e palestras. A duração é de quatro meses e os interessados devem estar cursando ou ter concluído o ensino médio. O curso de inclusão digital dura dois meses e é direcionado aos maiores de 16 anos.

www.add.org.br
(11) 5011-6133

Detrans equipados

Visando a inclusão e a adaptação de motoristas portadores de deficiência física, já existem quatro Detrans no Brasil com centros especialmente desenvolvidos para facilitar o processo de habilitação. Localizados nas cidades de São Paulo (SP), Belo Horizonte (MG), Brasília (DF) e Curitiba (PR), os centros oferecem um simulador de direção importado da Itália, que avalia a capacidade psicomotora do condutor sem que a pessoa tenha que sair da cadeira de rodas. Depois, são realizadas as provas práticas em um veículo de auto-escola.

Robson Careca na Ecoadventur

O surfista profissional Robson Jerônimo de Souza, mais conhecido como Careca, participou da Ecoadventur LN SP 2008, em Caraguatatuba, falando sobre ecoturismo, esportes e responsabilidade socioambiental. O atleta ficou paraplégico após sofrer um acidente de carro e, atualmente, se dedica à ONG Surf Especial e ao Projeto Mão na Borda, que têm como objetivo aproximar pessoas com deficiência da natureza e do mar, proporcionando melhor qualidade de vida.

www.surfespecial.com.br

2º Simpósio Brasileiro de Adequação Postural

Com o objetivo de discutir a adequação postural em cadeira de rodas, a Cavenaghi, empresa de soluções para mobilidade de pessoas com deficiência, realizou, em parceria com a AACD, o 2º Simpósio Brasileiro de Adequação Postural. O evento reuniu profissionais da área de reabilitação voltados à saúde e representantes de empresas do segmento para discutir sobre tipos de cadeiras de rodas, indicações de equipamentos, avaliações e apresentações de estudos de casos.

www.cavenaghi.com.br



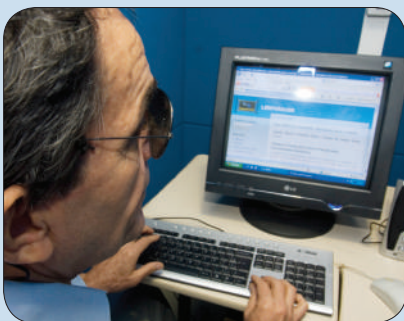
Robson Careca durante Ecoadventur LN SP 2008

DIVULGAÇÃO

Biblioteca Digital e Sonora

A Universidade Federal de Brasília lançou, em 21 de agosto, uma Biblioteca Digital e Sonora com o objetivo de implementar a inclusão de pessoas com deficiência. De acordo com Patrícia Raposo, coordenadora do Programa de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais da universidade, as pessoas cadastradas terão acesso irrestrito a 600 títulos digitalizados e sonorizados. "Visamos democratizar o acesso à cultura, possibilitando a essas pessoas ler, escrever, editar textos e fazer pesquisas", completa. Obras de domínio público, como as do escritor Machado de Assis, por exemplo, foram sonorizadas em voz humana.

www.unb.br



O médico e aluno de doutorado da Universidade de Brasília, Juarez Castellás, experimenta o computador especial.

Cédulas com identificação

Foi aprovado pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa o projeto de lei 141/08, de autoria do senador Flávio Arns, que trata da obrigatoriedade da inclusão de tecnologias que possibilitem a identificação das cédulas brasileiras por pessoas com deficiência visual. O objetivo é tornar a vida do deficiente mais independente e segura. A proposta segue para análise na Comissão de Assuntos Econômicos.

MARCELO CASAL JR./ABR

Ações de combate à discriminação

No fim de julho aconteceu a 2ª Reunião do Comitê para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas com Deficiência da Organização dos Estados Americanos (OEA), em Brasília. Com a participação de 40 conselheiros, 17 países-membros e representantes da sociedade civil de 12 países das Américas, o encontro foi o momento para avaliar e monitorar as políticas de combate ao preconceito preconizadas pela Convenção de Guatemala, que passou a vigorar em 2001, e para criar um relatório de resultados que será apresentado em 2009, após passar por correções. Os países que ratificaram o documento na época foram o Brasil, Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, República Dominicana, Uruguai e Venezuela.



Abertura da 2ª Reunião do Comitê para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas com Deficiência com a participação de 17 países-membros



Vanessa Vidal

Miss Beleza Internacional

A jovem cearense Vanessa Vidal, de 24 anos, é deficiente auditiva e, após lutar muito por seu sonho, ficou em segundo lugar no concurso Miss Brasil 2008. Essa conquista veio após a superação de barreiras e preconceitos e, agora, Vanessa será a representante brasileira no concurso Miss Beleza Internacional, que acontecerá na China, em novembro. Exemplo de sucesso, Vanessa concorrerá com representantes de cerca de 50 países.

Corporate Run

No dia 3 de agosto aconteceu a Corporate Run, maior corrida corporativa do Brasil. A abertura foi marcada por uma corrida de cadeirantes com 15 participantes, dentre eles: Wendel Soares, quarto colocado nos Jogos Panamericanos de 2007; Tiago Souza, recordista brasileiro dos 200 metros; e Fernando Aranha, tetracampeão da São Silvestre e campeão da meia maratona de San Diego, nos Estados Unidos. O evento reuniu mais de 6 mil atletas de mais de 200 empresas da capital paulista.

www.corporaterun.com.br



Corrida de cadeirantes

AACD comemora 58 anos

No dia 3 de agosto, a Associação de Assistência à Criança Deficiente (AACD) completou 58 anos de existência. A instituição nasceu para reabilitar vítimas de paralisia infantil e, com o tempo, se especializou no tratamento de deficiências físicas que comprometem o aparelho locomotor. Atualmente, há oito unidades no país e 5 mil atendimentos diários. Com quase seis décadas de funcionamento, 96% do trabalho é direcionado a pacientes que não pagam pelo tratamento.

www.aacd.org.br



Alunos de uma das turmas do núcleo da Academia Mineira de Tênis

Tênis para Todos

Com o objetivo de incentivar o tênis em cadeira de rodas no Brasil, a ONG Tênis para Todos pretende aumentar a visibilidade do esporte no país. A organização prepara atletas para competições e já teve ótimos resultados em diversos rankings da Confederação Brasileira de Tênis (CBT), além de ser a única credenciada no Brasil pela International Tennis Federation (ITF) para a realização de torneios do circuito internacional (Wheelchair Tennis Tour). Sediada em Belo Horizonte, a entidade realiza programas socioesportivos para crianças e adolescentes de baixa renda, e pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida de todas as idades, como o "Tênis sobre Rodas" e o "Tênis na Escola".

www.tenisparatodos.com.br
(31) 2526-4026

Imagem das Empresas Social

Ações institucionalizadas de Responsabilidade Social alavancam reputação das

Doar alimentos a grupos carentes, financiar reformas em uma instituição escolar, patrocinar um evento comunitário ou esportivo, plantar mudas de árvores... Ações isoladas como essas, de engajamento comunitário e ambiental por parte das grandes empresas, têm definido durante muito tempo o entendimento de responsabilidade social corporativa. Algumas empresas até definem erroneamente tais empreendimentos, soltos como partes de algum programa empresarial de cidadania corporativa. Porém, o que o brasileiro hoje demanda – e, sobretudo, que define com força a respeitabilidade que sente pelas empresas – está muito mais próximo de iniciativas institucionalizadas de RSE do que medidas emergenciais ou práticas avulsas de sensibilidade socioambiental.

Pesquisa da Market Analysis nas nove principais capitais do país revela que a imagem das grandes empresas melhora, e muito, quando elas desenvolvem atividades institucionais de longo prazo, antes que emergenciais, tais como parcerias com organizações sociais,

criação de fundações filantrópicas ou mesmo quando elas permitem que seus funcionários tirem dias de folga para realizar trabalhos voluntários.

Das três opções de institucionalização possíveis, a parceria com ONGs ou instituições de caridade é a que mais desperta empatia pela empresa por parte do consumidor médio: sete em cada dez respondem que a imagem da empresa que faz tais parcerias melhora muito. Quando se trata de viabilizar ações de voluntariado ou formalizar uma fundação própria, o impacto positivo de reputação dessas ações continua sendo majoritariamente positivo, mas não com a força das parcerias com entidades independentes da sociedade civil. Essas diferenças parecem apontar para uma preferência entre os consumidores por iniciativas validadas externamente e que reúnam atores autônomos (como as ONGs ou instituições de caridade), capazes inclusive de dar um aval objetivo tanto nas intenções como nos resultados concretos obtidos a partir do investimento social das corporações.

Quem reage mais favoravelmente a esta opção de RSE institucionalizada? Embora o apoio seja alto, nem todos os consumidores demonstram a mesma sensibilidade. Algumas características pessoais, como o grau de interesse por assuntos de cidadania corporativa ou o engajamento em conversas sobre a conduta das empresas, claramente apontam diferenças importantes. Assim, o efeito positivo de estabelecer parcerias é muito mais intenso entre aqueles que expressam alto interesse por RSE (72%) do que entre os que permanecem desinteressados (58%), e o mesmo ocorre entre aqueles que se envolvem muito frequentemente em conversas sobre o comportamento das empresas (79%) e aqueles que permanecem apáticos (67%).

Mas não se trata apenas de quem já está predisposto culturalmente a dar valor a tais ações. Por exemplo, quem acha que o governo deveria intervir mais para estimular ações de sustentabilidade socioambiental das empresas está menos predisposto a transferir uma boa imagem para aquelas empresas parceiras de



mente Responsáveis

empresas

instituições da sociedade civil. Em outras palavras, desenvolver parcerias de sucesso com ONGs pode resultar, também, em uma estratégia que minimize incentivos para o governo intervir e regulamentar a esfera de atuação corporativa.

Um último dado relevante é que a opção de formar parcerias com ONGs redundando em benefícios de imagem, tanto para consumidores que trabalham em empresas de pequeno e médio portes, como para aqueles empregados de corporações com mil ou mais funcionários. É, nesse sentido, a alternativa que reúne o maior consenso sem importar o âmbito de trabalho do entrevistado (já as outras duas opções tendem a ser privilegiadas particularmente por aqueles que trabalham para as maiores corporações do país).

Naturalmente fica pendente a resposta sobre que tipo de parceria e quais ONGs e instituições de caridade emergem como as opções mais coerentes para uma determinada empresa ou setor. Empresas líderes da sustentabilidade em setores geralmente questionados pelo seu impacto ambiental, como o petroleiro e o químico, ou pelo seu baixo impacto social, como o bancário, têm sido capazes de resolver essa questão de maneira competente, consultando seus diferentes *stakeholders* e conhecendo os valores e objetivos priorizados pelas potenciais parceiras. Uma das conseqüências de tais decisões é que esses pioneiros da RSE conseguem capitalizar positivamente suas ações institucionalizadas em reputação corporativa, mesmo quando o setor como um todo é visto de modo crítico. ☺

O quanto a sua impressão sobre uma empresa melhora quando você descobre que a empresa:

Faz parcerias com ONGs ou com instituições de caridade



Permite que funcionários tirem folga para realizar trabalho voluntário para instituições de caridade ou entidades comunitárias



Criou sua própria fundação filantrópica



Gráfico – Impacto de Ações Institucionais de RSE na Imagem Empresarial (Percentual de consumidores que responde “melhora muito”)

Ficha técnica

i Entrevistas pessoais por amostragem probabilística realizadas com 805 adultos (18 a 69 anos) nas nove principais capitais do Brasil: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Salvador, Recife, Brasília e Goiânia. Dezembro, 2007. Margem de erro: $\pm 3,45\%$.

Market Analysis

i www.marketanalysis.com.br
info@marketanalysis.com.br
(48) 3234-5853

Novo recurso online para ONGs

A Microsoft Corporation disponibilizou o NGO Connection, novo recurso para as organizações sociais do mundo todo que procura fornecer recursos tecnológicos para o compartilhamento de conhecimento, construção de comunidades e acesso facilitado à internet. A proposta é proporcionar novos contatos e troca de informações entre as organizações.

i www.microsoft.com/NGO

Gestor Social

Criado pela Extersoft Tecnologia, em Florianópolis, o *software* Gestor Social tem como objetivo fazer a gestão online de iniciativas de responsabilidade social. Assim, oferece sustentabilidade tecnológica promovendo a eficiência, a confiabilidade e a otimização das informações, bem como a agilidade aos processos. O software possui quatro vertentes: cadastros, para centralizar os dados dos *stakeholders* envolvidos nas atividades; projetos sociais, que organiza os programas dentro da empresa, permitindo detalhar as ações; questionários, seção que disponibiliza a criação de questionários relacionados à responsabilidade social; e indicadores, que objetiva a coleta de dados a serem utilizados para a elaboração de relatórios sociais.

i www.extersoft.com.br

Radar

Caminhos para o Investimento Social Privado e para a Responsabilidade Social

O DVD *Caminhos para o Investimento Social Privado e para a Responsabilidade Social* (Livraria Fonte, R\$ 20), iniciativa do Instituto Dess para auxiliar empresas a praticarem essas ações, traz palestras de Célia Schilither, diretora do Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (Idis), Fernando Nogueira, gerente de projetos do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (Gife) e Silvana Nader, diretora da Mendes&Nader Comunicação e Responsabilidade Social.

i www.dess.org.br
www.livrariafonte.com.br

Arte de Transformação

A publicação *Arte de Transformação* (390 págs, R\$ 40), lançada pelas Edições Sesc SP, mostra o resultado de mais de 50 projetos socioculturais realizados em diversas regiões do Brasil que tenham como objetivo promover o crescimento pessoal de adolescentes em situação de pobreza ou de risco. A obra traz imagens da fotógrafa Milla Patrilo, que mostram o surgimento e a evolução dos projetos sociais fotografados ao longo das duas últimas décadas. A organização do livro é de Bené Fonteles, e os textos, de Severino Francisco e TT Catalão.

i www.sescsp.org.br/loja

Mercado Ético

O portal Mercado Ético traz ferramentas a serviço da difusão de informações, conhecimentos, experiências e reflexões sobre temas relacionados à sustentabilidade no mundo corporativo. No site, há textos sobre meio ambiente e ações sustentáveis, artigos de especialistas de diversas áreas, um blog para interação com os leitores e até a TV Mercado Ético, com vídeos sobre o assunto.

i www.mercadoetico.terra.com.br

Estação das Profissões

A Estação das Profissões, projeto social da Fundação CDL Pró-Criança, de Belo Horizonte, disponibiliza mensalmente 10 mil vagas de empregos e estágios, gratuitamente. O site também esclarece dúvidas sobre o mundo do trabalho, promovendo acesso gratuito aos links: "Encontrar uma formação"; "Criar sua atividade"; "Mudar sua vida profissional"; e "Encontrar um emprego/ estágio". Assim, há orientação sobre administração de pequenos negócios, qualificação profissional, desenvolvimento de projetos de vida e tendências do mercado.

i www.estacaodasprofissoes.com.br

Redcâncer

Com o objetivo de divulgar iniciativas e informações para reduzir os números de incidência do câncer, o Programa Latino-Americano para a Detecção Precoce do Câncer, criado pela *American Cancer Society* (ACS), lançou o site Redcâncer. Na página, além do espaço para a troca de informações e relato de experiências, 14 organizações latino-americanas divulgam suas atividades – entre elas, a Associação Brasileira de Portadores de Câncer (Amucc), a Associação Brasileira de Câncer (ABCâncer) e o Instituto da Mama de Rio Grande do Sul (Imama).

i www.redcancer.org



Atlas da Economia Solidária no Brasil

Estão disponíveis no site do Ministério do Trabalho e Emprego as informações do Atlas da Economia Solidária no Brasil, atualizadas por um mapeamento realizado até 2007 pelo Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (Sies). De acordo com o ministério, a publicação contém dados sobre 21.859 empreendimentos do setor no país. Para acessá-lo, basta navegar pelo site e aproveitar as ferramentas disponíveis lendo, antes, o manual do usuário.

i www.mte.gov.br/sistemas/atlases/

Oficina do Futuro

O Instituto de Pesquisas Eldorado abriu vagas para pessoas com deficiência que queiram fazer cursos gratuitos de capacitação profissional na área de tecnologia de informação. Esta iniciativa faz parte do programa Oficina do Futuro que, desde 2004, já capacitou mais de 2 mil alunos. Os requisitos necessários são ter 18 anos completos em 2008 e já ter concluído ou estar cursando o ensino médio. Os currículos devem ser enviados para tais.olivieri@eldorado.org.br.

i www.oficinadofuturo.org.br

Prêmio Nacional de Educação em Direitos Humanos

No ano de comemoração dos 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos nasceu o Prêmio Nacional de Educação em Direitos Humanos, iniciativa da Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI) em parceria com o Ministério da Educação (MEC) e a Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH), com patrocínio da Fundação SM. As inscrições ficam abertas até 6 de outubro, e as instituições públicas e privadas de educação básica e superior e secretarias estaduais e municipais de educação podem concorrer em quatro categorias, dotadas de R\$ 100 mil em prêmios.

i www.educacaoemdireitoshumanos.org.br

Google Earth Outreach

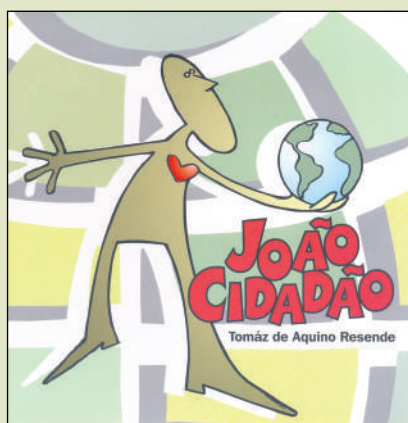
Em junho, foi lançado no Brasil o Google Earth Outreach, que tem como objetivo auxiliar instituições que pretendem dar maior visibilidade às suas ações promovendo o acesso à tecnologia do Google Earth para aumentar o canal de comunicação com as autoridades e a sociedade civil. De acordo com a diretora mundial do Google Earth Outreach, "a meta é oferecer à sociedade meios para entender melhor os desafios de proteção ambiental no Brasil e prover ferramentas que poderão ser usadas para fortalecer a cultura e gerenciamento de terras por povos indígenas". O programa possui um guia com instruções de como ser utilizado.

i www.google.com.br/earth/outreach/

João Cidadão

De forma lúdica, o livro *João Cidadão* (19 págs., R\$ 10) é voltado para jovens, adultos e crianças e dissemina valores éticos, solidários e cidadãos. O autor, Tomáz de Aquino Resende, usa a poesia para mostrar que a solidariedade e o amor são a base da cidadania.

i (31) 2535-0029



Glossário com termos de educação

O portal De Olho na Educação disponibilizou um glossário com termos específicos sobre o tema Educação. Organizadas por ordem alfabética, o usuário pode fazer uma busca pelas palavras com suas iniciais, mas também há a opção de procurá-las em uma lista de indicadores. A ferramenta é gratuita.

i www.deolhonaeducacao.org.br

Estímulo ao aleitamento materno

O Senac São Paulo promoveu a 12ª edição da campanha de Promoção da Amamentação e Alimentação Complementar, com o objetivo de estimular o aleitamento materno e disseminar informações sobre a importância da amamentação para a redução da mortalidade infantil. A iniciativa pretende beneficiar 600 mil pessoas pela capacitação de 2 mil multiplicadores e pela distribuição gratuita de 300 mil cartilhas sobre o tema. Também foi lançado o documentário "Amamentação: as muitas formas de apoio à mulher". Os kits estão disponíveis em todas as unidades do Senac ou pela internet.

i www.sp.senac.br/amamentacao



Agenda

Outubro

2/10

9º Congresso Brasileiro de Direito e Contabilidade do Terceiro Setor

Realização: Econômica Desenvolvimento Empresarial
Local: Hotel Renaissance – Alameda Santos, 2.233
São Paulo/SP
www.economica.com.br
congressos@economica.com.br
(11) 5102-4654

3/10

Reconhecimento de marca, comunicação e marketing no Terceiro Setor

Realização: Diálogo Social
Local: Instituto ADVB – Rua Treze de Maio, 1.413
São Paulo/SP
www.dialogosocial.com.br
dialogosocial@dialogosocial.com.br
(11) 2281-9643 / 7864-1745

4 a 19/10

Gerenciamento de Projetos Sociais na Empresa

Realização: Senac
Local: Senac Penha – Rua Francisco Coimbra, 403
São Paulo/SP
www.sp.senac.br
senacsp.newsletter@agencia1.com.br
0800-883-2000

4 a 25/10

Elaboração de Projetos Sociais para Organizações do Terceiro Setor

Realização: Senac
Local: Senac Jabaquara – Av. do Café, 298
São Paulo/SP
www.sp.senac.br
senacsp.newsletter@agencia1.com.br
0800-883-2000

6/10

Monitoramento e Avaliação de Projetos Sociais

Realização: Criando
Local: Instituto ADVB – Rua Treze de Maio, 1.413
São Paulo/SP
www.criando.net
marcia@criando.net
(11) 3034-6231

8 e 9/10

Seminário Nacional Mesa Brasil Sesc – Segurança Alimentar e Nutricional: Desafios e Estratégias

Realização: Programa Mesa Brasil – Sesc
Local: Auditório da CNC, Setor Bancário Norte – Quadra 1, bloco B, 1º subsolo
Brasília/DF
www.sesc.com.br
dmoliveira@sesc.com.br
(21) 2136-5395 / 2136-5364

9 a 11/10

XV Congresso Nacional de Voluntários e Instituições de Apoio à Criança e ao Adolescente com Câncer

Realização: Graacc
Local: Hotel Maksoud Plaza – Alameda Campinas, 150
São Paulo/SP
www.convocc.com.br
comunica@hamam.com.br
(11) 3676-0688

9 a 11/10

Simpósio Internacional sobre Surdocegueira e Deficiência Múltipla

Realização: Adefav
Local: Unip – Rua Luis Góes, 2.211
São Paulo/SP
www.sisdem2008.com.br
sisdem@adefav.org.br
(11) 2273-9333 / 3571-9515

16 a 18/10

Encontro Latino-Americano de Comunicação e Sustentabilidade

Realização: Instituto Envolverde
Local: Hotel Novotel Jaraguá – Rua Martins Fontes, 71
São Paulo/SP
www.institutoenvolverde.blogspot.com
instituto@envolverde.org.br
(11) 3539-5743

23/10

Organização de eventos para captação de recursos no Terceiro Setor

Realização: Criando
Local: Instituto ADVB – Rua Treze de Maio, 1.413
São Paulo/SP
www.criando.net
marcia@criando.net
(11) 3034-6231

Novembro

4 a 7/11

XXIII Congresso Nacional das Apaes e IV Fórum de Autodefensores

Realização: Federação Nacional das Apaes
Local: Centro de Convenções de Vitória – Rua Constante Sodré, 117 a 157, Santa Lucia
Vitória do Espírito Santo/ES
www.apaebrazil.org.br
comunicacao@apaebrazil.org.br
(61) 3223-5570

8 a 15/11

VIII Colóquio Internacional de Direitos Humanos

Realização: Conectas Direitos Humanos e Rede Universitária de Direitos Humanos
Local: Fundação Getúlio Vargas – Rua Rocha, 233
São Paulo/SP
www.conectas.org/coloquio
coloquio@conectas.org
(11) 3884-7440

9 a 11/11

II Congresso de Educação Social e Gestão do Terceiro Setor

Realização: Obra Social Dom Bosco
Local: Rua Álvaro de Mendonça, 456
São Paulo/SP
www.domboscoitaquera.org.br/congresso
evento@domboscoitaquera.org.br
(11) 2205-1100

Resultado da última enquete no site da Revista Filantropia

Em sua opinião, o controle das filantrópicas no Brasil deveria ficar sob a responsabilidade:

Do CNAS, como é atualmente	23
Dos respectivos ministérios, conforme PL 3.021/08	12
Dos estados e suas secretarias	0
Dos municípios e suas secretarias	5
De novo órgão regulador a ser criado pelo governo	10
De cada organização, que faria seu auto-controle	6

Sustentabilidade e Responsabilidade Social Empresarial com Fernando Credidio

Palestras | Cursos | Consultoria | Alfabetização ecológica | Elaboração de projetos | Assessoria em comunicação voltada à sustentabilidade

- ▶ Marketing social, responsabilidade socioambiental e sustentabilidade: conceitos e papéis;
- ▶ Construindo negócios sustentáveis: o papel da responsabilidade social e da sustentabilidade na estratégia corporativa, no posicionamento da marca, na construção da reputação e da imagem institucional;
- ▶ Os desafios de comunicar as ações de sustentabilidade e de responsabilidade socioambiental;
- ▶ A nova economia: Protocolo de Quioto, Mecanismo de Desenvolvimento Limpo e Mercado de Carbono;
 - ▶ A busca pelo consumo consciente;
 - ▶ Contribuições pessoais para a sustentabilidade: como cuidar do seu meio ambiente;
 - ▶ Sobrevivência ao aquecimento global: 101 maneiras de salvar o planeta.

Saiba mais sobre Fernando Credidio, acessando os blogs
Cidadania.corp (<http://rsemprarial.spaces.live.com>) e
Futuro Sustentável (<http://futurosustentavel.spaces.live.com>)

Tels.: (11) 8200-7159 | (47) 9165-6289 | e-mail: fernando.credidio@futurosustentavel.org.br

**PALESTRAS
E CURSOS
IN COMPANY**

*Outros temas
sob consulta.



Organizações que você pode ajudar



Projeto Pinderê

Fundado em 2001, o Projeto Pinderê é mantido por voluntários e tem a missão de atender crianças com dificuldade de aprendizado, contribuindo para o atendimento da comunidade do bairro Jardim São Luiz, em São Paulo. A instituição oferece serviços de apoio à gestante adolescente, reforço escolar, psicopedagogia e psicologia. Possui também atividades como rodas de leitura, aulas de capoeira e maculelê, artesanato, reciclagem, cursos de telemarketing e iniciação ao trabalho, entre outros.

Necessidades:

Máquina de costura, armário com 12 portas, cadeira de rodas infantil, colchonetes, fogão industrial, geladeira, um projetor e um computador.

Doações:

Banco Itaú
Agência: 0411
Conta-corrente: 45063-8
CNPJ: 07.989.026/0001-53

i Rua Professor Antônio de Franco, 22
Jardim São Luiz – São Paulo/SP
CEP 05844-200
www.projetopinder.org.br
biapinder@terra.com.br
(11) 5816-0262 / 5511-8153

Instituto Cidadão

O instituto tem como objetivos a elaboração e a execução de projetos voltados para as áreas de assistência social e educação. Fundada em 2006, a organização atende crianças e adolescentes, idosos, famílias carentes e pessoas em situação de rua por meio de parcerias com os setores público e privado e outras instituições.

Necessidades:

Computadores, prensa para reciclagem, terreno de mil m², um veículo Kombi e voluntários.

Doações:

Banco Bradesco
Agência: 0195-3
Conta-corrente: 108.296-5
CNPJ: 08.597.012/0001-57



i Av. Desembargador
Paulo de Oliveira Costa, 730
Centro – Taubaté/SP
www.institutocidadao.org.br
instituto.cidadao@yahoo.com.br
(12) 3022-1009



Associação Ebenézer

A associação existe desde 1992 e atende a comunidade nas áreas de educação infantil, ensino fundamental e médio, além de oferecer atendimento odontológico, fonoaudiológico, psicológico, ginecológico e ortopédico. A instituição também tem serviço de recolocação profissional, cursos básicos, palestras e distribuição de cestas básicas e roupas.

Necessidades:

Alimentos não-perecíveis, material de limpeza e higiene pessoal, material escolar e brinquedos.

Doações:

Doações:
Banco Bradesco
Agência: 1221-1
Conta-corrente: 250.053-1
CNPJ: 65.691.560/0001-85

i Rua Benedito Américo de Oliveira, 36
Vila Yara – Osasco/SP
www.ievy.com.br
ievy@ievy.com.br
(11) 3682-1484

Errata

Na edição passada, as informações bancárias para doações ao Centro de Atendimento aos Portadores da Síndrome de Down Bem-Te-Vi estavam erradas. As corretas são: Banco Itaú – Agência 0026 – Conta-corrente 08382-4.



Camisetas

Tamanhos P, M e G
Modelos: tradicional e babylook, com os temas meio ambiente, esporte e a marca institucional.
R\$ 40

Criança Renascer

www.criancarenascer.org.br
anzolvendas@criancarenascer.org.br
(21) 2266-1446



Associação Saúde Criança Renascer

Criada em 1991 pela doutora Vera Cordeiro, médica do setor de pediatria do Hospital da Lagoa, a Criança Renascer atua no combate ao processo de internação-reinternação causado pela falta de condições e estrutura básica para a continuidade do tratamento em casa. Desde o início do projeto, já foram atendidas mais de 2.500 famílias e 8.400 crianças, além de 2.100 beneficiados pelos cursos profissionalizantes.

Rio de Janeiro/RJ
CNPJ: 40.358.848/0002-92



Camisetas

Tamanhos PP, P, M, G e GG
Modelos: cores preta e branca com estampa colorida assinadas pelo artista plástico Romero Brito.
R\$ 30

Boneca de pano

Material: enchimento de fibra e cabelo de lã, diversas cores.
R\$ 15

Avental de churrasco

Tamanho único
Modelos: com estampa em serigrafia, confeccionado em brim na cor preta.
R\$ 18

Hospital Pequeno Príncipe

www.pequenoprincipe.org.br
produtosocial@hpp.org.br
(41) 3310-1010



Hospital Pequeno Príncipe

É o maior hospital exclusivamente pediátrico do Brasil e atende mais de 260 mil crianças e adolescentes por ano. Destina aproximadamente 65% da sua capacidade de atendimento aos pacientes do SUS e oferece consultas e tratamentos complexos como transplantes de coração, fígado, rim e ossos, cirurgias cardíacas, neurológicas, ortopédicas e tratamento para câncer.

Curitiba/PR
CNPJ: 76.591.569/0001-30

A gestão contábil de sua organização levada a sério

SERVIÇO PERSONALIZADO E ESPECIALIZADO NO TERCEIRO SETOR

- Contabilidade gerencial com análise por orçamentos e por projetos
- Planejamento tributário, objetivando economia de forma legal
- Serviços contábil, fiscal, trabalhista e financeiro
- Auditoria e validação em arquivos eletrônicos para fiscalização (Sintegra, IN86)
- Controle e renovação de Certidões Negativas
- Consultoria e auditoria preventiva
- Intercâmbio de dados com qualquer sistema de gestão
- Informações pela web com total segurança

Três décadas
de tradição, inovação,
informação e agilidade



Cuidando do meio até o fim.

Serviços:
Consultoria em Gestão de Pessoas
Auditoria Externa do Terceiro Setor



AUDISA
AUDITORES ASSOCIADOS

Compromisso com você e com o meio ambiente.

www.audisa.net

São Paulo-SP (11) 3825.9671 | Porto Alegre-RS (51) 3325.3115 | Recife-PE (81) 3463.1862